

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

JÚLIA LIMA GORGES BRANDÃO

**CONSERVACIONISMO, CIÊNCIA E TURISMO: A EXPERIÊNCIA DO
PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA (1943-1957)**

Rio de Janeiro
2017

JÚLIA LIMA GORGES BRANDÃO

**CONSERVACIONISMO, CIÊNCIA E TURISMO: A EXPERIÊNCIA DO PARQUE
NACIONAL DE ITATIAIA (1943-1957)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Dominichi Miranda de Sá

**Rio de Janeiro
2017**

JÚLIA LIMA GORGES BRANDÃO

**CONSERVACIONISMO, CIÊNCIA E TURISMO: A EXPERIÊNCIA DO PARQUE
NACIONAL DE ITATIAIA (1943-1957)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Dominichi Miranda de Sá- Orientadora
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz)

Prof. Dra. Alda Heizer
(Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. André Felipe Cândido da Silva
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz)

Suplentes:

Prof. Dr. Rogério Ribeiro de Oliveira
(Programa de Pós-Graduação em Geografia – PUC- RJ)

Prof. Dr. Rômulo de Paula Andrade
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Rio de Janeiro
2017

B817c Brandão, Júlia Lima Gorges

Conservacionismo, ciência e turismo: a experiência do Parque Nacional de Itatiaia (1943-1957) / Júlia Lima Gorges Brandão – Rio de Janeiro: s.n., 2017.

141 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

Bibliografia: 134-141f.

1. Conservação de Recursos Naturais. 2. Parque Nacional de Itatiaia-História. 3. Turismo. 4. Brasil. 5. Barros, Wanderbilt Duarte de (1916-1997).

CDD 333.72

*Dedico esta conquista aos meus amados
Paulo, Virgínia, Isabella e Carlos Eduardo.*

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta caminhada, muitos foram os que me possibilitaram chegar até aqui. Fica a certeza de que não cheguei só. Primeiramente, gostaria de agradecer à Dominichi Miranda de Sá, minha orientadora, que me acompanha desde a iniciação científica. Agradeço por todos os ensinamentos, críticas, reuniões, conversas, sugestões e os “puxões de orelha”, que com certeza muito auxiliaram na minha trajetória até aqui. Muito do que aprendi nesta caminhada, devo a você. Exponho aqui toda a minha admiração, respeito e gratidão. Obrigada!

Agradeço aos professores Elenita Malta e André Felipe que participaram de minha banca de qualificação, certamente contribuindo muito para a realização de meu estudo. Todos os comentários, perguntas, críticas e sugestões foram de extrema importância para nortear o prosseguimento da pesquisa refletida neste trabalho.

Agradeço ainda aos professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, com os quais tive a oportunidade de aprender muitos saberes, a partir de suas aulas, encontros, seminários, etc. Agradeço também à Maria Claudia, Paulo e Sandro, da secretaria do PPGHCS, que sempre estiveram dispostos a ajudar no que fosse preciso.

Não poderia deixar de agradecer à Ingrid Fonseca Casazza, minha co-orientadora durante a iniciação científica, com quem também muito aprendi. Obrigada, Ingrid, pela atenção e paciência dispensadas a mim, pelas leituras de meus textos, pelo acompanhamento das minhas pesquisas e pelos muitos ensinamentos. Também devo muito a você.

Também deixo um agradecimento especial às amigas que o mestrado me proporcionou: Anne, Cátia e Katherine. Vocês foram fundamentais nesta jornada. Obrigada pelas trocas de conhecimento, pela companhia nas viagens, dicas, por sempre estarem dispostas a ouvirem as minhas angústias e aflições durante este período.

Agradeço ainda ao Léo Nascimento e toda equipe do Parque Nacional de Itatiaia, por me receberem cordialmente e abrirem “as portas” da instituição para a realização das pesquisas com as fontes lá existentes. Igualmente agradeço ao senhor Antonio Alberto Barros, filho de Wanderbilt Duarte de Barros, personagem deste trabalho. Agradeço pelas informações e documentos cedidos pelo senhor Alberto e toda a sua família. Gratidão também ao senhor

Sebastião de Oliveira Soares, mais antigo funcionário do Parque Nacional de Itatiaia ainda vivo. O senhor Sebastião foi auxiliar de Wanderbilt Duarte de Barros e, aos 93 anos de idade, ainda se lembra de muitos relatos do período em que Barros esteve administrando aquela instituição. Agradeço pela recepção em sua casa e pelos relatos do período.

Agradeço à minha mãe, Virgínia, por todo carinho, dedicação e paciência que teve comigo durante todo esse período. Agradeço mãe, por sempre buscar me proporcionar, dentro das possibilidades, o melhor que eu podia ter e também por sempre abrir mão das suas coisas pelas minhas. Só foi possível chegar até aqui graças a você, que sempre me incentivou, acreditou em mim, me fez ser quem sou. Mesmo quando longe, você sempre esteve perto.

Gostaria também de agradecer ao meu pai, Paulo, primeiramente por acreditar nos meus sonhos e ajudar a torná-los possíveis. Depois, por ser sempre o meu exemplo de determinação, coragem, trabalho e honestidade.

Agradeço à minha irmã, Isabella, que, mesmo nove anos mais nova, a cada dia me ensina mais sobre bondade e me mostra que os melhores valores da vida não estão nas coisas materiais. Obrigada, Isa, por não me deixar desistir dos meus objetivos, por suas palavras carinhosas nos momentos difíceis, pelo seu companheirismo e amor.

À minha avó Virgínia, pelas orações e pensamentos, por todo o cuidado e carinho dedicados a mim durante toda a minha vida.

Ao meu companheiro e grande amigo, Carlos Eduardo (Cadu), por trazer cores à minha vida, por tornar esse caminho menos difícil, por sempre ser meu companheiro, por toda a paciência, carinho, cuidado e amor dedicados a mim. Agradeço também à sua família (Maurício, Fátima, Juliana e Isabella) por se tornar a minha segunda família, por sempre me acolher bem, por me auxiliar nos momentos difíceis e terem tornado os meus dias longe de casa mais fáceis e especiais.

Aos meus familiares e amigos que sempre estiveram torcendo pelo meu sucesso, em especial, Camila e Fabiano, primos e amigos de toda a vida.

“Este é o Parque Nacional do Itatiaia, que como monumento da natureza constitui centro de cultura para todas as gerações. Sua importância como instituto de conservação transpôs, pelos trabalhos de grandes naturalistas, os limites da pátria. Admirando a região pela pujança da natureza, todos os que a conhecem entusiasmam-se com os cenários, e proclamam-na rara!”

(Wanderbilt Duarte de Barros)

RESUMO

Este trabalho possui o objetivo de analisar uma das mais expressivas realizações do conservacionismo brasileiro: os anos iniciais de funcionamento da primeira unidade de conservação do país – o Parque Nacional de Itatiaia (PNI), criado em 1937. A fundação desta instituição não se caracterizou como uma medida isolada. A implementação de parques nacionais, fenômeno observado não só no Brasil, mas em diversos outros países, fez parte de ações baseadas em ideias conservacionistas, que circulavam internacionalmente, e eram consideradas contrapartidas à degradação da natureza promovida pela política característica dos países industrializados a partir do século XIX. Essa circulação de ideias se refletiu na ação de intelectuais brasileiros: alguns, receosos do esgotamento de matérias primas, buscavam uma maior racionalidade na sua extração, que seriam essenciais para o desenvolvimento do país. Outros, sobretudo cientistas, defendiam a defesa do patrimônio natural do Brasil para estudos científicos futuros. Os diferentes discursos em torno da proteção à natureza coincidiram com ideias nacionalistas, postas em prática a partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando medidas de proteção à natureza foram implementadas pelo Estado.

Procura-se entender quais atores estiveram envolvidos na proposição, fundação e funcionamento inicial do PNI. Além disto, buscamos demonstrar como conservação da natureza, pesquisas científicas e turismo foram promovidos concomitantemente e tidos como as principais atividades a serem desempenhadas pela instituição. A partir da criação do PNI, teve início o turismo na natureza no Brasil. Fontes diversas, como relatórios administrativos e técnico-científicos, correspondências, obras científicas e matérias de jornais do período, foram analisados nos anos de 1943 a 1957, referentes à administração do agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros (1916-1997), quando o perfil institucional, que vigora até os dias de hoje, foi definido.

Palavras Chaves: Parque Nacional de Itatiaia- História. Conservação da natureza brasileira. Barros, Wanderbilt Duarte de (1916-1997). Turismo na natureza brasileira.

ABSTRACT

This work aims to analyze one of the most significant achievements of Brazilian conservationism: the initial years of operation of the first conservation unit of the country - Itatiaia National Park (PNI), created in 1937. The foundation of this institution was not characterized as an isolated measure. The implementation of national parks, a phenomenon observed not only in Brazil but in several other countries, was part of actions based on conservationist ideas that circulated internationally, and were considered counterparts to the degradation of nature promoted by the policy characteristic of industrialized countries from the XIX century. This movement of ideas was reflected in the action of Brazilian intellectuals: some, fearful of the exhaustion of raw materials, sought a greater rationality in their extraction, which would be essential for the development of the country. Others, mainly scientists, defended the defense of the natural patrimony of Brazil for future scientific studies. The different discourses surrounding the protection of nature coincided with nationalist ideas, put into practice from the government of Getúlio Vargas (1930-1945), when measures of nature protection were implemented by the State.

It seeks to understand which actors were involved in the proposition, foundation and initial operation of the PNI. In addition, we sought to demonstrate how nature conservation, scientific research and tourism were promoted concurrently and considered as the main activities to be performed by the institution. Since the creation of the PNI, tourism in nature began in Brazil. Several sources, such as administrative and technical-scientific reports, correspondence, scientific works and newspaper articles of the period, were analyzed in the years 1943 to 1957, concerning the administration of the agronomist Wanderbilt Duarte de Barros (1916-1997), when the institutional profile, which is in force until today, has been defined.

Keywords: Parque Nacional de Itatiaia- History. Conservation of brazilian nature. Barros, Wanderbilt Duarte de (1916-1997). Tourism in the brazilian nature.

LISTA DE SIGLAS

APA- Área de Proteção Ambiental

ARIE- Área de Relevante Interesse Ecológico

CFF- Conselho Florestal Federal

CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente

CSN- Companhia Siderúrgica Nacional

DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda

ESEC – Estação Ecológica

FLONA- Floresta Nacional

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IUCN- União Internacional pela Conservação da Natureza

JBRJ- Jardim Botânico do Rio de Janeiro

MAIC- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

MMA- Ministério do Meio Ambiente

MNRJ- Museu Nacional do Rio de Janeiro

MONA- Monumento Natural

ONGs- Organizações não governamentais

PARNA – Parque Nacional

PARNASO – Parque Nacional Serra dos Órgãos

PNI- Parque Nacional de Itatiaia

PUC- Pontifícia Universidade Católica

RDS- Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO – Reserva Biológica

REFAU- Reserva de Fauna

RESEX- Reserva Extrativista

REVIs- Refúgio de Vida Silvestre

RPPN- Reserva Particular do Patrimônio Natural

SF- Serviço Florestal

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP-Universidade de São Paulo

WPC- World Parks Congress

WWF- World Wide Found for Nature

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I - Políticas para a natureza brasileira.....	13
1.1- Ideias, projetos e debates intelectuais	21
1.2- A regulamentação da natureza	32
1.3 – O Ministério da Agricultura, o Serviço Florestal e o patrimônio natural brasileiro	37
Capítulo II – De colônias agrícolas ao primeiro parque nacional brasileiro.....	45
2.1- Itatiaia antes do parque	45
2.2- Uma comissão para o parque	50
2.3- Um administrador para Itatiaia: Wanderbilt Duarte de Barros	52
2.4- A formação material do PNI.....	65
2.5- Os moradores do parque	70
2.6- O campo para a pesquisa científica.....	83
Capítulo III – “<i>Matas primitivas, alturas alucinantes</i>”: o turismo no PNI.....	94
3.1- Um retiro ideal.....	97
3.2- O turismo como propaganda do Estado Novo	114
3.3 - “ <i>Tornar o Brasil conhecido aos brasileiros</i> ”: o <i>Touring Club do Brasil</i> e as excursões à Itatiaia	119
Considerações Finais	125
Fontes Documentais	132
Bibliografia	134

INTRODUÇÃO

Este trabalho possui o objetivo de analisar os primeiros anos de funcionamento do primeiro parque nacional do país, o Parque Nacional de Itatiaia (PNI), especificamente na administração do engenheiro agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros. Atentaremos para o contexto científico e político, assim como para os objetivos atribuídos à criação desta instituição. Um parque nacional, no período estudado, deveria salvaguardar a natureza brasileira, que, naquele momento, era tida como um patrimônio, tanto enquanto símbolo nacional, quanto uma das maiores fontes de riqueza do país, necessária ao desenvolvimento econômico do Brasil. Neste panorama, como veremos, era necessário regulamentar a exploração da natureza, através de medidas que colocassem a tutela deste patrimônio natural sob a gestão do governo federal.

O recorte proposto compreende os anos de 1943 a 1957. Este período, que corresponde aos anos da administração do engenheiro agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros (1916-1997), foi escolhido por corresponder aos anos iniciais de efetivo funcionamento do PNI enquanto uma instituição consolidada e com padrão de atividades e funcionamento definidos. Para isto, destacamos a ação intermediária de Wanderbilt Duarte de Barros que buscou administrar o parque atendendo a distintos interesses que já eram ou passaram a ser reivindicados por diversos outros setores e instituições, públicas e particulares do período.

A criação do Parque Nacional de Itatiaia e do próprio padrão de atividades que passou a ser desenvolvido por esta instituição não se deu de forma isolada. Naquele período estava havendo uma recorrente criação de parques nacionais pelo mundo, iniciada a partir do Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque nacional do mundo, fundado em 1872, nos Estados Unidos. No Brasil, no mesmo período da criação do PNI, foram criados o Parque Nacional Serra dos Órgãos e o Parque Nacional do Iguaçu, ambos em 1939. Este cenário de fundação destas áreas que visavam à proteção de áreas naturais específicas esteve diretamente relacionado a mudanças nas sensibilidades e concepções sobre a natureza no período. Buscar compreender o significado da natureza àquela época é, então, entender as razões para a criação destas áreas protegidas.

Até o século XIX, as reflexões sobre a sociedade humana teriam sido marcadas pela ambiguidade: a natureza deveria ser algo do que nós, humanos, deveríamos nos separar

violentamente, ou seja, representava a barbárie ou todo o universo animal e vegetal, existente exclusivamente para estar a serviço da felicidade humana. O historiador Keith Thomas (1987), ao analisar a Inglaterra, demonstra este pensamento em relação à natureza presente na sociedade. Durante os períodos Tudor e Stuart, o pensamento vigente seria que o mundo havia sido criado para o benefício humano e, com isso, plantas e animais teriam sido criados para o desfrute do homem. Esses valores seriam reforçados por intelectuais do período e pela Bíblia:

A natureza não fez nada em vão, disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados. Os estoicos tinham ensinado a mesma coisa: a natureza existia unicamente para servir os interesses humanos.¹

Thomas demonstra o predomínio do pensamento de que a natureza possuía um sentido negativo e teria sido feita por Deus apenas para servir aos humanos: o homem, portanto, possuía “lugar central no plano divino”.² William Cronon, ao analisar a sociedade norte-americana, também aponta a relação entre uma visão negativa do mundo natural e os valores bíblicos até o século XIX. As velhas metáforas da Bíblia afirmavam, por exemplo, ser a natureza o local onde Cristo teria sido “tentado por Satanás” ou o local onde “Moisés tinha andado com o seu povo durante quarenta anos e onde quase tinha abandonado seu Deus para adorar um ídolo de ouro”³ Cronon demonstra que o mundo natural, antes do século XIX, havia sido a antítese de tudo o que estaria em ordem, à margem do que seria a civilização.⁴ Donald Worster aponta que, nos Estados Unidos, a convicção da centralidade e superioridade humanas teriam degradado a natureza e isso teria se dado, em grande parte, por consequência do ethos judaico-cristão e seus descendentes modernos: a ciência, o capitalismo industrial e a tecnologia.

Os valores em relação à natureza teriam começado a mudar a partir do século XIX. Tais mudanças estiveram relacionadas ao avanço de áreas degradadas, fruto da industrialização observada em um grande número de países ocidentais. A criação dos primeiros parques nacionais

¹THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 21.

² *Ibidem*.

³ CRONON, William, *Uncommon Ground: Toward Reinventing Nature*, New York, 1996. p. 70.

⁴ *Ibidem*.

pelo mundo ocorreu em meio a intercâmbios de ideias relacionadas ao receio do fim de recursos naturais necessários à própria industrialização, em curso em diversos países, sobretudo, na Europa. A partir do século XIX, a crescente consciência do poder do homem em transformar a natureza e a diminuição de regiões em condições pristinas tornaram-se evidentes e, então, começaram a ser projetados espaços que seriam destinados à conservação de paisagens naturais. Os espaços escolhidos deveriam possuir paisagens sublimes, que deveriam ser protegidas.⁵

Na Europa teriam contribuído a História Natural e o interesse que naturalistas possuíam pela natureza intocada como objeto de estudo. A vida nas cidades, com a Revolução Industrial, teria passado também a ter um novo valor: antes seria valorizada, representando a civilização; posteriormente, passou a ser criticada, sobretudo no que dizia respeito ao ar impuro ocasionado pelo ambiente fabril. A vida no campo passa então a ser idealizada por uma classe média que não era ligada à produção agrícola.⁶ Raymond Williams também analisa a sociedade inglesa dos séculos XIX e XX e afirma que:

À medida que a exploração da natureza continuava em ampla escala, e, sobretudo nos novos processos extrativos e industriais, as pessoas que conseguiam maior lucro voltaram-se (e foram bastante engenhosas) para uma natureza ainda virgem, para terras compradas e refúgios rurais.⁷

Para tanto, entre fins do século XIX até a década de 1970, teriam emergido, frente a esse problema, atitudes que se completariam e constituiriam componentes do que hoje é chamado de *ecologismo*. Dentre estas atitudes estariam a conservação da natureza e a sacralização objetiva de uma natureza mítica. Assim, teriam se iniciado debates sobre a proteção de espécies ameaçadas de extinção e de recursos naturais importantes para a Europa. Nesse contexto espaços para a conservação de paisagens naturais começaram a ser definidos. Então é criado, por influência desses debates, o já citado Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos.⁸

⁵MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 2006, vol.9, n.1, p. 41-64.

⁶ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. Op. cit, 1988; DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996. P. 26.

⁷ WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 108.

⁸ ACOT, Pascal. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Nesse panorama destacou-se também o papel dos escritores românticos, que passaram a enxergar a natureza da Europa como “o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime”.⁹ O transcendentalismo romântico teria começado a surgir entre alguns artistas e intelectuais norte-americanos, com uma valorização e apreciação estética das paisagens naturais. O divino teria passado a ser reconhecido na natureza e a felicidade e o bem-estar dos humanos passaram a ser entendidos como entrelaçados com uma vida simples e mais próxima do mundo natural.¹⁰

Áreas protegidas seriam, neste contexto, consideradas: “ilhas de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada.”¹¹ A natureza passou, então, progressivamente a ser vinculada ao paraíso e a paisagens espetaculares, e as belezas naturais passaram a serem exaltadas. Teria então crescido o número de pessoas que começaram a visitar e contemplar paisagens naturais.¹²

Diante deste cenário, nos Estados Unidos ocorreu um debate entre conservacionistas e preservacionistas. Os conservacionistas, que tinham como principal mentor a figura de Gifford Pinchot (1865-1946), acreditavam na possibilidade de uma exploração racional de recursos como o solo, as florestas e a água. Tal movimento era sintetizado em três princípios básicos: desenvolvimento, que consistia na utilização dos recursos pela geração presente; a prevenção do desperdício, e o uso racional dos recursos naturais que abrangesse muitas pessoas, sobretudo as gerações futuras. Os conservacionistas possuíam uma visão instrumental da relação homem/natureza. Já o preservacionismo, cujo mais notório pensador era John Muir (1838-1914), estaria ligado à ideia de proteção de áreas intocadas, apartadas completamente de intervenção humana, cuja intenção seria preservar para as futuras gerações áreas com grande beleza natural em estado virgem. Nesta corrente, os seres humanos seriam parte integrante da natureza, que levaria ao prazer através de sua contemplação. Os preservacionistas eram contrários à presença humana mais efetiva em áreas virgens, que deveriam, unicamente, ser destinadas ao lazer. O preservacionismo estaria voltado para a fruição estética, inspirada no transcendentalismo

⁹CORBIN, A. 1989. O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Cia. das Letras; DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. *Op.cit.* 1996.

¹⁰ CRONOM, William, *Uncommon Ground: Toward Reinventing Nature*, *op.cit.* 1996; ¹⁰ FRANCO, J. L. A. ; SCHITTINI, G. ; BRAZ, VÍVIAN DA SILVA . História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama Geral. *Op cit* 2015. p. 233-270, 2015.

¹¹ *Ibidem.*

¹² CRONOM, William, *Uncommon Ground: Toward Reinventing op.cit*, 1996.

espiritual. As divergências entre essas correntes, representadas nas figuras de Muir e Pinchot, influenciaram as preocupações com a natureza nos Estados Unidos.¹³

Frente a estes debates, regiões como Cataratas do Niágora, seguida por Catskills, Adirondacks, Yosemite e Yellowstone, entre outras, na América do Norte, teriam sido as primeiras a sofrer uma transformação em função das mudanças nas sensibilidades em relação à natureza. Nesse contexto, Yosemite foi transformado no primeiro parque florestal nacional e Yellowstone se tornou o primeiro parque nacional do mundo, em 1872, como já abordado. Na primeira década do século XX teria ocorrido o mais famoso episódio na história americana de conservação, quando foi realizado um debate em nível nacional sobre a cidade de São Francisco. O debate ocorreu por conta da construção de uma represa. Questionava-se a sua construção no rio Tuolumne, no Vale Hetch Hetchy, dentro dos limites do Parque Yosemite. A barragem foi construída, porém o número de pessoas que lutou para impedir a sua construção foi significativo e, portanto, Hetch Hetchy teria se tornado o “grito de guerra” de um movimento que emergia para proteger a natureza. Os defensores de Hetch Hetchy se destacaram no cenário nacional norte-americano por tratar tal ato não como um progresso, mas como algo negativo, um vandalismo. O que acontecia então se caracterizava como uma inversão de valores: represas eram ícones de modernização, e, no momento do ocorrido em Hetch Hetchy, a destruição da natureza passaria a ser considerada um “anti-progresso”.¹⁴

Neste contexto é então criado nos Estados Unidos o conceito de parque nacional e naquele momento existiam movimentos voltados à proteção de uma natureza considerada selvagem (*wilderness*). Esta noção de área selvagem referia-se à natureza distante do mundo urbano e industrializado. Buscava-se reservar grandes áreas, longe da expansão agrícola, com a finalidade de recreação para as populações urbanas. No momento da criação de Yellowstone, foi determinada a proibição da colonização, ocupação e venda de terras na região, que deveria ser dedicada a parque público para a população. Desta forma, fica claro, que, ao se definirem os

¹³ FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional. *Varia História*, Belo Horizonte, v.26, p. 77-96, 2002; MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Op. cit.*, 2006; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro; Fiocruz; 2009.

¹⁴ CRONOM, William, *Uncommon Ground: Toward Reinventing Nature*, *op.cit.*, 1996, 69-90.

espaços para a implementação de áreas protegidas, o homem deveria ser “visitante e não morador”.¹⁵

Na Europa, como vimos, o cenário era o mesmo, onde a industrialização acelerada ocasionou a busca por refúgios naturais. A natureza estaria onde a indústria não estivesse e tornou-se um lugar de refúgio do homem; paisagem com ar fresco, lugar de cura, conforto e recolhimento. Seria, então, algo a ser consumido pelo homem, além do sentido industrial de apropriação de recursos naturais. Nesse sentido, à medida que a exploração da natureza continuava em ampla escala, as pessoas se voltavam para uma natureza ainda virgem, para terras compradas e refúgios rurais¹⁶. Parques nacionais seriam espaços definidos pelo homem a serem protegidos dele mesmo.¹⁷

No Brasil, ainda no século XIX, havia uma visão de que a natureza seria exuberante, atrelada ao paradisíaco, ideia consolidada a partir dos pensadores românticos. Posteriormente, já no final do XIX e início do XX, tal percepção começa a sofrer alterações: à ideia de natureza é atribuída a noção de progresso. A natureza passa a ser vista enquanto um recurso necessário à modernização. Esta natureza é então observada através de um olhar técnico, em detrimento do romântico prevalecente no século anterior.¹⁸

Neste contexto, a natureza representava então a expressão maior de um território nacional, e assim seria necessário protegê-la, promovendo a exploração racional de seus recursos. Tais questões coincidiam com os ideais e movimentos nacionalistas que cresceram no país nas primeiras décadas do século XX. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, esses movimentos viram a oportunidade de terem suas ideias atendidas, gerando-se assim grande dilema: como salvar a natureza, que representava um patrimônio inestimável do país e promover o desenvolvimento econômico, que dependia, de acordo com o pensamento predominante na

¹⁵DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. *Op.cit*, 1996.

¹⁶ WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. *Op.cit*, 2011.

¹⁷SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

¹⁸ARRUDA, G. Representações da Natureza: História, Identidade e Memória. In: ROLIM, R.C., PELEGRINI, S. A. e DIAS, R. História, Espaço e Meio Ambiente. (Anais do VI Encontro de História) Maringá/PR:ANPUH/PR, 2000. Apud SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para seu uso. In: ARRUDA, Gilmar. (org.) *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2013.

época, da exploração dos recursos naturais?¹⁹ Sobretudo no que diz respeito aos parques nacionais, interessa-nos expor o que tal natureza representava para o movimento intelectual conduzido por cientistas do período. Para este grupo, a natureza possuía um grande valor científico e deveria ser protegida pela sua diversidade florística e faunística. Além disso, a natureza representava um símbolo central da nação e conhecer a natureza significava conhecer o próprio país. Pode-se perceber, neste período, que a natureza não possuía um significado único. De toda forma, esteve associada à construção de uma identidade nacional, sendo objeto de interesse tanto do Estado, quanto de diferentes setores da sociedade. Há também a percepção, no âmbito do governo Vargas, da natureza enquanto monumento. A natureza representava um patrimônio a ser protegido sob a tutela do Estado. Para tanto foi equiparada aos patrimônios artísticos e históricos.²⁰

Neste cenário são criados os primeiros parques nacionais brasileiros: o Parque Nacional de Itatiaia (PNI), em 1937, o Parque Nacional do Iguaçu, em 1939, e o Parque Nacional Serra dos Órgãos (PARNASO), também em 1939. Deveriam importar para a proteção de uma natureza ainda “virgem”, “selvagem”, “intocada”, e ao mesmo tempo constituírem centros de pesquisas científicas e promover lazer, repouso e a contemplação. Os idealizadores dos primeiros parques nacionais brasileiros davam grande ênfase ao lazer, atração de turistas nacionais e estrangeiros, e a programas de pesquisa científica e não demonstravam muito interesse pela integridade de paisagens.²¹

Todos estes elementos demonstrados acima importam para compreendermos a trajetória inicial do Parque Nacional de Itatiaia. Neste trabalho demonstraremos brevemente as transformações ocorridas na região de Itatiaia até que ela esta se transformasse no primeiro parque nacional brasileiro. Quais aspectos foram importantes para a escolha daquela região para ser implementado o primeiro parque nacional brasileiro? Após a sua criação quais foram os principais objetivos a serem desempenhados por esta instituição? Que instituições e atores

¹⁹DE OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. O Brasil e suas naturezas possíveis (1930-1945). *Revista de Indias*, volume 72, n.255, 2012.

²⁰*Ibidem*.

²¹DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói: EDUFF, 1997.

estiveram diretamente ligados à criação e ao funcionamento do PNI? Estas perguntas serão o foco do estudo e nortearão o trabalho a ser apresentado aqui.

O Parque Nacional de Itatiaia vem sendo foco de estudo de alguns trabalhos, que o abordam, sobretudo, do ponto de vista do contexto político-científico de sua criação. Estes trabalhos expressam o PNI enquanto resultado de políticas nacionalistas, as quais buscavam regulamentar o uso da natureza brasileira. Destacaram também a importância do estudo da história da região de Itatiaia antes da implementação do parque e os caminhos percorridos até a criação do primeiro parque nacional do Brasil. Também trazem descrições físicas, possibilitando o conhecimento por parte do leitor sobre as características do local. Enfatizaram ainda a localização estratégica do parque, as belezas naturais e a grande variedade e peculiaridade das espécies vegetais e animais encontradas em Itatiaia, o que teria atraído a atenção e o interesse de inúmeros naturalistas, viajantes e cientistas. Estes autores também atentaram para a importância da Era Vargas para a consolidação de medidas como a criação de parques nacionais no Brasil.²² Com este trabalho pretendo me filiar a esta produção sobre a história do PNI, porém concentrando meus estudos nos primeiros anos de funcionamento da instituição. Como vemos, há trabalhos sobre o seu processo de criação, mas pouco se sabe sobre a consolidação do PNI e as atividades que passaram a ser desempenhadas pela instituição.

Além disto, pretendo contribuir para a historiografia ambiental brasileira que tem primado por compreender políticas, ideias e instituições voltadas à produção do conhecimento científico e/ou à gerência do patrimônio natural brasileiro. Neste sentido, podemos citar o trabalho da historiadora Regina Horta Duarte, cujo título é: *A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945, de 2010*, que possui como foco analisar a história do Museu Nacional do Rio de Janeiro, demonstrando a atuação de alguns de seus cientistas em meios políticos, científicos e sociais, engajados na divulgação do conhecimento científico e na criação de instituições que fossem instrumentos para a promoção da “pedagogia da natureza”, ou seja do cuidado com o mundo natural, e da regulamentação de sua proteção²³. A dissertação de mestrado da historiadora Ingrid

²² Podemos destacar os trabalhos de Célia Serrano (1993), José Augusto Drummond (1997), Rosely Ferreira dos Santos (2000), Marcos Sá Correa (2003), Natascha de Ostos (2012), Marcio Mota Pereira (2013), Ingrid Casazza (2015).

²³ Ver: DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Casazza é outro exemplo: *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931)*, defendida em 2011. Casazza buscou evidenciar o papel desempenhado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro no que diz respeito à prática científica no Brasil.²⁴

Postas essas informações, cabe-nos demonstrar de que forma o trabalho foi desenvolvido e dividido. Utilizamos fontes diversas para a realização desta dissertação. Foram estudados decretos governamentais, jornais do período, relatórios institucionais, obras desenvolvidas por atores do período, sobretudo Wanderbilt Duarte de Barros, artigos de periódicos científicos e correspondências. Algumas fontes merecem ser destacadas aqui, devido ao número de informações que encontramos nestes corpos documentais. A primeira que destacamos diz respeito a documentos administrativos encontrados na Sede do Parque Nacional de Itatiaia: pesquisar esse conjunto documental foi a maior dificuldade que encontramos para a realização deste trabalho. Estes documentos encontravam-se alojados em uma antiga carpintaria do Parque Nacional de Itatiaia. Estavam, portanto, em ambiente não adequado para a sua conservação. Por este motivo, cremos que muito tenha se perdido. Encontramos material que, apesar de ainda extenso, não possuía um padrão de data, assunto, tipologia, etc. Assim, muitos dados encontrados não possuíam sequências, informações adicionais, ou outros elementos que auxiliassem a narrativa da história daquela instituição. Devido a isto, infelizmente, algumas lacunas não puderam ser preenchidas. Apesar destas dificuldades, esta fonte nos permitiu entender parte da dinâmica do PNI, obras que foram feitas ao longo dos anos, ordens vindas do Ministério da Agricultura, diálogos do administrador da instituição com outros órgãos, dados sobre pesquisas científicas, atividades turísticas, fiscalização da região, atividades educativas promovidas, dentre outras informações que foram muito importantes para a realização deste trabalho.

Outra importante documentação foi o Boletim do Ministério da Agricultura, que foi pesquisada na Fundação Biblioteca Nacional e consistia em uma fonte de informação aos agricultores. A publicação também traz dados sobre o Parque Nacional de Itatiaia, andamentos de obras, visitas do Ministro etc, além de inúmeros artigos publicados por funcionários do

²⁴Ver: CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011. 121f.

Ministério da Agricultura, os quais permitiram analisar os discursos acerca da natureza brasileira no período estudado.

Os Relatórios do Ministério da Agricultura nos permitiram acompanhar a prestação anual de contas do ministro, sobre todas as atividades realizadas pela pasta sob sua direção. Agregados a esta documentação estavam também os relatórios institucionais enviados por cada um dos diversos órgãos subordinados a este ministério. Os Relatórios do Ministério da Agricultura podem ser consultados na seguinte página na internet: <http://www.crl.edu/content.asp?11=4&12=18&13=33&14=22>. Esta foi uma importante fonte de pesquisa, pois nela encontram-se relatórios anuais do Parque Nacional de Itatiaia.

O Diário Oficial da União cobria os atos públicos realizados pelo governo e seus servidores. Foi uma importante fonte de pesquisa, pois permitiu acompanhar atos políticos acerca da proteção à natureza, anteprojetos de leis que visavam a regulamentação desta, etc. Está disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/>.

O Boletim do Parque Nacional de Itatiaia foi um instrumento relevante para acompanharmos em partes como se dava a divulgação do estudo científico feito no/sobre o Parque Nacional de Itatiaia, apesar de sua rápida interrupção. A administração de Wanderbilt Duarte de Barros, em 1949, instituiu este boletim com o objetivo de divulgação dos trabalhos científicos e técnicos referentes à região do Parque Nacional de Itatiaia. A sequência de publicação dos boletins não obedecia a períodos determinados e sim ao material de estudos a ser impresso. Wanderbilt Duarte de Barros foi o autor dos prefácios dos Boletins até 1957, ano em que deixa a administração do Parque Nacional de Itatiaia. Há uma interrupção deste boletim em 1958. Está disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/o-que-fazemos/pesquisa/boletins.html>.

Além destas fontes, analisamos uma série de jornais do período, com o intuito de acompanhar informações sobre o PNI e unir os dados que puderam ser colhidos nos documentos encontrados no parque e nos demais documentos descritos acima. Esta documentação foi pesquisada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Foram encontradas informações sobre decretos, ações governamentais, obras, comissões, visitas do Serviço Florestal, características físicas e materiais, reportagens, que muitas vezes serviam como propagandas sobre o parque, a

sua importância, seu papel, suas atividades etc. Eram também, portanto, fontes variadas e avulsas.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado “Políticas para a natureza brasileira” buscamos evidenciar as ideias e políticas que culminaram na criação de leis e instituições voltadas à regulamentação da natureza brasileira, tida como um grande símbolo e patrimônio nacional, fundamental ao desenvolvimento do país e, que por este motivo, necessitava ser gerida. A partir de um governo forte e centralizado, como o de Getúlio Vargas, foram criados e reformulados órgãos que ficariam incumbidos então da gerência deste patrimônio natural. Foi o caso do Ministério da Agricultura e do Serviço Florestal, que estariam diretamente incumbidos da localização e fiscalização dos parques nacionais brasileiros. Além destes aspectos, demonstramos neste capítulo que não só a política varguista foi a responsável pela criação do PNI. Ao menos desde o século XIX, existiam atores engajados na defesa da criação de instrumentos capazes de proteger a natureza brasileira, caso dos parques nacionais.

Já o segundo capítulo, intitulado “De colônias agrícolas ao primeiro parque nacional brasileiro: transformações em Itatiaia” aborda um breve histórico da região de Itatiaia no período anterior à criação do parque nacional na região. Destacamos os aspectos da região e elementos que parecem ter sido fundamentais para a escolha daquele local para a implementação do primeiro parque nacional brasileiro. Tratamos também da formação do lugar em parque nacional, com ênfase nas medidas, obras e atividades que passaram a ser desempenhadas pelo PNI. Também examinamos a ação de Wanderbilt Duarte de Barros, o primeiro funcionário do Ministério da Agricultura encarregado, especifica e unicamente, a administrar o PNI. Demonstramos a importância de sua atuação para a consolidação de atividades que se tornaram uma espécie de “símbolo” do Parque Nacional de Itatiaia: a conservação da natureza, aliada à pesquisa científica e ao turismo. Ainda neste capítulo, buscamos demonstrar como se dava a conservação da natureza no parque, como eram as fiscalizações, o que era ou não permitido, etc.

Já o terceiro capítulo, intitulado “Matas primitivas, alturas alucinantes”: o turismo no PNI” trata especificamente do desenvolvimento do turismo no PNI, prática com múltiplas faces e objetivos. Buscamos evidenciar os atrativos turísticos da região, as acomodações existentes no parque para a recepção destes visitantes, como estes eram vistos pelo governo e pela administração do PNI e quais eram os interesses daqueles que promoviam tais práticas.

Reportagens, propagandas e notícias veiculadas pelos jornais do período nos auxiliaram bastante na construção deste capítulo.

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS PARA A NATUREZA BRASILEIRA

Dados do ano de 2014, apontados pelo WWF- Brasil²⁵, mostram a existência de 209 mil áreas protegidas – incluindo os parques nacionais - em todo o planeta Terra e que abrangem 15,4% das terras e 3,4% dos oceanos. Todas estas áreas protegidas seriam, de acordo com a WWF, “fonte de inspiração, educação e recreação, além do lar de diversos animais e plantas e outras formas de vida, e abrigo de culturas que, ao longo do tempo, desenvolveram formas mais equilibradas de convívio com a natureza.”²⁶

Em nível internacional, a IUCN (União Internacional pela Conservação da Natureza) é referência em temas relacionados à conservação da natureza. Este órgão é uma associação composta por organizações governamentais e da sociedade civil. Segundo a própria IUCN, o seu papel é fornecer às organizações públicas, privadas e não-governamentais o conhecimento e meios que permitam “o progresso humano, o desenvolvimento econômico e a conservação da natureza”. A IUCN foi criada em 1948 e tornou-se a maior e mais diversificada rede ambiental do mundo, contando com mais de 1.300 organizações-membro e cerca de 16.000 especialistas. Atua fornecendo dados de conservação, avaliações e análises.²⁷ Desde 1962, a IUCN é responsável pela realização do Congresso Mundial de Parques (WPC). Este evento ocorre a cada dez anos, sendo o único evento internacional dedicado exclusivamente às áreas protegidas. O último ocorreu em 2014, em Sydney, na Austrália.²⁸

Cada país desenvolveu a sua própria legislação referente às suas áreas protegidas, desde o século XIX, quando estas regiões começaram a ser criadas. Um objetivo comum entre os países no que se refere aos parques nacionais seria: “a preservação de ecossistemas de grande

²⁵ O WWF – Brasil intitula-se como uma Organização não-governamental brasileira, participante de uma rede internacional, que se compromete com a conservação da natureza dentro do contexto sócio-econômico do Brasil. Ver: WWF Brasil. Disponível em:

http://www.wwf.org.br/?gclid=CjwKCAjwu7LOBRBZEiwAQtfbGGxkujLuboNcmN3TFUZ10G9Swc-Yof0Hyc1Dxc1dAhQQP-G8BjqCWBoC1Z8QAvD_BwE. Acesso em: 15 de abril de 2017.

²⁶ Congresso Mundial de Parques. WWF Brasil. Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/congresso_mundial_parques/. Acesso em: 15 de Abril de 2017.

²⁷ IUCN. Disponível em: <https://www.iucn.org/about/union>. Acesso em: 15 de Abril de 2017.

²⁸ Congresso Mundial de Parques. WWF Brasil. Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/congresso_mundial_parques/. Acesso em: 15 de Abril de 2017.

relevância ecológica, importância cultural, científica, histórica e sua beleza cênica, sendo vedadas as modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas.”²⁹

Durante o 4º Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em Caracas, na Venezuela, no ano de 1992, foi definido o conceito de parque nacional, o qual é utilizado e reconhecido internacionalmente até os dias atuais: “área reservada para proteger a integridade ecológica para as presentes e futuras gerações e para fornecer oportunidades recreativas, educacionais, científicas e espirituais aos visitantes desde que compatíveis com os objetivos do parque.”³⁰

No Brasil, a legislação vigente que abrange os parques nacionais, data do ano 2000, quando foi regulamentado o § 1º, do art. 225 da Constituição Federal, por meio da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho daquele ano, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que deveria estabelecer os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.³¹

Este sistema seria composto pelo conjunto das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais e teria, dentre outros, os objetivos de: contribuição para a manutenção da diversidade biológica e recursos genéticos no território nacional e nas águas sob jurisdição brasileira; proteção das espécies em ameaça de extinção, em âmbito regional e federal; contribuição para preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais; promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promoção da utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisas científicas, estudos e monitoramento ambiental; valorização econômica e social da diversidade biológica; favorecimento das condições e

²⁹ CUNHA, Caroline Pereira da; SPINOLA, Carolina de Andrade. *Parque Nacional: um conceito com múltiplas interpretações*. *Op.cit*, 2014.

³⁰ MEDEIROS, Rodrigo. *Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil*. *Ambiente & Sociedade*, Volume IX, 2006.

³¹ Um Novo Código Florestal foi decretado em 25 de maio de 2012, de acordo com a lei nº 12.651, porém, o SNUC, de 2000, continuou a vigorar, sendo inclusive citado no novo Código Florestal.

promoção da educação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.³²

O SNUC é regido por diversos órgãos e cada um deles tem uma função. O CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, é o órgão consultivo e deliberativo responsável por acompanhar toda a implementação do Sistema. Já o Ministério do Meio Ambiente é o órgão central, encarregado de coordenar o sistema. Os órgãos executores, compostos pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – e órgãos estaduais e municipais, são responsáveis por implementar o SNUC, subsidiando propostas de criação e administrando as unidades de conservação federais, cuja responsabilidade é do IBAMA; e as estaduais e municipais, de responsabilidade dos demais órgãos criados para cada esfera.³³

O SNUC dividiu as Unidades de Conservação em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável. As Unidades de Conservação de Proteção Integral são as que tem a finalidade básica de “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”. Já as Unidades de Conservação de Uso Sustentável possuem as finalidades de “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.” Estariam enquadrados dentro do conceito de Unidade de Conservação de Proteção Integral: Estação Ecológica; Monumento Natural; Parque Nacional/ Estadual/ Municipal; Refúgio de Vida Silvestre; Reserva Biológica.³⁴

³²Brasil. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000-359708-norma-pl.html>. Acesso em 20 de abril de 2017.

³³ *Ibidem.*

³⁴ *Ibidem.*

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	
CATEGORIA	OBJETIVO
ESTAÇÃO ECOLÓGICA (ESEC)	Preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse do domínio público, devendo ser desapropriadas as áreas particulares incluídas em seus limites. A visitação particular é proibida, exceto por objetivos educacionais, de acordo com regulamento específico. Podemos citar como exemplo a Estação Ecológica da Guanabara, criada em 2006, localizada na cidade de Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro. ³⁵
RESERVA BIOLÓGICA (REBIO)	Preservar integralmente a biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta e sem modificações ambientais, exceto as medidas de recuperação de ecossistemas alterados e do equilíbrio natural, da diversidade biológica e dos processos ecológicos naturais. É de posse do domínio público, cabendo a desapropriação de particulares, sendo a visitação também proibida. Um exemplo é a Reserva Biológica do Tinguá, criada em 1989, localizada no município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. ³⁶
PARQUE NACIONAL (PARNA)	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Também são de domínio público, devendo ocorrer desapropriações em caso de proprietários particulares. A visitação pública é permitida, porém está sujeita às normas de cada Unidade. Citamos como exemplo o próprio Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, e o Parque Nacional da Chapada da Diamantina, criado em 1985, localizado no estado da Bahia. ³⁷

³⁵ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação – Esec da Guanabara. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2250-esec-da-guanabara>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

³⁶ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação – Rebio do Tinguá. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao?q=rebio+do+tingua%C3%A1&Search=>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

³⁷ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação – PARNA Chapada da Diamantina. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao?q=Parna+Chapada+da+Diamantina&Search>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	
CATEGORIA	OBJETIVO
MONUMENTO NATURAL (MONA)	Preservação de Sítios Naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível o uso da terra em conciliação com os objetivos da unidade. Caso isso não ocorra, poderá haver desapropriação. A visitação é permitida, sendo regulamentada pelo órgão responsável pela Unidade. Um exemplo é o Monumento Natural das Ilhas Cagarras, criado em 2010, localizado no Rio de Janeiro. ³⁸
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE (REVIS)	Proteção de ambientes naturais, assegurando condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades de flora e fauna residentes ou migratórias. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível o uso da terra com a conciliação com os objetivos da unidade. Caso isso não ocorra, poderá haver desapropriação. A visitação é permitida, sendo regulamentada pelo órgão responsável pela Unidade. Podemos citar o Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, criado em 2016, localizado na cidade de São Sebastião, no Estado de São Paulo. ³⁹

Fonte: Sistematizado por mim a partir da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e do site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).

Já como áreas de Uso Sustentável estão classificadas, as Florestas Nacionais/ Estaduais/ Municipais; Reserva Extrativista; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva de Fauna; Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

³⁸Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação – MONA das Ilhas Cagarras. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao?q=MONA+das+Ilhas+Cagarras&Search=>

Acesso em: 28 de Junho de 2017.

³⁹ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação – REVIS do Arquipélago de Alcatrazes. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/8102-revis-do-arquipelago-de-alcatrazes?highlight=WyJyZXZpeyJd>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL	
CATEGORIA	OBJETIVO
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)	Área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, com atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Tem como objetivos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas ou privadas. As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade. Um exemplo é a Área de Preservação Ambiental dos Campos de Manicoré, criado em 2016, localizado na Amazônia. ⁴⁰
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO (ARIE)	Área geralmente de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abrigam exemplares raros da biota regional, e tem o objetivo de manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a conciliar com os objetivos de conservação da natureza. É constituída por terras públicas ou privadas. Como exemplo, podemos citar a Arie Cerrado Pé-de-Gigante, criada em 1990, localizada no Rio de Janeiro. ⁴¹
FLORESTA NACIONAL (FLONA)	Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. É de posse do domínio público, devendo as áreas particulares ser desapropriadas. São admitidas as permanências de populações tradicionais que a habitam no momento de sua criação. A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas pelo órgão responsável. Exemplo desta modalidade é a Flona Mario Xavier, criada em 1986, localizada no município de Seropédica, no estado do Rio de Janeiro. ⁴²

⁴⁰ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação – APA dos Campos de Manicoré. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/apa-dos-campos-de-manicore?highlight=WyJhcGEiXQ==>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

⁴¹ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação – Arie Cerrado do Pé-de-Gigante.

Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/arie-cerrado-pe-de-gigante?highlight=WyJhcmlIII0=>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

⁴² Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação – Flona Mario Xavier.

UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL	
CATEGORIA	OBJETIVO
RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX)	Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência é baseada no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. É de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais. Podemos citar a Reserva Extrativista do Alto Juruá, criada em 1990, localizada na Amazônia. ⁴³
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RDS)	É uma área natural onde vivem populações tradicionais, cuja existência é baseada em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. O objetivo é preservar a natureza e assegurar as condições necessárias para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. É de domínio público, devendo haver desapropriações quando necessário. O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais deve ser feito de acordo com regulamentação específica. Podemos citar a RDS Itatupã- Baquiá, criada em 2005, localizada na Amazônia. ⁴⁴
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN)	É uma unidade de conservação criada em área privada por ato voluntário do proprietário, em caráter perpétuo, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. Só são permitidas pesquisa científica; visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. Citamos como exemplo a RPPN Perna do Pirata, criada em 2016, localizada no estado do Paraná.

Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/flona-mario-xavier?highlight=WyJmbG9uYSJd>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

⁴³ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação – Resex do Alto Juruá. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/resex-do-alto-juruua?highlight=WyJyZXNleCJd>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

⁴⁴ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação – RDS Itatupã-Baquiá. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/rds-de-itatupa-baquia?highlight=WyJyZHMlXQ==>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL	
CATEGORIA	OBJETIVO
RESERVA DE FAUNA (REFAU).	É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. É de posse do domínio público, devendo ser desapropriadas as propriedades particulares. A visita pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável. Até o momento, o ICMBio não criou nenhuma área enquadrada nesta categoria.

Fonte: Sistematizado por mim a partir da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e do site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Dados consolidados no ano de 2016 pelo Ministério do Meio Ambiente, e o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), apontam a existência de 2029 Unidades de Conservação, incluindo as de proteção integral e de Uso Sustentável e as esferas federais, estaduais e municipais. No âmbito federal, o Brasil conta com 960 Unidades de Conservação, sendo 146 de Proteção Integral. Os Parques Nacionais são 73, abrangendo uma área total de 262.965 Km².⁴⁵ As unidades de conservação da esfera federal do governo são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Nas esferas estaduais e municipais, por meio dos Sistemas Estaduais e Municipais de Unidades de Conservação.⁴⁶

De acordo com uma publicação do SNUC do ano de 2011, este sistema seria um dos modelos de conservação mais “sofisticados do mundo”. Toda a concepção do sistema abrangeria mais do que a manutenção da biodiversidade, mas também possibilitaria “vários usos do solo e dos recursos naturais”. O SNUC potencializa atividades que permitem a promoção de empregos e renda, visando melhor qualidade de vida, juntamente com o desenvolvimento do país, isto sem

⁴⁵ Tabela Consolidada das Unidades de Conservação. Fonte: CNUC/MMA - www.mma.gov.br/cadastro_uc. Acesso em: 11 de Abril de 2017.

⁴⁶ O que são Unidades de Conservação. O Eco. Disponível em : <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/?format=pdf>. Acesso em 11 de Abril de 2017.

que a conservação do ambiente seja prejudicada. Então, de acordo com a publicação, o SNUC deve ser entendido como uma ferramenta de “ordenamento territorial” e não como “um entrave ao desenvolvimento econômico e social”. O desafio para o Sistema seria:

despertar o interesse da sociedade brasileira pelo patrimônio natural e cultural protegido pelo SNUC, aproximando as unidades de conservação das pessoas, de maneira que o investimento em unidades de conservação também signifique retorno na forma de benefícios para todos os brasileiros.⁴⁷

Ainda de acordo com esta publicação, os parques nacionais, estaduais e municipais, por sua “ampla distribuição” (no total, 273 parques federais, estaduais e municipais, totalizando 345.093km²), seriam as unidades de conservação que mais propiciariam “uma maior variedade de experiências e a maior interação entre o visitante e a natureza.”⁴⁸

As legislações ambientais voltadas à regulamentação do uso da natureza – as quais podemos incluir as criações de áreas como as expostas acima – começaram a ser definidas a partir do governo Vargas (1930-1945). Esta legislação evidenciava a tentativa de conciliar o desenvolvimento da nação com uma exploração racional dos recursos naturais. Os parques nacionais e demais modalidades de áreas protegidas geridas pelo Estado brasileiro são, então, expressão desta política, representando este “acionamento” da natureza brasileira. Estes espaços seriam os responsáveis por “poupar partes” do patrimônio natural brasileiro, para futuro benefício e usufruto do próprio governo e da população. As legislações que sucederam a implementada por Vargas, incluindo a que vigora atualmente, demonstraram impressionantes similaridades no que diz respeito ao caráter de exploração econômica nas unidades de conservação.

1.1- IDEIAS, PROJETOS E DEBATES INTELECTUAIS

⁴⁷ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Ministério do Meio Ambiente, 2011. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf. Acesso em 11 de Abril de 2017.

⁴⁸ *Ibidem*.

As primeiras medidas expressas através de uma legislação voltada à exploração racional e regulamentada da natureza foram iniciadas no âmbito da política nacionalista do Governo Vargas, tal como temos ressaltado. No entanto, naquele momento, debates sobre tais questões não eram inéditos. Intelectuais e cientistas, ao menos desde o século XIX, já questionavam a devastação dos recursos naturais brasileiros e defendiam sua exploração racional. Muitos destes atores, sobretudo a partir da primeira década do século XX, estiveram vinculados a órgãos estatais, formulando projetos de leis, atuando tanto em meios políticos quanto científicos.

Todo este cenário esteve diretamente ligado a todo o histórico de atividades econômicas promovidas ao longo dos anos e à relação que estas atividades tiveram com a natureza. Os primeiros duzentos anos do Brasil enquanto colônia se caracterizaram pela exploração predatória dos recursos naturais, assim como pela incursão de viajantes naturalistas a fim de descobrirem as peculiaridades do “mundo tropical”. No século XVIII, já se observava uma grande degradação da colônia, o que passou a preocupar a metrópole portuguesa. Nesse contexto surgiram as primeiras regras e proibições com o intuito de proteger os interesses da própria Corte. A tentativa de proteção legal das florestas teve início ainda nessa época, especialmente devido ao interesse da Corte com o comércio europeu. A principal causa dessa proteção estaria ligada à preocupação com a escassez da madeira, que diminuía e conseqüentemente encarecia. Assim, a Metrópole passou a defender a redução da devastação e uma exploração racional das reservas. A Carta Régia de 13 de março de 1797 é um exemplo desta estratégia. Esta carta apontava ser necessário tomar as precauções para a conservação das matas no Brasil, evitar que elas fossem destruídas e visava coibir o corte não autorizado pela Coroa de determinadas espécies de árvores cuja madeira representava importante recurso para a Metrópole. Já no final do século XVIII teria ocorrido a tentativa de impor medidas mais rigorosas, as quais declaravam que o corte de madeiras estaria proibido, até mesmo em terras particulares. Porém, essas medidas, em sua maioria, não teriam sido atendidas, o que se observou com a escassez de diversas espécies de madeiras, principalmente o “pau-brasil”⁴⁹.

Com o advento da República, este cenário quase não se alterou. Com a Constituição de 1891, aos Estados pertenceriam as minas e terras devolutas em seus territórios e, por isso, esses

⁴⁹ DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. *Op.cit*, 1996; URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Fundação MacArthur, 1998; MEDEIROS, Rodrigo. *Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil*. *Ambiente & Sociedade*, 2006, vol.9, n.1, pp. 41-64.

ficariam encarregados de legislar sobre a natureza. À União caberia apenas as porções de territórios necessárias para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais. Sob a responsabilidade dos governos estaduais, as questões referentes ao mundo natural variavam de acordo com o interesse de cada elite local.⁵⁰ A dificuldade de enfrentar os problemas com a natureza do Brasil continuava, embora tenham existido pequenas manifestações por presidentes nesse período em prol das florestas brasileiras⁵¹. Um exemplo que cabe aqui destacar é o decreto do presidente Hermes da Fonseca, de 1911, criando a Reserva Florestal do Acre⁵², alegando que:

a devastação desordenada das matas está produzindo em todo o país efeitos sensíveis e desastrosos, salientando-se entre eles alterações na constituição climatérica de várias zonas e no regime das águas pluviais e das correntes que delas dependem; e reconhecendo que é da maior e mais urgente necessidade impedir que tal estado de coisa se estenda ao Território do Acre, mesmo por tratar-se de região onde como igualmente em toda a Amazônia, há necessidade de proteger e assegurar a navegação fluvial e, conseqüentemente, de obstar que sofra modificação o regime hidrográfico respectivo [...] (Diário Oficial da União, decreto n. 8.843 de 26 de julho de 1911).

Esta reserva ficaria sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), porém, este projeto não foi posto em prática. O historiador André Vasques Vital aponta que este decreto teria coincido com a atuação de uma geração de cientistas e políticos que se preocupava com as conseqüências negativas de atividades econômicas voltadas para a exploração das florestas e rios. Porém, Vital não descarta a hipótese de que esta reserva teria se

⁵⁰ SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para seu uso. In: ARRUDA, Gilmar. (org.) *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/natureza%20fronteiras%20e%20territorios_digital.pdf. Acesso em: 23/08/2016.

⁵¹ URBAN, Teresa. *Saudade do Matão*: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. *Op.cit*, 1998

⁵² Brasil. Decreto n. 8.843 de 26 de julho de 1911. Cria a Reserva Florestal no território do Acre. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8843-26-julho-1911-579259-republicacao-102184-pe.html>. Acesso em: 29 de agosto de 2016.

tratado também de uma tentativa de desapropriação dos seringais, buscando a efetiva integração física do território do Acre ao Brasil:

No caso da Reserva Florestal do Território do Acre, ela abriria o precedente de esvaziar as margens dos rios das problemáticas elites seringalistas, permitindo, contudo, a presença de militares e a construção de fortificações e vias de comunicação para a defesa nacional. Não por acaso, os maiores atingidos pela reserva seriam os seringalistas do Departamento do Alto Juruá, os mesmo que, um ano antes, lideraram uma revolta autonomista. Sairiam os seringalistas com patentes da Guarda Nacional e entrariam os militares. De todo modo, do ponto de vista político, a reserva dificilmente passaria na Câmara e no Senado, tanto pela perspectiva das perdas econômicas do Estado, quanto pela pressão do lobby de vários agentes constitutivos da cadeia de aviamentos nos estados do norte. Diante desse cenário extremamente negativo, o decreto foi engavetado antes mesmo de ser discutido.⁵³

Portanto, a Reserva do Acre não “saiu do papel” e, efetivamente, o Brasil permaneceria até 1937 sem a criação de uma área destinada à proteção da natureza. O descaso por parte das autoridades brasileiras e a “dilapidação” da flora brasileira fizeram com que emergissem vozes de protesto, individuais ou aglutinadas, a partir de instituições científicas e associações cívicas que passaram a propor mudanças gerais nas leis e nas atitudes de cada cidadão em relação à natureza.⁵⁴

Estes intelectuais, como dito anteriormente, mobilizaram-se na elaboração de políticas que garantissem a proteção da natureza do país, vista como patrimônio nacional.⁵⁵ Alguns representantes destes grupos citados, desde o século XIX, já apresentavam indagações acerca da criação de instituições que promovessem o culto e a proteção à natureza. José Bonifácio, por

⁵³ VITAL, André Vasques. Política e Saúde Pública no cativo dos rios: a integração nacional do território federal do Acre (Alto Purus, 1904-1920). Tese de Doutorado– Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

⁵⁴ SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para seu uso *op. Cit.*, 2013.

⁵⁵ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro; Fiocruz; 2009.

exemplo, no início do século XIX, demonstrava preocupação com a destruição das matas brasileiras. Bonifácio defendia o conhecimento científico da natureza e buscava combater o corte das florestas, após ter estudado os efeitos do desmatamento em Portugal. Ainda na década de 1820, Bonifácio defendia a criação de um órgão administrativo que ficasse encarregado pela proteção das florestas, o que seria reflexo da destruição de várias áreas da Mata Atlântica, sobretudo no Nordeste, para a construção de barcos.⁵⁶ André Rebouças, que em 1876 questionou: “*Não terá também um dia o Brasil o seu parque nacional?*”, igualmente se colocou contra os desmatamentos e uso de técnicas modernas no trato da terra. Buscava, ao mesmo tempo, combater as causas do desmatamento, que para ele seriam o monopólio das terras, a escravidão e o “landlordismo”, ou seja, as grandes propriedades.⁵⁷

Em São Paulo, também em fins do século XIX, intelectuais começaram a perceber os danos trazidos pela *plantation* e pelo crescimento desordenado das cidades.⁵⁸ Warren Dean aponta relatos de viajantes, que, ao percorrerem ferrovias, observavam os amplos danos ocorridos em suas margens. Euclides da Cunha teria sido um desses viajantes. Durante uma viagem de trem do Rio de Janeiro para São Paulo, impressionou-se com lenhas e voçorocas existentes ao longo do trajeto, o que seria símbolo das derrubadas das matas e também do “abandono” de plantações de café no Vale do Paraíba. Tais observações levaram Cunha a escrever artigos que registravam a destruição ambiental entre Rio de Janeiro e São Paulo.⁵⁹

Alberto Torres foi outro notório intelectual do período e teve suas principais obras publicadas na década de 1910. Torres, em muitos pontos, era um crítico da modernidade, principalmente porque o progresso do industrialismo acelerava o fim dos recursos naturais do planeta. Para ele, o Brasil era um típico exemplo disso e em três séculos tínhamos devastado

⁵⁶DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

⁵⁷PÁDUA, J. A. "Natureza e projeto nacional. As origens da ecologia política no Brasil". In: PÁDUA, J. (org.). *Ecologia e política no Brasil, espaço e tempo*. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1987. Apud DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. Op.cit, 1996.

⁵⁸FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro; Fiocruz; 2009.

⁵⁹ Ao escrever “Fazedores de desertos”, de 1901, publicado originalmente em “O Estado de São Paulo” e “Entre as Ruínas”, de 1904, em “O Paiz”, Euclides da Cunha não dirigia suas críticas particularmente a nenhum ator social, nem ao governo, mas atribuía ao próprio avanço humano o efeito maléfico na vegetação, nos recursos hídricos, nos solos, no clima e por extensão na própria civilização, provocado pelas queimadas de uma agricultura ainda com métodos herdados do período colonial. Ver: ROSSO, Mauro. Euclides da Cunha, o pioneiro na defesa do meio ambiente. *Jornal Opção*, 2012. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/euclides-da-cunha-o-pioneiro-na-defesa-do-meio-ambiente>. Acesso em 24 de outubro de 2016.

⁶⁰ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

mais a nossa natureza do que as civilizações milenares do Egito, China e Mesopotâmia. Segundo Torres, não era somente necessário que os brasileiros reproduzissem modelos dos países mais “adiantados”. Era preciso não cometer o erro de descuidar do patrimônio natural e do homem que povoa a terra. Acreditava que a sociedade brasileira deveria trilhar seu próprio caminho e seu projeto de nacionalidade se vinculava à valorização das pessoas e dos recursos naturais do país. Também desejava que o Brasil tivesse um Estado forte que interviesse e organizasse a nação, ordenando os fatores físicos e humanos, além de moldar o trabalhador nacional e garantir a conservação das riquezas a serem exploradas. O pensamento de Alberto Torres começou a ganhar destaque com a Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil enfrentou problemas de abastecimento e financiamento. A partir daí, tornou-se referência na construção do projeto nacionalista de Getúlio Vargas. Assim, Torres tornou-se o principal mentor político e intelectual para a geração que o sucedeu.⁶¹

Já no início do século XX, atuava um grupo relativamente coeso, herdeiro de intelectuais como Rebouças, Cunha e Torres, formado em sua maioria por cientistas, intelectuais e funcionários públicos, que se organizaram em torno das preocupações com a natureza do Brasil. Este grupo buscou construir uma percepção da diversidade e da riqueza da natureza brasileira, relacionando-a a discussões científicas, estéticas e à identidade nacional. Além disto, apropriava-se de tradições de pensamento que buscavam alinhar o conhecimento científico do mundo natural à noção de que tal mundo devia ser conservado por motivos econômicos e estéticos. No Brasil, esse tipo de perspectiva formou-se no interior de algumas poucas instituições científicas, das quais se destacaram o Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ) e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Ambas já se mostravam centros de estudos sobre a natureza no Brasil. Também possuiu papel importante o Instituto de Manguinhos, principalmente no campo da biologia aplicada.⁶²

Os autores José Luiz de Andrade Franco, José Augusto Drummond e Regina Horta Duarte apontam diferenças entre as duas gerações já mencionadas anteriormente. Horta afirma que a geração em que Alberto Torres esteve inserido não obteve tanto sucesso quanto a que o sucedeu. E o que diferenciaria estas duas gerações seriam os lugares a partir dos quais a primeira “falava”. Enquanto os contemporâneos de Torres apresentavam suas críticas e as publicavam em

⁶¹ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro; Fiocruz; 2009.

⁶² *Ibidem*.

periódicos, os segundos participavam mais diretamente do governo, eram acionados para elaborar leis, pareceres e instituições. Seus membros conseguiram espaço no governo para institucionalizar parte de suas propostas, e desempenharam também papel importante junto a grupos cívicos voltados para a questão da proteção à natureza. Nesse meio, destacavam-se associações como o Centro Excursionista Brasileiro, cujos guias foram credenciados como guardas florestais; a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que tinha a bióloga Bertha Lutz como uma de suas líderes; a Sociedade de Amigos de Alberto Torres; a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; a Sociedade de Amigos das Árvores e a Sociedade dos Amigos do Museu Nacional (constituída por funcionários da instituição). Em São Paulo, Frederico Carlos Hoehne organizou a Sociedade de Amigos da Flora Brasílica, que incluía em seu quadro de sócios fundadores, além de cientistas e funcionários públicos, horticultores e fazendeiros inovadores. Além disso, os cientistas do MNRJ tiveram uma participação destacada como organizadores e participantes da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada em 1934, no Rio de Janeiro. Esses intelectuais desenvolveram estudos voltados para a história natural e para a antropologia e preocuparam-se com o problema da destruição do mundo natural. Dentre esses se destacaram: Cândido de Mello Leitão⁶³, Edgard Roquette-Pinto⁶⁴, Bertha Lutz⁶⁵, Heloísa Alberto Torres⁶⁶, e Alberto José de Sampaio.⁶⁷⁶⁸ Outro cientista importante dessa geração foi o botânico Paulo Campos Porto⁶⁹.

⁶³ O zoólogo Cândido de Mello Leitão foi professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ) e este possuía a intenção de unir a razão e o sentimento de resgatar, através da pesquisa científica, a proximidade dos humanos com a natureza. A sua obra mostrou também como a biologia se constituiu em fonte de conhecimentos sobre o Brasil e como ela poderia orientar a transformação de uma relação imediatista e predatória com a natureza em uma outra, baseada no cuidado e desvendamento de seus segredos. Ver: FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Cândido de Mello Leitão: Ensaio sobre a Valorização da Natureza e da Diversidade da Vida*. III Encontro da ANPPAS, Brasília, 2006.

⁶⁴ Edgard Roquette-Pinto iniciou em 1906 sua carreira de professor na Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia do Museu Nacional, de onde foi posteriormente diretor. Quando ingressou no Museu Nacional, iniciou atividades de divulgação científica, as quais desempenhou durante toda a sua carreira. Roquette-Pinto produziu inúmeros programas de rádio e filmes educativos e de divulgação científica. Foi um dos idealizadores da Sociedade Brasileira da Ciências (atual Academia Brasileira de Ciências), criada em 1916 com o objetivo de dedicar-se ao estudo e à propaganda das ciências no país. Ver: ARANHA, J; MASSARANI, L. ;MOREIRA, I. C. Roquette- Pinto e a divulgação científica. In: LIMA, Nísia Trindade e SÁ, Dominichi Miranda de (orgs.) *Antropologia Brasileira: ciência e educação* na obra de Edgar Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

⁶⁵ A cientista e ativista política Bertha Lutz, em 1919 prestou concurso público para bióloga do Museu Nacional, passando a ser a segunda brasileira a ingressar no serviço público. Nesta instituição, Bertha atuou por quatro décadas como docente e pesquisadora e nessa atividade foi reconhecida internacionalmente por sua valiosa contribuição na pesquisa zoológica, especificamente de espécies anfíbias brasileiras. Bertha também se tornou uma defensora militante dos direitos da mulher na Brasil. Ver: SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 24, p. 315-325, 2005.

Para a maioria desses intelectuais, a biologia e a história natural tinham um papel a desempenhar na formação do povo e na renovação da sociedade brasileira. O Museu Nacional destacou-se na produção destes conhecimentos.⁷⁰ Havia também por parte destes intelectuais, a preocupação com o uso dos recursos naturais para o desenvolvimento da nação e a crença de que, embora estes fossem abundantes, deveriam ser utilizados de forma racional. Além disso, existia a convicção de que a eles competiria certa responsabilidade na criação de uma identidade nacional e na construção de instituições do Estado voltadas à proteção à natureza. Tal grupo buscava influenciar a opinião pública e os governantes para a formulação de políticas e instituições com este fim. Auxiliaram no conhecimento, promoção e proteção da riqueza da

⁶⁶ Heloísa Alberto Torres era a terceira filha de Alberto Torres. Alcançou reconhecimento internacional por seus estudos e trabalhos. Ingressou no Museu Nacional em 1918, trabalhando como assistente de Roquette-Pinto. Em sua carreira, foi professora da Divisão de Antropologia, Etnografia e Arqueologia, membro do Conselho das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, diretora do Museu Nacional, professora de Antropologia na Universidade do Distrito Federal e na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette (atual UERJ), entre outros. Foi uma das pioneiras da luta pelos direitos das mulheres no Brasil e representante do país em diversas Conferências e Entidades Culturais no exterior. Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, 2009. Disponível em: <http://casadeculturaheloisaalbertotorres.blogspot.com.br/2009/09/heloisa-alberto-torres-1895-1977.html>.

⁶⁷ Alberto José Sampaio foi botânico do MNRJ e um grande conhecedor da flora brasileira. Suas ideias sobre a proteção da natureza vinculavam-se a uma corrente de pensamento nacionalista e desenvolvimentista. Possuía como intenção institucionalizar medidas relativas ao cuidado com o mundo natural. Sampaio teve papel de destaque na concepção da legislação de proteção dos recursos naturais a partir de 1934. Participou da elaboração do Código Florestal e formulou um projeto que unia preocupações específicas com o cuidado do mundo natural a idéias relacionadas à "construção da nacionalidade". Ver: FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Alberto José Sampaio: Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. *Varia História*, UFMG, 2005.

⁶⁸ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro; Fiocruz, 2009.; DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

⁶⁹ Paulo Campos Porto foi naturalista viajante do JBRJ e mais tarde foi por duas vezes diretor dessa instituição. Também atuou como diretor do Instituto de Biologia Vegetal, presidiu o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, e foi Secretário de Agricultura do Estado da Bahia. Além disso, participou da Comissão Organizadora do Parque Nacional de Itatiaia, entre outras atribuições. Ver: CASAZZA, Ingrid Fonseca. *Natureza e Ciência na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1939)*. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

⁷⁰ Os cientistas do Museu Nacional - como é o caso de Candido de Mello Leitão - buscavam transformar a instituição em um repositório de tudo o que havia no país. Leitão convocava os leitores de periódicos do Museu a enviarem todos os pequenos animais colhidos em sua região. Com isto, buscava realizar um movimento de mão dupla. Como membro do Museu Nacional dirigia-se à sociedade em textos de divulgação científica dos conhecimentos ali produzidos e, ao mesmo tempo, conclamava seus leitores a auxiliarem na realização de uma obra educativa. Desta forma, as exposições do Museu deveriam conter o que é tipicamente brasileiro, para que as coisas do Brasil se tornassem mais conhecidas. Essa prática se tornaria uma dinâmica: o material recebido se tornaria publicação na Revista do Museu, que o veicularia nas suas ilustrações e estampas, fazendo com que fossem divulgadas, em cada região do Brasil, os animais e plantas de outras áreas, além daqueles comuns a todas. Os professores poderiam ensinar a biologia sem recorrer às figuras exóticas dos livros europeus. Ver: DUARTE, Regina Horta. *Biologia e sociedade no Brasil dos anos 1930: práticas de escrita e divulgação científica em Candido de Mello Leitão*. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; CONDÉ, Mauro Lúcio (orgs.). *Ciência, história e teoria*; Belo Horizonte: Argvntvm Editora, 2005.

natureza brasileira. A existência desse grupo preocupado com as questões relacionadas à natureza inseriu-se em um contexto de crise da chamada “República Velha”, quando diversos grupos, como a Igreja, o Exército, os educadores, sanitaristas, os artistas, entre outros, questionavam as instituições vigentes no Brasil. Assim, estes grupos passaram a direcionar sua atuação para âmbito do Estado, considerando a sociedade civil um “corpo” fragmentado e atribuindo ao Estado a ideia de ordem e unidade. Havia uma forte consciência quanto ao desejo de um estado autoritário, forte.⁷¹ Os grupos acreditavam que era necessário o fortalecimento das funções do Estado central em detrimento dos interesses regionais.⁷²

Embora o grupo dos defensores da natureza fosse relativamente coeso, dentre eles não havia unanimidade entres seus interesses. Muitos estavam preocupados com o caráter econômico, e promoviam a proteção à natureza buscando racionalizar as matérias primas. Outros, principalmente cientistas, defendiam a defesa da natureza para fins de estudos científicos futuros. Ainda havia a preocupação desse movimento com a exploração da natureza brasileira por estrangeiros, pois, na sua visão, a degradação da natureza significaria não só o fim dos recursos econômicos do Brasil, mas também a destruição da “brasilidade”.⁷³

Além dos meios científicos e políticos, estes atores, envolvidos e engajados no movimento de proteção à natureza, também se manifestavam em meios de comunicação. As discussões em torno dessas questões ganhavam destaque na imprensa e também em periódicos especializados, mobilizando diversos intelectuais e instituições. Dentre os intelectuais, destacaram-se Roquette-Pinto, Alberto Sampaio, Cândido de Mello Leitão, Bertha Lutz e Armando Magalhães Corrêa. Dentre as instituições, destacaram-se a Sociedade Amigos de Alberto Torres, a Sociedade de Amigos das Árvores, a Academia Brasileira de Ciências e jornais, como o *Correio da Manhã*. Estes debates teriam passado de alguns poucos artigos publicados, tornando-se verdadeiros manifestos nesses veículos de comunicação. O movimento destes intelectuais engajados, então, ganhou ainda mais expressão no início da década de 1930, ao ocuparem espaço na imprensa, com o intuito de esclarecer e formar uma opinião pública em relação à natureza. Focavam-se também na divulgação do que vinha sendo realizado em outros

⁷¹VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

⁷²FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro; Fiocruz; 2009.

⁷³DE OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. O Brasil e suas naturezas possíveis (1930-1945). *Revista de Indias*, volume 72, n.255, 2012.

países. Buscavam apresentar feitos de países como os Estados Unidos e outros europeus em relação às suas políticas voltadas ao meio ambiente. Ao mesmo tempo, realizavam eventos científicos e educativos, para avaliar a situação da natureza brasileira.⁷⁴

Um dos mais notórios eventos científicos realizados neste sentido foi a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza realizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores, no Rio de Janeiro, de 8 a 15 de abril de 1934. Esta conferência representou uma das conquistas do grupo já mencionado, conseguindo, inclusive, o patrocínio de Getúlio Vargas para a promoção do evento. A conferência reuniu intelectuais brasileiros e estrangeiros de diversas áreas e contou com a presença de representantes de diversas instituições. A sessão inaugural foi presidida por Ubirajara dos Santos Lima, representante de Getúlio Vargas e contou com o discurso de Leôncio Correia⁷⁵, que atribuiu a necessidade da Conferência à alta degradação da natureza por todo o Brasil, descrevendo como, em diversas regiões do país, as áreas naturais foram modificadas e degradadas. A conferência contou com sessões técnicas, que foram realizadas no Museu Nacional do Rio de Janeiro, no período de 9 a 13 de abril, e foram presididas pelo então diretor do museu, Edgard Roquette-Pinto. Teve também como um de seus idealizadores e relator Alberto Sampaio. Ao longo da conferência foram apresentados trabalhos, e estes foram divididos em sessões de educação, proteção à natureza em geral, solo e subsolo, flora, fauna, antropologia e biogeografia, habitat rural, legislação e métodos.⁷⁶

Durante a conferência foi exposto que o problema florestal observado no Brasil era visto como um problema econômico, social, de higiene e de riqueza da população. Ao analisar o relatório da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, publicado no Boletim do Museu Nacional em 1935, foi possível localizar e analisar as diversas discussões acerca da proteção e culto à natureza. Foram identificados discursos de atores, os quais defendiam e disseminavam a ideia da criação de parques nacionais, em diferentes momentos, como André

⁷⁴ SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para seu uso *op. Cit.*, 2013.

⁷⁵ Leôncio Correia (1866-1950) nasceu em Paranaguá, no Estado do Paraná. Defendeu causas abolicionistas e republicanas, foi deputado estadual e federal pelo Paraná. Ocupou também uma cadeira na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, permanecendo posteriormente na cidade, onde se dedicou ao jornalismo, ao magistério e à produção literária. Ver: Leôncio Correia. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Le%C3%B4ncio.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2017.

⁷⁶RABELLO, Jessika Flückiger Dupré. *Educação e Geociências na 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (1934)*. PIC/FEUSP. 2010.

Rebouças, em fins do século XIX, (citado por mais de uma vez na conferência) e Edgard Roquette-Pinto e Alberto Sampaio, dentre outros que atuaram no início do século XX, mais especificamente na década de 1930. A criação do primeiro parque nacional do Brasil foi amplamente defendida durante a conferência.

Também foram citados congressos\eventos e também a criação de parques nacionais em diversos locais do mundo, o que demonstra um grande intercâmbio de ideias com outros países para se pensar questões ambientais no Brasil no início do século XX. Alexandre Curt Brade⁷⁷, naturalista do Jardim Botânico, em seu discurso “Proteção à Natureza” elogia a iniciativa da Sociedade dos Amigos das Árvores, de realizar a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a define como um belo programa de cultura cívica, considerada por ele da maior relevância, por colocar o Brasil no movimento mundial de proteção à natureza.

A Primeira Conferência teve a duração de sete dias e a sessão de encerramento foi realizada na sede da Sociedade dos Amigos das Árvores, no dia 14 de abril. A realização da conferência serviu como um exemplo de um clima favorável a iniciativas protecionistas e compõe um quadro de interesse pela natureza brasileira que ultrapassa os meios científicos e atinge diversas instituições da sociedade civil.⁷⁸ A conferência significou, assim, uma maior visibilidade de temas relacionados à natureza entre segmentos da opinião pública. Através de entidades da sociedade civil se buscou pressionar o governo para a criação de políticas efetivas em relação aos problemas observados na natureza brasileira. Tais pressões foram em parte assimiladas pelo poder público. Durante a conferência, formas distintas de valorizar a natureza foram identificadas e defendidas, sobretudo a criação de parques nacionais. Essas formas foram expressas no discurso de Leoncio Corrêa, o qual defendia a valorização do mundo natural como recurso econômico a ser utilizado racionalmente e também para o culto e a fruição estética.

O grupo que participou da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza pretendia garantir, neste evento, a implementação de políticas que assegurassem a conservação da natureza brasileira, e isso lhes parecia imperativo, dada a criação, já naquele ano, do Código

⁷⁷ Dentre outros cargos, Alexander Curt Brade (1881-1971) esteve vinculado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro e também ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, instituição onde se tornou Superintendente na década de 1930. *O Herbário Bradeanum*. Disponível em: <http://delfinadearaujo.com/on/on11/paginas/mat01c.htm>. Acesso em 15 de maio de 2017.

⁷⁸ SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

Florestal, pelo decreto, n. 23.791, de 23 de janeiro de 1934.⁷⁹ O Código precisava ser resguardado e legitimado, pois os trabalhos da Constituinte ainda estavam em andamento e a nova Constituição federal só seria efetivamente promulgada em julho daquele ano. A realização da Conferência visava, então, garantir que tais medidas fossem, de fato, sancionadas.⁸⁰

1.2 – A REGULAMENTAÇÃO DA NATUREZA

Com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, muitos intelectuais conservacionistas passaram a ocupar postos na burocracia científica do Estado brasileiro, com atuação decisiva em comissões e consultorias para a formulação da legislação de proteção à natureza. O novo regime busca desenvolver um Estado centralizado em detrimento da descentralização político-administrativa característica da Primeira República. Vargas pôs em prática uma política nacionalista e, neste contexto, a natureza é exaltada e declarada símbolo nacional, assim como uma fonte de riqueza para o país. Para o governo Vargas, o desenvolvimento era um dos principais objetivos a ser alcançado e os recursos naturais brasileiros eram tidos como um instrumento necessário a este desenvolvimento. Seria imperativa a regulamentação da exploração do chamado “patrimônio” natural brasileiro. As ações varguistas, incluindo a criação de parques nacionais e dos códigos florestal, de águas e minas, portanto, não se deram pelo fato de o governo se identificar com a natureza, buscando protegê-la, pensando no bem-estar das plantas e animais, como é amplamente defendido atualmente pelos movimentos ambientalistas e ONGs de diversos países. Não só o governo e seus intelectuais, mas os movimentos em prol da proteção à natureza existentes no período defendiam tal causa buscando encontrar na natureza benefícios que contemplariam aos próprios homens. Os objetivos daqueles que defendiam a criação de uma legislação que salvaguardasse o patrimônio natural eram diversos. Seja buscando garantir o desenvolvimento da nação, seja buscando proteger esta natureza para estudos científicos futuros, para a contemplação e lazer, esta proteção estaria voltada para o usufruto das presentes e futuras gerações.⁸¹

⁷⁹ FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional. *Op. cit.*, 2002.

⁸⁰ SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para seu uso *op. Cit.*, 2013.

⁸¹ DE OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. O Brasil e suas naturezas possíveis (1930-1945). *Revista de Indias*, volume 72, n.255, 2012.

Esta política voltada para a regulamentação da natureza começou a ser posta em prática em 1933, quando, por exemplo, o Decreto nº. 22.698, regulamentou as expedições ou missões particulares, nacionais ou estrangeiras, no território nacional. Este decreto fora criado no âmbito da política nacionalista varguista e incumbia o Ministério da Agricultura de fiscalizar as expedições nacionais, tanto de iniciativa particular, bem como estrangeiras e visava controlar “incursões em território nacional de expedições sem prévio conhecimento do Governo Brasileiro”, buscando assim controlar explorações, sobretudo por estrangeiros no interior do país.⁸² No mesmo ano de 1933 foi criado o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, que deveria fiscalizar essas expedições. Era formado por sete membros nomeados pelo Ministro da Agricultura, sendo estes um assistente-chefe do Instituto de Biologia Vegetal; um assistente chefe do Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil; dois professores do Museu Nacional; um chefe de seção do Museu Histórico; um professor da escola Nacional de Belas Artes; e um chefe de seção do Serviço Geográfico Militar.⁸³

Outro mecanismo criado neste sentido foi a aprovação do primeiro Código Florestal brasileiro. O decreto 23.793/1934 de 23 de janeiro de 1934 regulamentou o uso das florestas do Brasil, considerando-as bem de interesse comum a todos os habitantes do país. Este código evidenciou a política conservacionista do governo Vargas, pois, ao mesmo tempo em que buscou garantir a conservação de determinadas áreas, consideradas “peculiares”, legitimou a exploração em outras. “Conservação da natureza” e o “desenvolvimento” (dependente da exploração dos recursos naturais brasileiros) eram projetos nacionalistas, que buscavam demonstrar que o Brasil estava no rumo da “civilização”.

Com este propósito, o código trouxe uma classificação às florestas, a partir de suas características: florestas protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. As florestas protetoras seriam aquelas que serviriam em conjunto ou separadamente para conservar o regime das águas; evitar a erosão das terras sujeitas a esse fenômeno pela ação dos agentes naturais;

⁸²PEREIRA, Márcio Mota. *A descoberta do meio ambiente: Itatiaia e a política brasileira de parques nacionais*. Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais, 2013.

⁸³LISBOA, Araci Gomes. *O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: ciência, patrimônio e controle*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004; CASAZZA, Ingrid Fonseca. *Ciência e proteção à natureza: a trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1939)*. Anais Eletrônicos SBHC, 2012.

fixar dunas; para auxiliar a defesa das fronteiras; para proteger os sítios, que, por sua beleza natural, merecessem ser conservados; para asilar espécimes raros da fauna indígena. Já as florestas remanescentes seriam as dos parques nacionais; as matas que apresentassem essências preciosas cuja conservação fosse tida como indispensável para que não desaparecessem; as que o governo reservasse para pequenos parques ou bosques de gozo público. As florestas modelos seriam as artificiais, constituídas apenas por uma, ou por limitado número de essências florestais, indígenas e exóticas. Todas as demais florestas, não enquadradas nas classificações anteriores, deveriam ser consideradas de rendimento.

As classificações e grande parte do texto do código deixam clara a presença das concepções de conservação e exploração:

Intangíveis são apenas os parques nacionais, pela sua finalidade especial. Todas as demais florestas podem ser aproveitadas, desde que mantenham a característica própria. Isto sucede sempre, quando a exploração consiste apenas na colheita de produtos ou no preparo de sub-produtos sem que seja afetada a vida das árvores. [...]

A exploração deverá ser feita com todas as cautelas por parte da administração pública, mas não impedida. Cabem as mesmas considerações sobre a caça e a pesca, desde que autorizadas nas épocas próprias e por processos não condenados. A expansão industrial das florestas de rendimento, dar-se-á sob sua imediata fiscalização, mesmo quando pertencentes a particulares redigirá as cláusulas que envolverem matéria técnica. A exploração das florestas tem por fim tirar das florestas os produtos e sub-produtos de valor comercial. A colheita ou extração dos produtos e o preparo dos sub-produtos devem ser feitos com as restrições que o código estabelece na defesa do patrimônio

florestal do país e é nessas restrições que está a própria razão de ser do código.⁸⁴

Em relação à conservação da natureza, e aos parques nacionais, este foi o primeiro mecanismo legal a fazer alusão à criação destas áreas. O Ministério da Agricultura ficaria encarregado de fiscalizar e colocar em prática os atributos do código. Além disso, deveria classificar as regiões, as florestas protetoras e remanescentes, localizar os parques nacionais e organizar as florestas modelo. O Ministério da Agricultura seria, então, responsável por reconhecer “toda a área florestal brasileira.”⁸⁵

Ainda em julho de 1934 foi promulgada uma nova Constituição. A nova Carta atribuiu “à União e aos Estados o dever da assistência à natureza, sendo delegada a responsabilidade de proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico”⁸⁶. Também foram aprovados em 1934, todos voltados à regulamentação da exploração da natureza, o Código de Caça e Pesca, Decreto de Proteção aos Animais e Código de Águas e Minas. Neste período, a natureza passou a ser encarada legalmente enquanto patrimônio nacional, o que é possível perceber na Constituição Federal de 1937.⁸⁷ É também neste contexto que são criados os três primeiros parques nacionais brasileiros: o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional Serra dos Órgãos, ambos em 1939. Todas estas medidas teriam consolidado legalmente a separação entre a propriedade privada da terra e as da flora, fauna, águas e minérios nelas situados. “A exigência de concessões específicas para a exploração de florestas, águas e minérios foi um marco importante na intervenção do Estado na exploração dos recursos naturais. Com isso, uma grande parcela dos recursos naturais brasileiros foi subtraída da exploração privada.”⁸⁸

Entretanto, as políticas desenvolvimentistas do Estado teriam sobressaído e, estes recursos naturais, apesar de terem sido retirados da propriedade privada, continuaram a ser intensamente explorados. O que mudava, neste momento, é que passaram a ser mais

⁸⁴ Brasil. Decreto 23.793/1934 de 23 de janeiro de 1934. Aprova do Código Florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm. Acesso em 15 de maio de 2017.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ PEREIRA, Márcio Mota. *A descoberta do meio ambiente: Itatiaia e a política brasileira de parques nacionais*. Op. Cit, 2013. Pág. 57.

⁸⁷ CASAZZA, Ingrid Fonseca. *Ciência e proteção à natureza: a trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1939)*. Op. Cit, 2012.

⁸⁸ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro; Fiocruz; 2009. p.218.

“consumidos” pelo Estado e menos pela iniciativa privada.⁸⁹ Entende-se pelas políticas desenvolvimentistas do governo Vargas a promoção de reformas de cunho autoritário e centralizador, que visavam, dentre outros aspectos, a prioridade pela industrialização do país, calcada na indústria de base – sobretudo siderurgia, petróleo e energia elétrica - como uma alternativa para a superação da dependência histórica de atividades primárias voltadas à exportação. Vargas buscou vincular o interesse nacional ao desenvolvimento, promovendo a implementação de novas atividades econômicas, que seriam associadas à “diversificação do mercado interno”. Para isto, buscou superar a prevalência de atividades primárias exportadoras e realizar a exploração primária das riquezas brasileiras, ou seja, a exploração dos recursos encontrados em nossa natureza.⁹⁰

Todo este cenário exposto demonstra, então, a evidência de que, no governo Vargas, a noção e as políticas voltadas ao desenvolvimento conviviam constantemente com as políticas conservacionistas. Esta dualidade não foi uma característica apenas deste governo/período. Ela permaneceu presente nos governos posteriores à Era Vargas. O Código Florestal de 1965, por exemplo, elaborado durante a ditadura militar, foi uma atualização do Código de 1934 e também abordava aspectos de proteção e exploração, como, por exemplo, ao atribuir ao Estado o papel de criar os parques nacionais, estaduais e municipais e reservas biológicas, com o objetivo de “resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos”, ao mesmo tempo em que é mencionada a criação de florestas nacionais, estaduais e municipais, “com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim.”⁹¹ Em outro ponto o Código aponta:

nas florestas plantadas, não consideradas de preservação permanente, é livre a extração de lenha e demais produtos

⁸⁹ *Ibidem.*

⁹⁰ BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional- Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercados nos Setores de Base. *Revista Economia*. Vol. 7, nº 4, dezembro de 2006. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p239_275.pdf. Acesso em: 01 de julho de 2017; ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. *Desenvolvimentismo nos Governos Vargas e JK*. XI Congresso Brasileiro de História Econômica, Vitória, 2015.

Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_alexandre_black_albuquerque_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf. Acesso em: 01 de julho de 2017.

⁹¹ Brasil. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 de maio de 2017.

florestais ou a fabricação de carvão. Nas demais florestas dependerá de norma estabelecida em ato do Poder Federal ou Estadual, em obediência a prescrições ditadas pela técnica e às peculiaridades locais.⁹²

A criação destes primeiros parques nacionais brasileiros deveu-se então, a esta política, iniciada na Era Vargas, já mencionada. Porém, toda esta política estatal não ocorreu de forma isolada. Neste momento ocorria em diversos outros países debates, criação de leis, encontros, etc., que sempre traziam à tona todas estas questões. Ocorria, assim, uma grande circulação internacional de idéias conservacionistas⁹³. Exemplo disto foi a Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, realizada em 1933, na cidade de Londres, na Inglaterra, onde foram definidas algumas características para os parques nacionais: áreas controladas pelo poder público; áreas para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico e arqueológico, onde a caça seria proibida e áreas de visitação pública.⁹⁴

1.3 – O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, O SERVIÇO FLORESTAL E O PATRIMÔNIO NATURAL BRASILEIRO

Como visto, a partir da criação do Código Florestal de 1934, o Ministério da Agricultura seria responsável por determinar e fiscalizar as florestas protetoras e as florestas remanescentes, classificação em que estariam enquadrados os parques nacionais. Em 1938, após reformulações em instituições estatais no âmbito do Governo Vargas, o Ministério da Agricultura passou a ser composto por novos órgãos, além do reagrupamento ou reconstituição de outros já existentes. A partir deste momento o Serviço Florestal do Brasil foi revitalizado e teria como finalidade a proteção das florestas brasileiras, sua guarda e conservação, o fomento da silvicultura⁹⁵ e a

⁹² *Idem.*

⁹³ FREITAS, Frederico. A Park for the Borderlands: The Creation of the Iguazu National Park in Southern Brazil, 1880-1940. *Revista de História Iberoamericana*, 2014, vol. 7, n.2.

⁹⁴ MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 2006, vol.9, n.1, pp. 41-64.

⁹⁵ Silvicultura é a ciência que estuda as maneiras naturais e artificiais de restaurar e melhorar o povoamento nas florestas, para atender às exigências do mercado. Este estudo pode ser aplicado na manutenção e no aproveitamento econômico das florestas. Ver: Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agroenergia/arvore/CONT000fmcbqcwh02wyiv80kxlb36vbkge01.htm>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

organização de parques nacionais, de reservas florestais e de florestas típicas.⁹⁶ Originalmente, o Serviço Florestal havia sido criado em 1921, frente à atuação de cientistas enquadrados no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), que reivindicavam a criação de um órgão subordinado ao ministério que fosse responsável de realizar pesquisas e criar florestas produtivas, fazendo com que o Brasil produzisse madeira em larga escala ao mesmo tempo em que conservasse suas espécies. Neste contexto, este serviço teria sido a primeira instituição criada com o intuito de conservar, beneficiar, reconstituir, formar e aproveitar as florestas brasileiras. Portanto, o que se observou, a partir da criação do Serviço Florestal do Brasil, foi a tentativa de “melhorar” a exploração do mundo natural brasileiro. A ciência deveria nortear os estudos para propiciar os objetivos propostos. A crise de 1929 teria levado à falta de verbas contribuindo para a extinção da instituição em 1933.⁹⁷ O Serviço Florestal (SF) foi recriado em 1938 para preencher uma lacuna na estruturação do Ministério da Agricultura, que seria o órgão executivo da política florestal desta pasta.⁹⁸ Era composto por quatro seções: a Botânica (integrada pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro)⁹⁹; Silvicultura, Tecnologia dos Produtos Florestais e Parques Nacionais. Essas sessões seriam orientadas a determinar, respectivamente, espécies botânicas, propagar o plantio e o replantio de essências florestais, estudar e disseminar a técnica para o bom aproveitamento dos produtos florestais e manter sob sua guarda as regiões florísticas naturais do país, compreendendo paisagens e topografias interessantes¹⁰⁰. Era, então, o Serviço Florestal o responsável pela fiscalização dos parques nacionais, sendo, portanto, o administrador destas instituições, todas subordinadas ao chefe deste serviço.

⁹⁶ BRASIL. Decreto n. 4.439 – de 26 de julho de 1939. Aprova o Regimento do Serviço Florestal, que com este baixa, assinado pelo Ministério de Estado da Agricultura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4439-26-julho-1939-347090-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 01 de junho de 2017.

⁹⁷ MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. O “agricultor progressista”: ciência e proteção à natureza nas revistas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1897-1932). Rio de Janeiro: [s.n], 2012; SILVA, Filipe Oliveira da. *O andarilho dos Sertões*: Um cartograma intelectual de Francisco de Assis Iglésias (1889-1969). Anais do XVII Encontro de História da Anpuh- Rio, 2016.

⁹⁸ Relatórios do Ministério da Agricultura, 1930- 1944, p. 236; Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0030&pasta=ano%20193&pesq=Parque%20Nacional%20de%20Itatiaia>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

⁹⁹ A Seção de Botânica e o Jardim Botânico eram subordinados ao Instituto de Biologia Vegetal, extinto a partir da remodelação do Ministério da Agricultura e recriação do Serviço Florestal em 1938.

¹⁰⁰ Boletim do Ministério da Agricultura, Abril a Junho de 1942, p. 29. Pesquisado no setor de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional.

Ao acompanharmos as publicações do Boletim do Ministério da Agricultura¹⁰¹, por vezes, foi possível observar os objetivos a serem desempenhados pelo Serviço Florestal, assim como as ações deste órgão. Em uma edição deste periódico, em março de 1943, o então diretor do Serviço Florestal, Alpheu Domingues, apresenta um texto intitulado “Parques Nacionais”. Inicia sua exposição afirmando que o título poderia ser outro: “Proteção à natureza”, pois os parques propiciariam a conservação da flora de um país, concedendo a ela um caráter de intangibilidade no seu “primitivismo”. Ainda segundo Domingues, a conservação da flora implicaria a preservação da fauna e, portanto, flora e fauna de determinada região permaneceriam, desta forma, garantidas e respeitadas. O papel do homem neste cenário seria o de intervir apenas para zelar por este patrimônio da natureza, tanto ao estudá-lo do ponto de vista científico e econômico, assim como ao utilizá-lo para finalidades de “moderno turismo”.

As palavras de Alpheu Domingues não eram palavras isoladas neste período. Diversos atores defendiam ideias semelhantes em seus meios sociais, científicos e políticos. Neste discurso observamos diversos conceitos - destacados por mim – os quais nos permitem analisar o que representava, naquele momento, o que muitos chamavam de conservacionismo. Em primeiro lugar, como já abordado anteriormente, o conservacionismo brasileiro não possuía estrita relação com o conservacionismo norte-americano. As correntes intelectuais existentes nos Estados Unidos eram de conhecimento dos intelectuais brasileiros, porém, além da realidade brasileira ser outra, como também já vimos e foi destacado por Franco e Drummond (2009), estes conceitos eram intercambiáveis. E é o que observamos no texto acima. Em um mesmo parágrafo aparecem termos como “proteção à natureza”, “conservação”, “preservação”, “utilizá-la”. Além disso, aparecem as palavras “intangibilidade” e “primitivismo”. Analisando o uso destes termos, podemos pensar no que significava o conservacionismo que se implementou no Parque Nacional de Itatiaia e nos demais parques nacionais brasileiros criados a partir da década de 1930/1940. “Proteção à natureza”, “conservação” e “preservação” não constituíam contradições, nem mesmo eram conceitos abordados com grandes definições distintas. Em relação à “utilizá-la”, no caso,

¹⁰¹ Este boletim consistia em uma fonte de informação aos agricultores. Esta publicação foi uma importante fonte de pesquisa para a realização deste trabalho, pois trazia constantes informações acerca de parques nacionais e do Serviço Florestal. As publicações encontradas não possuem periodicidade definida, havendo anos com publicações bimestrais, outros trimestrais e outros até mesmo anuais. Está disponível no setor de Periódicos da Fundação Biblioteca Nacional.

utilizar a natureza, demonstra uma visão utilitária desta natureza; esta deveria servir tanto às ciências naturais, ao turismo, além de ser uma fonte de renda aos cofres públicos¹⁰². Ainda no mesmo texto, aparecem as palavras “intangibilidade” e “primitivismo”. Como veremos no capítulo 2 deste trabalho, grande parte das terras que viriam a tornar-se o PNI não eram primitivas. Intensas e distintas atividades predatórias já haviam sido realizadas ali ao longo dos séculos e, de fato, a flora e fauna encontradas em Itatiaia pouco possuíam áreas prístinas. Além disso, havia a noção de intangibilidade. Ou seja, o parque nacional tornaria intangível uma natureza considerada única, peculiar, preciosa. Mas como se faria intangível um determinado local, no caso os parques nacionais, se havia para estas unidades de conservação grandes projetos de implementação do turismo? Como esta mesma intangibilidade ocorreria se nestas mesmas áreas eram realizados pesquisas e experimentos utilitários com diferentes espécies de madeira, com o objetivo de comercialização? Tais perguntas são facilmente feitas atualmente, em pleno século XXI, diante do cenário ambientalista, ecologista em que vivemos. Porém, precisamos ter em mente que estas problemáticas não faziam parte do pensamento dominante nas décadas que estamos analisando. Naquele período, o conservacionismo seria reunir todos os aspectos já dispostos acima, de uma forma racional, que pudessem garantir a manutenção do patrimônio natural brasileiro para as futuras gerações. As próprias definições de florestas do Código Florestal de 1934 trazem à tona tais questões. Ao mesmo tempo que se protegia – por isso as florestas protetoras – se explorava, - por isso as florestas de exploração – porém, tudo deveria ser regulado.

Na publicação do Boletim de agosto de 1943, um artigo intitulado “A defesa do nosso patrimônio florestal e sua importância econômica” aborda a questão da devastação das matas, que estaria sendo agravada a partir da diminuição das importações de carvão e gasolina e conseqüente aumento de combustível vegetal. O artigo apresenta dados obtidos pelo Serviço Florestal, demonstrando que, naquele momento, mais de quinhentos mil hectares de florestas estariam sendo derrubados. A escassez dos combustíveis de outra natureza, coincidindo com o desenvolvimento das indústrias, estaria tornando cada vez mais “difícil e delicado o problema”.

¹⁰²No período analisado, documentos administrativos encontrados no PNI apontam que não havia cobrança de entrada aos turistas que visitavam o parque. Porém, estes mesmos documentos demonstraram a expectativa (por parte do administrador do parque, Wanderbilt Duarte de Barros, e também por parte do Serviço Florestal), de uma futura cobrança. No entanto, estes documentos não evidenciaram quais impedimentos havia para a falta de cobrança naquele momento. O turismo será o tema do 3º capítulo desta dissertação.

Além das indústrias, as estradas de ferro e os automóveis e caminhões movidos a gasogênio tenderiam a intensificar o uso de combustível vegetal. Toda esta questão estaria sendo encarada pelas autoridades administrativas devido à necessidade de preservar o que foi denominado pela publicação de “nossos recursos florestais”. O Serviço Florestal seria responsável por um plano que estaria em execução que compreenderia o reflorestamento de grandes áreas e a conservação das florestas que protegem os mananciais. Para analisar o trabalho que vinha sendo feito pelo serviço, jornalistas e técnicos do Ministério da Agricultura realizaram uma visita ao Jardim Botânico, instituição subordinada ao Serviço Florestal. O então diretor do serviço, João Augusto Falcão, teria exposto, naquela ocasião, “o plano de defesa dos nossos recursos florestais em todo o país”. Sobre a criação dos parques nacionais, o diretor do serviço afirmou que estes representariam uma das medidas adotadas pelo governo para proteger o patrimônio florestal brasileiro, que possuía naquele momento o total de 100.000 hectares. Estes caracterizariam regiões típicas do país, “como a Serra dos Órgãos, o Itatiaia e as Cataratas do Iguazu”¹⁰³. Nesta visita ao JB, estavam Cunha Baima, chefe da Secção de Proteção das Florestas, Paulo de Sousa, chefe da Secção dos Parques Nacionais e José Vieira, encarregado de publicidade do Ministério da Agricultura. Nesta ocasião, Cunha Baima afirmou que, em certas regiões do país, sobretudo no Sul, já existiria uma forte tendência à “proteção das florestas”. Com isto, muitos brasileiros estariam colaborando com o Serviço Florestal, defendendo a integridade das matas. Baima ainda ressaltou que seria interessante se esse apoio se observasse igualmente em todos os pontos do país e que isto seria verificado a partir da generalização da noção da importância do problema da preservação das nossas reservas florestais. Paulo de Sousa apontou a realização de esforços que estavam sendo realizados em diversos estados para o “reflorestamento intensivo”. José Vieira apontou que existiriam outras medidas que deveriam ser postas imediatamente em prática, como “a plantação de uma ou mais árvores para substituir cada uma que for derrubada. E, também, a organização de grandes companhias para promover o reflorestamento das terras”:¹⁰⁴

Esse emprego de capital, além de patriótico, é também econômico. Nos Estados Unidos, por exemplo, são numerosas as companhias que empregam o capital particular no

¹⁰³ No momento da fala do diretor do Serviço Florestal somente haviam sido criados os parques nacionais de Itatiaia, Serra dos Órgãos e do Iguazu.

¹⁰⁴ Boletim do Ministério da Agricultura, agosto de 1943, p. 77.

reflorestamento de grandes extensões. Essa iniciativa poderia, desde já, ser seguida entre nós.¹⁰⁵

Como é possível observar nestes discursos, havia a preocupação por parte do Serviço Florestal em localizar as florestas brasileiras, a fim de conservá-las para que a exploração dos recursos naturais, necessárias ao “progresso”, fosse controlada para que pudesse ser mantida ao longo dos anos.

Em outra edição do Boletim do Ministério da Agricultura, de 1943, podemos observar as palavras do então diretor do Serviço Florestal, Francisco de Assis Iglesias, que destacou o papel dos parques nacionais, apontando a importância do Serviço Florestal. Neste texto, podemos analisar como “proteção à natureza”, “utilitarismo” e “exploração da natureza” coexistiam sem nenhum tipo de contradição, e eram, inclusive, objetivos do Serviço Florestal. Iglesias aponta que o Serviço Florestal seria em essência um órgão legítimo de proteção à natureza do Brasil:

- no que ela representa de mais útil ao homem, em particular, e à sociedade, em geral: recomendando e promovendo o plantio de bosques, estudando-lhes os aspectos econômicos e seus benefícios diretos e indiretos, pesquisando o melhor emprego da madeira nas indústrias e descrevendo os vegetais dentro dos largos princípios da sistemática – é ainda o coordenador e orientador dos Parques Nacionais e organização.¹⁰⁶

Outros trechos do Boletim de agosto de 1943 trazem informações acerca do papel desempenhado pelo Serviço Florestal. Um destes trechos diz respeito à organização do Parque Nacional do Iguaçu. Como exposto anteriormente, seria o Serviço Florestal o responsável pela implementação e fiscalização de obras nos parques nacionais e é exatamente sobre isto que trata esta publicação. Nela é exposto que estavam sendo tomadas providências de caráter administrativo que haviam sido determinadas pelo diretor do Serviço Florestal, de acordo com a orientação do ministro da agricultura Apolonio Sales, a respeito do andamento dos trabalhos no Parque Nacional do Iguaçu. O periódico afirma que as obras estavam sendo encaminhadas num

¹⁰⁵ *Idem.*

¹⁰⁶ Boletim do Ministério da Agricultura. Abril a Junho de 1943. p. 37.

“sentido prático e racional em face dos recursos restantes do corrente exercício financeiro em relação ao Estado das obras iniciais.” O chefe da Seção de Parques Nacionais teria feito uma inspeção, quando foi resolvida a aplicação de parte das verbas no aceleração de obras restantes.¹⁰⁷ Outro assunto retratado nesta mesma publicação seria o posicionamento por parte do SF em relação às diferentes classificações das florestas. O artigo intitulado “*Defesa intransigente das florestas protetoras*” aborda uma solicitação da Estrada de Ferro Central do Brasil ao Serviço Florestal pedindo autorização para a retirada de lenha em quatro fazendas que estariam sob o domínio da União e consequente jurisdição do Ministério da Agricultura e Serviço Florestal. Estas fazendas estariam enquadradas na classificação de “protetoras”. A seção de Proteção das Florestas do Serviço Florestal teria recebido o pedido, e, como órgão técnico executivo, esclareceu que as matas, cuja exploração era solicitada, eram florestas protetoras, e por esse motivo, inclusive, haviam sido desapropriadas pelo governo, pois importariam para a conservação do “regime das águas alimentadoras dos açudes que abastecem a população.” Ainda é exposto que, de acordo com o Código Florestal em vigor, somente as “de rendimento” seriam suscetíveis de “exploração industrial intensiva”, e, assim, não seria possível, dentro das normas legais vigentes, conceder a permissão solicitada. A resposta teria sido encaminhada ao diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, “cujas urgentes e verdadeiras necessidades de lenha foram devidamente consideradas”. O Serviço Florestal teria apresentado uma sugestão:

-A fazenda Três Orelhas, localizada em Mangaratiba, neste distrito, composta de mil alqueires de mata virgem e de rendimento, de propriedade particular, com capacidade de alimentar as locomotivas daquela ferrovia por bastante tempo, estaria, no caso de ser desapropriada por utilidade pública imediata, em condições de resolver, assim, as dificuldades consequentes da falta de carvão para o tráfego regular dos trens.¹⁰⁸

A Central do Brasil teria agradecido a sugestão oferecida a respeito da Fazenda Três Orelhas, que comportaria exploração industrial de acordo com o estabelecido no Código Florestal e mediante o processo legal de desapropriação. A publicação termina afirmando que a

¹⁰⁷ Brasil. Boletim do Ministério da Agricultura. Agosto de 1943. P. 94

¹⁰⁸ *Ibidem.* p. 95.

Seção de Proteção das Florestas defendeu “grandes reservas de mata sob sua guarda, ao mesmo tempo em que nossa principal ferrovia tem como solver parte de sua grande falta de combustível.”¹⁰⁹

Os trechos destacados acima evidenciam então a missão do Ministério da Agricultura e do Serviço Florestal de conciliação entre a exploração e conservação da natureza, e também expõem a tentativa, por parte do governo, em colocar sob a jurisdição federal todas as florestas brasileiras, o que coibiria a ação exploratória, sobretudo de estrangeiros, além de garantir, racionalmente, a utilização dos recursos necessários a um país em busca de desenvolvimento.

Vinham também do Serviço Florestal as normas do que era ou não permitido nos limites do PNI (e demais parques nacionais existentes à época). Eram regras impostas pelo SF: proibido cortar planta de qualquer espécie, arrancar galhos, flores, frutos ou mudas de plantas, escrever ou causar danos a placas, muros, pontes, troncos, cercas e demais bens naturais ou materiais no interior da área do parque, incendiar terras, cortar o mato, caçar e extrair elementos da natureza; nenhum visitante poderia portar arma ou material cortante; todo visitante necessitava de obtenção de licença para visitar o interior da área do parque, que seria fornecida pelo administrador em sua sede de serviço; visitantes não poderiam portar animais domésticos; os parques poderiam ser visitados em qualquer época do ano; seria permitido a naturalistas a coleta de material para seus estudos, necessitando previamente de licença cedida pela administração do parque; todos os atentados contra a natureza no parque nacional seriam punidos de acordo com os termos das leis de proteção à natureza em vigência no país; os funcionários e empregados dos parques nacionais, no desempenho de suas funções, tinham autoridade policial nos termos da Lei Florestal brasileira.¹¹⁰

Portanto, estes aspectos nos permitem observar que, no âmbito do Governo Vargas, o Ministério da Agricultura e demais órgãos subordinados a ele, como o Serviço Florestal, deveriam ser responsáveis pela tutela dos recursos naturais brasileiros. Seriam os responsáveis por determinar, implementar e fiscalizar os instrumentos legais voltados a estes objetivos expostos. O funcionamento cotidiano de um parque nacional tinha, no entanto, muitas diferenças em relação à organização promovida pelo Serviço Florestal.

¹⁰⁹ *Ibidem.*

¹¹⁰ BARROS, Wanderbilt Duarte de. Parques nacionais do Brasil. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952. P. 87.

CAPÍTULO 2

DE COLÔNIAS AGRÍCOLAS AO PRIMEIRO PARQUE NACIONAL BRASILEIRO

O Parque Nacional de Itatiaia (PNI) é fruto de ideias e políticas postas em prática no âmbito da política nacionalista de Vargas. Entretanto, cabe-nos questionar o porquê da escolha da região de Itatiaia para a formação do primeiro parque nacional. No Brasil, país de grandes proporções, com diversos locais de fauna e flora exuberantes e peculiares, certamente Itatiaia não seria o único local propício à formação de um parque nacional. O próprio André Rebouças, no já citado discurso de 1876, defendeu a criação de um parque nacional na Ilha do Bananal, (localizada no atual Estado de Tocantins) e outro na região de Guaira (localizado no atual Estado do Paraná)¹¹¹. Duas regiões distintas, que abrangeriam diferentes paisagens, espécies, clima, relevo e vegetações. Mas por que Itatiaia? O que esta região possuía de diferente de outras, como as destacadas por Rebouças? Quais atributos esta região possuía para que fosse eleita, dentre tantas, para o primeiro parque nacional brasileiro? Procuraremos evidenciar estas questões no capítulo que se segue.

2.1- ITATIAIA ANTES DO PARQUE

A denominação de Itatiaia tem origem de vocábulos de língua tupi: Ita = pedra e tiãã = ponta, dente, deram origem à denominação ITATIAIA, que seria uma alusão às formas pontiagudas da Serra da Mantiqueira. Essa denominação teria sido atribuída pelos nativos puris que habitaram a região há séculos atrás. Estes nativos teriam sido os primeiros moradores do Vale do Paraíba.¹¹²

Em relação à localização, a região está situada no extremo sudoeste do Estado do Rio de Janeiro. A porção de terra que veio a formar o Parque Nacional de Itatiaia também está localizada em terras mineiras, tratando-se então de um parque “bi-estadual”.¹¹³ O PNI abrange os municípios de Itatiaia¹¹⁴ (RJ), Alagoas (MG), Bocaína de Minas (MG) e Itamonte (MG), com

¹¹¹Relatório da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Boletim do Museu Nacional, n. 1, vol. XI, 1935.

¹¹²CORREA, Marcos Sá. *Itatiaia- O caminho das pedras*. São Paulo: Metalivros, 2003.

¹¹³DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói: EDUFF, 1997.

¹¹⁴No momento de criação do PNI, Itatiaia pertencia ao município de Resende, emancipando-se somente no ano de 1988.

cerca de 300 km² de encostas, montanhas, campos de altitude e picos da Serra da Mantiqueira. A região é diversa, apresentando diferentes variações de altitude, temperatura, flora e fauna. Dos picos mais altos de Itatiaia até o fundo do Vale as diferenças de altitude chegam a ultrapassar 2.000m. A altitude mais baixa do PNI é de 831m acima do nível do mar. A mais alta é de 2.787m, que corresponde ao pico das Agulhas Negras, o ponto culminante do Estado do Rio de Janeiro e o sétimo mais alto do Brasil.

Os primeiros habitantes da região, como já mencionei, teriam sido os nativos *Puri*, que teriam vivido na região por alguns séculos antes de 1500. Estes teriam ocupado a parte baixa do Vale do Paraíba. Após a ocupação destes nativos, bandeirantes paulistas e europeus teriam se estabelecido na região ainda na primeira metade do século XVIII. Estes teriam ocupado as margens dos rios Ajuruoca e na margem direita do Paraíba, em Campo Alegre, dando origem às cidades de Resende e Airuoca¹¹⁵. A exploração da região teria se iniciado em fins do século XVI com buscas de riquezas como o ouro, buscas estas frustradas. Apesar disso, foi estabelecida na região, onde hoje é a cidade de Resende, uma trilha, por onde passavam tropas de burros e repousavam os bandeirantes e portugueses. Os nativos Puri dispersaram-se a partir da presença dos primeiros colonizadores.¹¹⁶

Malograda a mineração em toda a colônia e com a ascensão da cultura do café, a região de Resende consolidou-se como pioneira no cultivo de café na região do Vale do Paraíba, a partir de 1775. Já em meados do século XIX, esta região cafeeira chegou à exaustão, seja pelo desgaste do solo, seja pela escassez de mão de obra escrava. Ao mesmo passo, a região conhecida como Oeste Paulista tomava a ponta da produção cafeeira brasileira. Ainda no século XIX teria ocorrido também a criação extensiva de cavalos e gado em fazendas da região pertencentes ao Visconde de Mauá. Houve ainda, por parte do Visconde, a tentativa de produção de carvão vegetal na região da Serra da Mantiqueira. Após o declínio das fazendas de gado, iniciou-se na região um processo de colonização com imigrantes, por volta de 1890. Neste período o herdeiro

¹¹⁵ SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

¹¹⁶ DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro, Niterói: Op. Cit, 1997.*

do Visconde de Mauá fundou dois núcleos coloniais em suas terras, utilizando-se de mão de obra austríaca e italiana.¹¹⁷

Ainda no século XIX, agentes do poder público estimulavam os colonos a desmatar a região, entre as altitudes de 700 e 1200 m, atingindo áreas que ainda não haviam sido exploradas. Esta iniciativa governamental teria ampliado os efeitos negativos na ecologia local aumentando ainda mais os estragos que já haviam sido causados pelo latifúndio e herança da escravidão.¹¹⁸ Este projeto de colonização teve sucesso apenas em seu primeiro ano, fracassando, sobretudo, por falta de estradas. No início do século XX ocorreu uma nova tentativa de colonização, tendo o governo comprado, em 1908, as terras pertencentes à família do Visconde e instaurado dois novos núcleos: o Itatiaia e o Visconde de Mauá.¹¹⁹ As terras adquiridas foram divididas em lotes que foram postos à venda aos colonos. Foi realizada neste local a criação de atividades agrícolas e construída a estrada de ferro voltada para o Vale do Paraíba. Atividades predatórias, incluindo a devastação das matas para a agricultura e uso da madeira na construção da via férrea, tornaram-se frequentes. Além disso, existiria a caça predatória livre e foi descrita a ocorrência de incêndios frequentes em diversas áreas da região.¹²⁰

Em 1914, após estudos da região por cientistas, Itatiaia foi anexada ao Jardim Botânico, sendo assim incorporados ao seu patrimônio 11.943 hectares de terras, que não foram vendidos a colonos. Em 1915 teriam sido iniciados trabalhos em prol da implementação de uma Reserva Florestal. Em 1922 já haviam sido instaladas dependências visando à realização de estudos de biologia vegetal, como aclimação e silvicultura. No ano de 1925 a região deixaria de se chamar Reserva Florestal do Itatiaia passando a ser a Estação Biológica de Itatiaia. Neste período, o Jardim Botânico possuía a missão de realizar trabalhos com objetivos econômicos, diretamente relacionados com o aproveitamento do mundo vegetal brasileiro, que seria tido então como uma

¹¹⁷SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

¹¹⁸ DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro, Niterói: Op. Cit, 1997.*

¹¹⁹ SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia. Op. Cit, 1993.*

¹²⁰DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro, Niterói: Op. Cit, 1997*; SANTOS, Rosely Ferreira dos. Mapeamentos Temáticos: vegetação, uso e ocupação da terra. In: SANTOS, Angelo A. (editor). Cadernos para o desenvolvimento sustentável. Cadernos FBDS, 2000.; CASAZZA, Ingrid Fonseca. A Estação Biológica de Itatiaia e a criação do primeiro parque nacional brasileiro (1914-1937). Anais eletrônicos 3ª Jornada de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 2015.

das maiores fontes de riqueza do país. Em 1927, a Estação Biológica de Itatiaia teria passado por um desenvolvimento considerável, tendo sido iniciadas a construção do arboreto com espécies indígenas e exóticas, uma coleção entomológica e uma biblioteca especializada com grande número de publicações estrangeiras. Além disso, novos terrenos pertencentes ao antigo núcleo colonial foram anexados às terras da Estação e obras foram realizadas, como o conserto de estradas, a construção do Abrigo Macieiras, que hospedou gerações de montanhistas e possibilitou a realização de pesquisas científicas por abrigar pesquisadores de diversas instituições nacionais e estrangeiras. Durante este período, a Estação Biológica de Itatiaia foi visitada por cientistas nacionais e estrangeiros. Nesta ocasião, ainda não existia um Código Florestal ou legislação similar que regulamentasse a criação de áreas de proteção à natureza no Brasil e a criação de uma estação biológica vinculada a uma tradicional instituição científica (JBRJ) possibilitou a conservação daquelas matas e a realização de estudos sobre a natureza local. Os trabalhos científicos realizados pelo Jardim Botânico nesta região teriam despertado o interesse de outros cientistas e conferido fama científica a Itatiaia. O conhecimento gerado sobre aquela área certamente contribuiu para que ela fosse selecionada para a criação do primeiro parque nacional brasileiro.¹²¹

Como observamos, a região de Itatiaia sofreu, ao longo dos anos, inúmeras modificações, decorrentes da cultura do café, pastoreio, incêndios, colonização, dentre outras modificações ocasionadas pela ocupação humana. Portanto, à época da criação do PNI, a natureza desta região não se caracterizava como uma área de vegetação “prístina”, “virgem” ou “intocada”. Inclusive, algumas porções de terra que foram fazendas de café e outras que foram colônias, foram incorporadas à área do Parque Nacional de Itatiaia.¹²²

A criação de um parque nacional na região já era defendida ao menos desde o início do século XX. Alberto Löfgren¹²³ teria sugerido ao ministro da agricultura Cândido Rodrigues, que

¹²¹CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011. 121f; CASAZZA, Ingrid Fonseca. *A Estação Biológica de Itatiaia e a criação do primeiro parque nacional brasileiro (1914-1937)*. Op. Cit, 2015.

¹²² DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro, Niterói: Op. Cit, 1997.*

¹²³Alberto Löfgren nasceu na Suíça em 1854. Formou-se em filosofia e ciências naturais e chegou ao Brasil em 1874, integrando uma expedição para exploração da botânica de São Paulo e Minas Gerais. Löfgren permaneceu no Brasil e, em 1883, foi contratado para organizar o Museu Sertório, que deu origem ao Museu do Estado, posteriormente chamado de Museu Paulista. Participou da construção do Horto Botânico -, implantado na região da Serra da Cantareira, mais tarde chamado Parque Estadual Alberto Löfgren – Horto Florestal, do qual foi diretor de

ocupou a pasta de junho a novembro de 1909, a criação do PNI, e, em 1913, José Hubmayer, geógrafo e naturalista suíço, teria proposto na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro a criação do parque na região. Hubmayer teria acentuado que:

O Parque Nacional de Itatiaia, sem igual no mundo, estaria quase às portas desta bela Capital, oferecendo, aos cientistas e estudiosos, riquíssimos elementos para as suas pesquisas, aos convalescentes pelo trabalho exaustivo nas barulhentas cidades, um retiro ideal para a sua reconstituição física e mental e aos excursionistas e curiosos uma infinidade de atrativos.¹²⁴

A Estação Biológica e o conhecimento da região por cientistas parecem, pois, ter sido fatores decisivos para a escolha da região para o primeiro parque nacional. Neste contexto, é criado o Parque Nacional de Itatiaia pelo decreto n.1.713 de 14 de junho de 1937. O próprio decreto cita a relevância da já estabelecida Estação Biológica na região:

Incorporadas ao patrimônio do Jardim Botânico que nelas mantém a “Estação Biológica de Itatiaia” ocupam uma área de 119.439.432 metros ou seja 11.943 hectares, coberta na maioria de matas primitivas, com as altitudes variando de 816 a 2.787 metros, cortada por numerosos pequenos córregos que deságuam nos rios Aiuruoca, Campo Belo e Preto, que têm ali suas nascentes, e apresentando flora inteiramente diversa da de outras montanhas do Brasil, mesmo da de outros contrafortes da Serra da Mantiqueira; área e flora já estudadas, em todos os seus aspectos, por geólogos, botânicos e cientistas de toda espécie, nacionais e estrangeiros; considerando que, por essas circunstâncias, a região em que está localizada a referida Estação Biológica, deve ser transformada em Parque

1907 a 1909. Foi responsável pela criação dos Hortos Florestais de Juazeiro-BA e Quixadá-CE e diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Faleceu em 1918. Ver: *Conheça mais sobre a vida de Alberto Lofgren*. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/2015/08/20/conheca-mais-sobre-a-vida-de-alberto-lofgren/>. Acesso em: 30 de Julho de 2017.

¹²⁴BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques Nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952, p. 38.

Nacional, para que possa ficar perpetuamente conservada no seu aspecto primitivo e atender às necessidades de ordem científicas decorrentes das ditas circunstâncias.¹²⁵

O PNI deveria atender às finalidades de proteção à natureza, campo de estudo às ciências naturais, incremento do turismo e reserva, para as gerações futuras, das florestas existentes.¹²⁶

2.2- UMA COMISSÃO PARA O PARQUE

Perpetuam, por força das interdições legais, como resistirem à onda avassaladora da região e das transformações impostas pelos caprichos e pelos interesses imediatos do egoísmo individual aqueles sítios que, pela sintetização da miríade de seus encantos e das suas possibilidades artísticas e científicas, dão expressões às regiões em que se talham¹²⁷

O discurso acima, proferido por Odilon Braga, então Ministro da Agricultura, é do dia da inauguração do PNI, em 24 de junho de 1937, dez dias após o decreto de sua criação. Neste evento compareceram altas autoridades federais e estaduais, incluindo, além de Odilon Braga, o próprio presidente Getúlio Vargas.

Após a criação do parque, foi instituída uma comissão, no âmbito do Ministério da Agricultura, diretamente subordinada ao ministro deste órgão. Esta comissão seria responsável pela elaboração do plano a ser executado para a organização definitiva do parque, além de atender pelo policiamento da área. Fora criada com o objetivo de estabelecer “medidas propícias ao movimento turístico na região e intensificadores da defesa e resguardo da fauna e flora nela existentes”¹²⁸. Deveria permanecer sob a supervisão do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, instituição que já mantinha na região, como vimos, uma Estação Biológica desde a década de

¹²⁵Brasil.Decreto N° 1.713, de 14 de junho de 1937. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/itaitaia.pdf>. Acesso em: 24/09/2016.

¹²⁶ *Idem*.

¹²⁷ Discurso de Odilon Braga em 24 de Junho de 1937, na inauguração do Parque Nacional de Itaitaia. BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parque nacional do Itaitaia*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955.

¹²⁸Brasil. Decreto nº 337 de 16 de março de 1938 – Organiza o Parque Nacional de Itaitaia.

1920 e que continuou em funcionamento após a criação do parque, tendo suas atividades encerradas somente em 1942. Esta comissão, formada em 1938, era composta por membro designado pelo Ministério de Viação e Obras Públicas; pelo diretor do Departamento Nacional de Propaganda, Lourival Fontes; pelo diretor do Instituto de Biologia Vegetal, superintendente do JBRJ e membro do Conselho Florestal, o botânico Paulo Campos Porto¹²⁹; e pelo diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Iedo Fiuza. Deveriam ficar encarregados pela execução de obras de melhoria das estradas existentes em Itatiaia e estudos topográficos de caráter urgente para então ter início o plano do governo a respeito do Parque Nacional.¹³⁰ Este plano consistiria em um trabalho gradativo, que deveria ser adotado para “a execução dos serviços necessários ao Parque Nacional de Itatiaia e o local onde estes serviços seriam postos em prática”¹³¹. Isto requereria uma administração especial.

É interessante observar a formação desta comissão, pois nos leva a questionar as razões de sua composição. O Serviço de Estrada de Rodagens, certamente, estava ali devido ao objetivo de criação e melhoria de estradas que davam acesso ao parque (como veremos a seguir, este objetivo foi alcançado). O Ministério de Viação e Obras Públicas também é de fácil suposição: estaria presente devido às obras que deveriam ser implementadas para o início do funcionamento do PNI. Já o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural talvez estivesse ali buscando propagar o andamento das obras, aliado à promoção dos feitos de Vargas, ressaltando, provavelmente, o que estava sendo pelo governo “em favor da proteção à natureza”¹³². Por último, o objetivo da participação do Superintendente do JBRJ e membro do Conselho Florestal pode ser suposta, principalmente, pela própria ligação da região com o JBRJ, assim como por ser ainda, até aquele momento, a instituição responsável pela chefia da Comissão.

Em 4 de fevereiro de 1942 a Comissão do Parque Nacional de Itatiaia foi extinta, o que pode indicar que, naquele momento, é provável que esses requisitos mínimos tenham sido atingidos. Todo o seu acervo foi transferido para o Serviço Florestal,¹³³ que, a partir daí, passaria

¹²⁹ Em 1939, Paulo Campos Porto é exonerado, assumindo em seu lugar o diretor do Serviço Florestal, Francisco de Assis Iglesias. *Jornal do Brasil*, 24 de fevereiro de 1939. p.5.

¹³⁰ *Jornal do Brasil*, 11 de maio de 1938. p.12.

¹³¹ Brasil. Decreto nº 337 de 16 de março de 1938, *Op.Cit.*

¹³² Informações sobre o andamento das obras do PNI, assim como reportagens sobre a importância do papel do parque eram constantes em jornais no período. Sobre este assunto, ver capítulo 3 deste trabalho.

¹³³ *Jornal do Brasil*, 05 de fevereiro de 1942, p. 5.

a ser responsável diretamente pela fiscalização do Parque Nacional de Itatiaia, sendo, portanto, o seu administrador submetido a este órgão.

2.3– UM ADMINISTRADOR PARA ITATIAIA: WANDERBILT DUARTE DE BARROS

Em fevereiro de 1943, assumiu a administração do PNI o engenheiro agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros, que permaneceria à frente deste cargo até 1957. Neste período verificou-se expressiva concretização de aparelhamento material do parque, assim como o estabelecimento de um padrão de atividades a serem desenvolvidas no PNI. Foi durante a administração de Barros que o Parque Nacional de Itatiaia se tornou uma instituição voltada à conservação da natureza, pesquisas científicas e à prática do turismo. Não que estas atividades já não fossem desempenhadas antes (sobretudo no que diz respeito às pesquisas científicas), porém, a partir de 1943, estas atividades passaram a ser organizadas com normas, características, padrões, sendo geridas no âmbito do Serviço Florestal e por um administrador próprio para aquela função. Barros e diversos outros funcionários passaram, inclusive, a residir no PNI com suas famílias¹³⁴; o que demonstra que, a partir daquele momento, a administração seria efetiva e diária. Cabe ressaltar que, ao assumir, Duarte de Barros encontrou o PNI ainda em seus primeiros anos de funcionamento, participando assim da transformação efetiva da região de Itatiaia em parque nacional. Por outro lado, um dos primeiros trabalhos de Duarte de Barros relacionados ao conservacionismo refere-se ao período em que esteve à frente do Parque Nacional de Itatiaia. Esta experiência conferiu a Duarte de Barros visibilidade que o permitiu atuar em grande parte do século XX em instituições governamentais voltadas à regulamentação da natureza, conciliando seu trabalho com uma atividade intelectual conservacionista, agindo em prol da proteção à natureza, além de desenvolver inúmeros estudos relacionados à natureza brasileira.

Wanderbilt Duarte de Barros (1916-1997) era natural de Óbidos, no Pará. Sua família desempenhava atividades voltadas à colheita da castanha-do-pará. Óbidos localiza-se às margens do rio Amazonas, o que atraía inúmeros naturalistas brasileiros e estrangeiros em expedições científicas para o conhecimento da natureza brasileira, no começo do século XX. Uma prática comum neste período era a hospedagem desses naturalistas nas casas das famílias do local e

¹³⁴ Informações encontradas em documentos administrativos encontrados na sede do Parque Nacional de Itatiaia.

assim, aos sete anos, Wanderbilt conheceu o botânico Adolpho Ducke¹³⁵, italiano que costumava se hospedar em sua casa. Neste período, este botânico era chefe da Seção de Botânica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e teria permanecido na região amazônica entre os anos de 1919 e 1928, com o objetivo de coleta e classificação de material botânico.¹³⁶

Barros tornou-se ajudante do botânico e assim teve a oportunidade de aprender a ler e mais tarde, em 1926, foi levado para estudar em um colégio estadual em Belém. Em 1928, Barros foi indicado a estudar no Patronato Agrícola Manoel Barata¹³⁷. Durante a Primeira República foram fundados patronatos agrícolas em vários estados brasileiros, como uma alternativa de educação profissional, o que se fazia necessário devido à demanda por mão-de-obra qualificada para o trabalho no campo. Destinavam-se às classes mais pobres, aos meninos de rua, menores abandonados, com o objetivo de torná-los “jovens agricultores”. Nesta instituição eram ministradas aulas sobre estudos do solo, instrumentos agrários, insetos úteis e prejudiciais à agricultura, pecuária, apicultura, contabilidade agrícola, dentre outros conhecimentos que visavam à formação de um contingente de trabalhadores que servisse às oligarquias que estavam no poder.¹³⁸ Em 1929, Barros foi transferido para o Patronato Agrícola Campos Sales, na cidade de Passa Quatro, Minas Gerais. Em 1930, inicia o Secundário na Escola de Agricultura e Pecuária de Passa Quatro. Nesta mesma instituição, Barros cursou o ensino superior entre os anos de 1934 a 1937, formando-se topógrafo e engenheiro agrônomo, aos vinte e um anos de idade¹³⁹. Buscando oportunidades de trabalho, Wanderbilt decidiu permanecer no

¹³⁵ Adolpho Ducke (1876-1959) era originário da Itália. Ainda jovem emigrou para o Brasil, porém, retornou rapidamente para a Europa, onde iniciou os estudos na área de entomologia. Retornou ao Brasil em 1899 a convite de Emílio Goeldi, para o cargo de auxiliar da Seção de Zoologia do Museu Paraense. Posteriormente, em 1918, Ducke foi contratado para assumir a chefia da seção de Botânica e Fisiologia Vegetal do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Permaneceu funcionário do Jardim Botânico até 1945, exercendo, no período, comissões na Amazônia que contribuíram, por meio de suas coletas, para o enriquecimento do Herbário e das coleções vivas da instituição. Ducke aposentou-se em 1945, mas continuou em seus estudos até sua morte, em 1959. Ver: CASAZZA, Ingrid. Um jardim para a Ciência: o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1915-1931). Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 101-117, jan | jun 2012.

¹³⁶ CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931)*. Rio de Janeiro: s.n. 2011.

¹³⁷ Informações retiradas de documentação particular da família Barros, cedida à autora por Antonio Alberto Barros, filho de Wanderbilt Duarte de Barros.

¹³⁸ OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa Oliveira; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *Ensino Agrícola na Primeira República: O currículo prescrito para o Patronato Agrícola Manuel Barata – Belém/PA*. VI EDUCERE, Congresso Nacional de Educação PUCPR- PRAXIS, 2006.

¹³⁹ Informações retiradas de documentação particular da família Barros, cedida à autora por Antonio Alberto Barros, filho de Wanderbilt Duarte de Barros.

Sudeste. Foi diretor de escola em Minas Gerais e trabalhou como engenheiro na construção da Via Anchieta, em São Paulo.

No momento da criação do PNI, Barros formava-se agrônomo. Em maio de 1940, após passar para um concurso do Ministério da Agricultura, assume uma função no recém criado PNI. Tornou-se responsável pelos trabalhos de botânica e de dendrologia¹⁴⁰ do parque.¹⁴¹ Neste período estudou espécies encontradas na região, classificando-as por conta própria.¹⁴² Em setembro de 1942, foi convidado a assumir o Parque Nacional Serra dos Órgãos (PARNASO), sendo designado a assumir estudos de botânica na região. Barros permaneceu nesta instituição por menos de um ano, sendo chamado a assumir a direção do PNI em maio de 1943. Neste período, Barros possuía apenas três anos de experiência de trabalho em instituições voltadas à natureza, no caso o PARNASO e o PNI. Desta forma, argumentamos que os anos correspondentes à administração de Barros no PNI consolidaram-se como os de formação de um parque e de um conservacionista. A administração de Barros foi importante para a organização do PNI, assim como a atuação frente a esta instituição propiciou a Barros experiência profissional sistemática, sobretudo como um conservacionista.

Como diretor, Barros enviava diversos ofícios ao Serviço Florestal, solicitando verbas, autorizações, maior número de funcionários etc. Empenhava-se em estimular as atividades científicas e turísticas, recebendo pessoalmente pesquisadores, turistas e esportistas. Fiscalizava a ação de moradores nos limites do parque. Além disto, ele próprio pesquisava, examinava, classificava e catalogava diversas espécies animais e vegetais encontradas no PNI. Empenhou-se em tornar aquela instituição um centro de estudos da natureza, um local gerador de conhecimento e admiração pela natureza, que pudesse produzir certa “consciência” de uso racional. Empenhava-se, ainda, em estruturar a biblioteca do PNI, com literatura brasileira e

¹⁴⁰ Dendrologia quer dizer “estudo das árvores”, é a parte da botânica que identifica e classifica sistematicamente diversas espécies de árvores. A dendrologia tem como base de estudo a morfologia, nomenclatura, distribuição geográfica e utilidades das árvores. (PEREIRA, Israel Marinho. *Histórico, conceitos e importância da dendrologia*. UFVJM. Laboratório de Dendrologia e Ecologia Florestal – LDEF.). Disponível em: <http://docplayer.com.br/10947693-Dendrologia-historico-conceitos-e-importancia-da-dendrologia.html>. Acesso em 15/01/2017.

¹⁴¹ Documentação particular da família Barros, cedida por Antonio Alberto Barros, filho de Wanderbilt Duarte de Barros.

¹⁴² URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Fundação MacArthur, 1998.

estrangeira - a maioria dela conseguida por permuta - esperando disseminar os conhecimentos acerca da natureza para todos aqueles que quisessem conhecer o PNI. Ao longo dos quase 14 anos à frente da administração do PNI, Barros buscou promover, juntamente com o conservacionismo, as pesquisas científicas e o turismo. Neste ínterim, publicou alguns trabalhos, sempre relacionados à natureza brasileira. Suas principais obras foram: *Parques Nacionais do Brasil*, escrito em 1943 e publicado em 1946; *Erosão no Brasil*, publicado em 1953; e *Parque Nacional do Itatiaia*, publicado em 1955.

Parques Nacionais do Brasil recebeu premiação no concurso de monografias realizado em 1946 pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. O trabalho foi publicado por esse mesmo órgão e possuía o objetivo de demonstrar o panorama dos parques nacionais brasileiros existentes até então. A obra seria, segundo Barros, uma contribuição para trazer informações mais sólidas sobre as áreas reservadas no país. Neste livro, lamentando os poucos parques nacionais existentes até então - além do PNI, o Parque Nacional Serra dos Órgãos e o Parque Nacional do Iguaçu -, Barros expõe diversas questões acerca de seus estudos sobre estas instituições, como por exemplo, a feição que deveriam ter: “Parque Nacional = conservação da natureza + aparelhamentos + trabalhos técnicos administrativos”. Neste mesmo trabalho, Barros ainda sugere inúmeros locais que teriam regiões propícias à criação destas áreas: a Gruta de Maquiné, em Minas Gerais; Lagoa Santa, também em Minas; Zona do Triângulo, na divisa entre Minas e Goiás; Gruta Soturna em Mato Grosso; Ilha de Marajó, dentre outros locais.¹⁴³

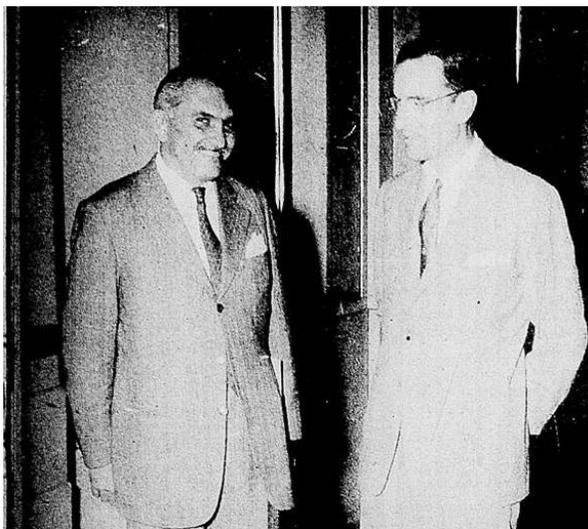
Erosão do Brasil rendeu a Barros o Prêmio Sul-America de 1953. O concurso foi instituído pelo Instituto Brasileiro de Educação e a premiação ocorreu no Palácio Itamarati, em 30 de junho de 1953¹⁴⁴. Posteriormente, foi publicado em 1956 pelo Ministério da Viação e Obras Públicas. O trabalho aborda as problemáticas em torno da questão da erosão do solo

¹⁴³BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques Nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952.

¹⁴⁴O PROBLEMA da erosão do solo no Brasil: o concurso promovido pelo IBECC alcançou notável êxito. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro 24 de julho de 1953.

agrícola e o uso da terra.¹⁴⁵ Tratava-se de uma contribuição documentária sobre os terrenos agricultáveis e as atividades que envolviam o uso da terra no Brasil.

A premiação de Barros pelo grupo Sul América foi exposta em diversos jornais à época, reconhecendo a importância do trabalho, que seria uma contribuição de finalidade educativa, científica e cultural. Abaixo vemos ilustrações da *Revista da Semana* sobre a solenidade de entrega do prêmio.



Barros à esquerda, ao lado de Antônio Larragoti, presidente do Grupo Sul América, na premiação do Concurso Sul-América. Barros recebeu um prêmio de Cr\$ 50.000,00. *Revista da Semana*, 24 de Julho de 1953, ano LI, p. 48.



Barros discursando em sua premiação pelo Prêmio Sul América. *Revista da Semana*, 24 de Julho de 1953, ano LI, p. 48.

¹⁴⁵BARROS, Wanderbilt Duarte de. *A erosão no Brasil*. Ministério da Viação e Obras Públicas, Serviço de Documentação, 1956. P. 13.

Já o livro *Parque Nacional do Itatiaia* (1955), publicação da Série Documentária do Ministério da Agricultura, consistia em um trabalho informativo e destinava-se a todos que quisessem saber o que era o PNI, onde se localizava, que funções desempenhava, características da sua natureza etc. Era uma espécie de guia descritivo do PNI, abordando todas as esferas existentes naquele local. O livro ainda traz uma série de fotografias, destacando diferentes pontos do PNI. Ao analisar este livro, é possível observar a estrutura adquirida pelo parque ao longo dos anos, assim como as atividades frequentemente desempenhadas pelos visitantes.

Barros ainda escreveu artigos para diversas publicações vinculadas ao Ministério da Agricultura, como o Boletim do Ministério da Agricultura e para periódicos de divulgação científica. Podemos citar: *Barbosa Rodrigues* – naturalista brasileiro, publicado pela Rodriguésia em 1942; *Erosão e seu combate*. Publicado pelo Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura, também em 1942; *Relatório do agrônomo W. Duarte de Barros, sobre uma excursão à Serra dos Órgãos*, publicado na Rodriguésia, em 1943; *A queda das folhas das árvores do Itatiaia* – Revista Florestal, em 1947; *Conservação e defesa dos recursos naturais e o município*, apresentado na Associação Brasileira de Municípios, em 1957.

Seu campo de estudo, como vemos, era a criação de áreas reservadas, conservação dos recursos naturais, estudos de espécies da fauna e flora brasileira, entre outros. Em seus discursos, o conservacionismo, as pesquisas científicas e o turismo eram objetivos constantemente abordados. Defendia a intensificação do movimento de proteção à natureza no Brasil. A proteção ao solo, às florestas, à fauna, às águas e às minas seriam, para ele, um imperativo para a existência do Brasil como nação. Ressaltava que o progresso teria trazido ao homem “apreciáveis e imprescindíveis” utilidades. Porém, acabou por não permitir ao homem usufruir a “delícia e o prazer” do contato com a natureza. Para isto teriam sido criados os parques nacionais, pois seria permitido, em tais áreas, que o homem, componente da sociedade urbana decorrente do

progresso, pudesse usufruir do bem-estar.¹⁴⁶ Para Barros, apenas os parques nacionais seriam propriedades coletivas, fontes perenes dos bens da natureza para uso de todos os homens¹⁴⁷.

Segundo Barros, o aparelhamento de um parque nacional acarretaria inúmeras despesas e, por isso, não seria possível considerar para a criação de uma área reservada apenas sua beleza natural. Esta área deveria ser estudada, identificada e assim estruturada para que pudesse desempenhar o total alcance do objetivo de um parque nacional, que seria fonte de educação, de cultura popular, de esportismo, de documentário vivo e de pesquisa biológica. Toda essa estruturação geraria gastos consideráveis, e a propaganda intensiva, que levasse ao conhecimento e à exploração do potencial turístico local, seria importante para atração do público e visibilidade de um parque nacional.¹⁴⁸

Barros interessava-se também por estudos relacionados ao conservacionismo existentes em outros países. Seu referencial teórico era extenso e seu conhecimento de diversas partes do mundo também. Exemplo disto é exposto em seus próprios trabalhos, nos quais constantemente apoiava-se em obras externas. No livro *A Erosão no Brasil*, por exemplo, citou trabalhos como: *Ecological Problems of Southeastern Brazil*, de Pierre Dansereau¹⁴⁹; *Les Pays Tropicaux*, de Pierre Gourou; *Afrique Terre qui meurt*, de J. P. Harroy; *Forest Influences*, de J. Kittredge. Apoiava-se também em trabalhos de renomados autores brasileiros também, como Caio Prado Júnior, Josué de Castro, Euclides da Cunha, Fernando Azevedo, Nelson Werneck Sodré.

¹⁴⁶BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parque Nacional do Itatiaia*. Ministério da agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955.

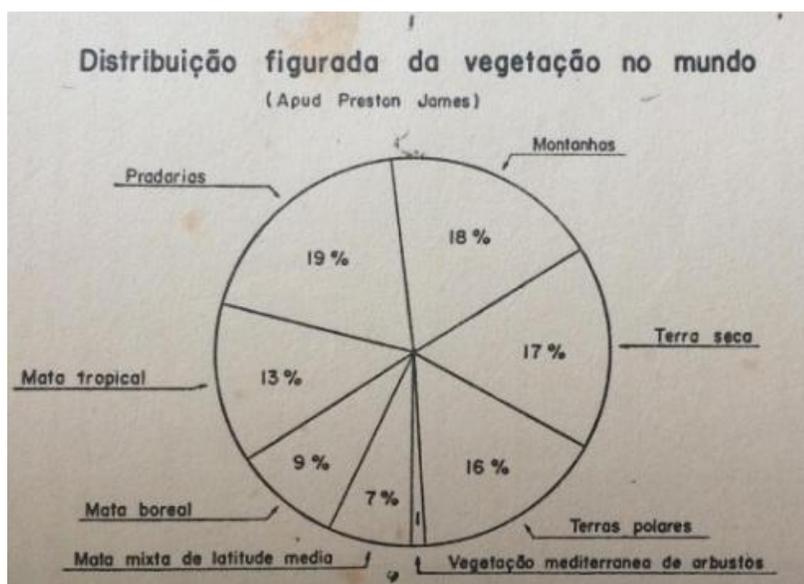
¹⁴⁷BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques Nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952.

¹⁴⁸ *Idem*.

¹⁴⁹ Pierre Dansereau (1911-2011) foi um ecólogo canadense considerado um dos maiores nomes da ecologia do século XX. Esteve realizando estudos ecológicos no Brasil por diversas vezes, a primeira delas durante os anos de 1945 e 1946, a partir de um acordo científico firmado entre Brasil e Canadá, em 1944. Sua atuação neste período incluiu, inclusive, planos de criação de Departamentos de Ecologia e Biogeografia em instituições científicas como o Parque Nacional de Itatiaia, instituição na qual realizou excursões com o objetivo de definição de tipos de vegetações, elaboração de medidas de proteção florestal, etc. Foi professor de ecologia na Universidade de Michigan, atuou na Universidade de Montréal, lecionou também em Columbia, além de co-dirigir o Jardim Botânico de Nova York. Sua consagração se deu na Universidade de Québec à Montréal (UQAM). Mais informações, ver: SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; PALMER, Steven. Ecologia, cooperação internacional e configuração biogeográfica do Brasil: Pierre Dansereau e o acordo científico Brasil-Canadá nos anos 1940, 2017, no prelo.

Demonstrava também ter amplo conhecimento do trabalho de Adolpho Ducke, botânico italiano que conheceu ainda criança, citando diversos trabalhos deste, referentes à Amazônia brasileira.

As obras de Wanderbilt Duarte de Barros demonstravam, portanto, aprofundamentos de cunho sociológico e cultural, abordando o conhecimento de conteúdos referentes à história e atualidade dos cenários nacional e internacional.



Gráficos presentes no livro *A Erosão no Brasil*. Págs. 215-216.

Barros conhecia e intercambiava elementos do conservacionismo de diversos países. Em seu livro *Parques Nacionais do Brasil*, cita a criação de parques nacionais nos Estados Unidos, Canadá, México, Chile, Uruguai, Venezuela, dentre outros. Interessava-se, sobretudo, pelo conservacionismo norte-americano. Para ele, os Estados Unidos seriam um exemplo a ser seguido no Brasil, principalmente a respeito dos altos lucros arrecadados pelo governo com o turismo nos parques nacionais: “São os parques nacionais empreendimentos que refletem cultura a despeito do que são também vigorizadores de orçamentos”¹⁵⁰. Em outro trecho, Barros afirma:

Quando os americanos do Norte se dispuseram a enfrentar o sério problema que o desgaste de sua imensa reserva natural determinara, tiveram que fazê-lo energicamente. Imensas áreas nas quais ainda se encontravam porções virgens foram declaradas intangíveis, reservadas e nelas estabelecidos Parques Nacionais. Procuraram remediar a iminente calamidade originada de um lado, do excessivo esforço que, pelo domínio da gleba, desenvolveram os pioneiros e de outro, proveniente da desordenada ação dos índios incendiando a terra para vencê-la e conquistar a presa animal. Esse trabalho de proteção constitui naquele país um movimento de vasta envergadura que encontra repercussão no interesse público de todas as camadas.¹⁵¹

Cita no mesmo livro um trecho de um discurso da Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, cediada em Washington, EUA, em maio de 1940:

A conservação da natureza é um empreendimento novo resultante da deformação produzida pelo trabalho humano na terra, e proveniente da observação efetuada ante a volumosa conquista material da civilização moderna levantada em muitas partes sobre escombros de toda ordem. A

¹⁵⁰BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques Nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952.

¹⁵¹*Idem*, p. 19.

plenitude da intenção desse movimento é alcançada através dos Parques Nacionais que foram criados “para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais, da flora e da fauna de importância nacional, das quais o público pode aproveitar-se melhor ao serem postos sob a superintendência oficial” (Relatório da Comissão de Peritos sobre a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, Washington, maio de 1940.)¹⁵²

Como aponta o autor Frederico Freitas, a partir da década de 1930 ocorreu uma renovação na política ambiental norte-americana, assim como um grande intercâmbio internacional de ideias conservacionistas em todo o mundo.¹⁵³ Barros, como vemos, demonstrava estar inserido neste intercâmbio, vide o conhecimento acerca de um encontro internacional sobre proteção à natureza e a referência ao conservacionismo norte americano. Tais conhecimentos certamente refletiram a ação de Barros nos meios em que atuava.

A rotina de Barros no PNI era dinâmica. Recebia, assinava e enviava ofícios, respondia inúmeros turistas interessados em visitar o parque, verificava denúncias, acompanhava inúmeros excursionistas, orientava funcionários. Além desta conciliação da direção do PNI com uma extensa produção intelectual, Barros também realizava outras atividades em meios científicos e políticos, não concentrando sua atuação apenas nos limites do PNI. Isso lhe proporcionava maior visibilidade.

¹⁵² *Idem*, P.20-21.

¹⁵³ FREITAS, Frederico. A Park for the Borderlands: The Creation of the Iguazu National Park in Southern Brazil, 1880-1940. *Revista de História Iberoamericana*, 2014, vol. 7, n.2



Wanderbilt Duarte de Barros (em pé) em reunião na Sala de Conferência do PNI. s/d. Acervo do PNI.

Podemos destacar inúmeras participações em congressos, reuniões, conselhos, aulas, etc. A pesquisa em jornais nos propiciou diversas informações acerca da atuação diversificada de Barros, dando conta da sua participação nestas diversas ocasiões. Documentações cedidas por sua família também se mostraram um importante auxílio para entendermos a dinâmica da trajetória profissional de Barros durante os anos em que administrou o PNI.

Em reportagem do jornal *A Noite* de 26 de novembro de 1953, em matéria intitulada: *Plano de defesa dos recursos naturais do Brasil* é possível observar, por exemplo, a participação de Duarte de Barros nesses meios científicos e políticos. Esta reportagem traz conteúdo sobre a ideia de formação de um Conselho de Planejamento e Coordenação das Providências Necessárias, que se tratava de debates numa subcomissão da Comissão Nacional de Política Agrária. Esta subcomissão teria efetuado reunião, tomando, então, conhecimento da proposta de Duarte de Barros para a criação de uma instituição de Recursos Naturais Renováveis. Tal Conselho teria se reunido devido ao “alarme” generalizado no Brasil diante da destruição das matas e, que, portanto, estariam ocasionando secas. Tal situação teria levado o então ministro da

agricultura, João Cleofas de Oliveira¹⁵⁴, a solicitar junto à Comissão Nacional de Política Agrária a apresentação, à Presidência da República, de um plano completo de defesa dos recursos naturais do país. A criação desta Subcomissão e o esboço de projeto apresentado por Duarte de Barros teriam ocorrido devido a tais motivos. O anteprojeto apresentado por Barros sugeria a criação de um Conselho Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis, que apresentava quatro objetivos básicos:

1- o estudo e o planejamento do problema dos recursos naturais renováveis no Brasil; 2- O planejamento de uma campanha nacional permanente de esclarecimento e educação, visando a melhores usos e administração dos mesmos recursos; 3- a coordenação de todos os trabalhos referentes ao conhecimento e uso dos recursos naturais brasileiros, quer na esfera da administração pública, quer na particular; e 4- o de funcionar o Conselho como órgão regulador das normas convenientes à exploração dos recursos naturais com o fim de garantir o bem estar público.¹⁵⁵

Nesta mesma reunião estiveram presentes, além de Duarte de Barros, Leandro Vettori, do Instituto de Química Agrícola; Genneville Ifersdorff, da Divisão de Caça e Pesca; Eurico Santos, Francisco Domicio de Azevedo e Hugo de Lima Camara, do Serviço de Proteção aos Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro; e Emilio Varoli, diretor da Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres, da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Ou seja, Barros reunia-se constantemente com outros atores, vinculados ao Ministério da Agricultura, que discutiam questões pertinentes à natureza brasileira; o que sugere a constante circulação e troca de ideias de cunho conservacionista também nestes ambientes da burocracia estatal.

¹⁵⁴ João Cleofas de Oliveira foi um político pernambucano, tendo ocupado, ao longo de sua trajetória, cargos como prefeito, deputado estadual, deputado federal e senador. Esteve enquadrado nos dois governos Vargas, tendo sido nomeado, com a Revolução de 1930, Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do estado. No segundo governo Vargas (1950-1954), foi nomeado ministro da agricultura, permanecendo no cargo no período de 1950 a 1954. Ver: João Cleofas. Disponível em:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Joao_Cleofas. Acesso em 03 de julho de 2017.

¹⁵⁵ PLANO de defesa dos recursos naturais do Brasil. *A noite*, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1953. p. 2.

Outras reportagens trazem informações sobre a participação de Duarte de Barros em eventos. Os jornais *A Noite* e *Correio da Manhã*, por exemplo, informam a participação de Barros na Delegação do Brasil que atuou no Seminário Latino-Americano sobre os problemas da terra, cujos membros foram designados pelo Governo Federal. Neste Seminário, realizado em Campinas, em 1953, Barros e o restante da delegação brasileira, abordaram o latifúndio e questões agrárias gerais no Brasil, que abrangiam levantamento dos recursos naturais, conhecimentos da propriedade rural, propriedade e uso da terra, aspectos financeiros referentes aos problemas agrários, assim como o planejamento governamental para a Reforma Agrária.¹⁵⁶

As relações políticas que Barros mantinha o levaram para longe do PNI. Em fevereiro de 1957 foi convidado pelo então ministro da Agricultura, Mario Meneghetti, a assumir a direção da Divisão de Fomento da Produção Vegetal do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura. Posteriormente, em novembro de 1957, assumiu a direção do próprio Departamento Nacional da Produção Vegetal, permanecendo neste cargo até julho de 1981. Durante este período continuou a conciliar sua carreira com o conservacionismo, sendo um dos responsáveis pela criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN)¹⁵⁷, criada em 1958.¹⁵⁸ Barros ainda seria presidente desta instituição em dois períodos: de 1969 a 1972 e de 1987 a 1990.^{159 160}

2.4 –A FORMAÇÃO MATERIAL DO PNI

¹⁵⁶ NOMEADA a delegação do Brasil que participará do Seminário Latino-Americano sobre os problemas da terra. *A noite*, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1953. p.7; EXAME da situação agrária no Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de junho de 1953. p. 4.

¹⁵⁷ A FBCN foi a primeira instituição brasileira criada com claros objetivos conservacionistas. Ver: URBAN, Teresa. *Saudade do Matão*: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. *Op cit*, 1998, p. 175. A FBCN constituiu-se como um “ponto” onde se concentraram e disseminaram-se as principais preocupações conservacionistas no Brasil. Foi, durante muito tempo, a ONG conservacionista brasileira mais importante. Ver: FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, 2009, vol. 17, n. 1.

¹⁵⁸ URBAN, Teresa. *Saudade do Matão*: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. *Op cit*, 1998.

¹⁵⁹ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Op. cit*, 2009.

¹⁶⁰ Barros também foi membro do Conselho do Fundo Federal Agropecuário (FFAP), em 1963; diretor brasileiro do Programa de Pesquisa Florestal do IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal)/ PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), entre 1970 e 1975; Superintendente de Recursos Naturais e Meio Ambiente do IBDF. Trabalhou por alguns anos no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Em 1990, assumiu a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, permanecendo até 1995.

Desde a organização da Comissão do Parque Nacional de Itatiaia, como demonstrado, foram iniciadas obras necessárias ao início do funcionamento do primeiro parque nacional brasileiro. Nos anos estudados, o PNI recebia ocasionalmente a visita de homens de Estado, na maioria das vezes pertencentes ao Ministério da Agricultura e ao Serviço Florestal, os quais verificavam as obras que estavam em andamentos:



O ATUAL diretor do Serviço Florestal, agrônomo João Augusto Falcão, tem-se empenhado em completar as instalações do Parque Nacional de Itatiaia, assegurando aos visitantes o máximo de conforto. Aqui se vê o início de construção de uma das excelentes estradas que servem ao Parque, com oito metros de largura e apenas 4% de rampa. Ao fundo, aparece o edifício principal do Parque, de linhas grandiosas.

Jornal *A Manhã*, 03 de janeiro de 1945, p. 12.

O PARQUE NACIONAL DE ITATIÁIA VISITADO PELO MINISTRO DA AGRICULTURA

O Ministro da Agricultura esteve domingo último em visita de inspeção ao Parque Nacional de Itatiáia, dependência do Serviço Florestal.

Veteranos x Novos da Oficina de H. G. Luciola

Foi realizado domingo último, o encontro acima, em disputa duma sucuinta feijoadá, preparada pelo "mestre-cuca" Roque.

A partida foi disputada com ardor, e teve como vencedor a equipe dos Veteranos pelo escore de 5x2, tentos do vencedor de Pimenta, 3; Arlindo e Geraldo, o qual apresentou o seguinte quadro: — Américo — Augusto — Rafael — Osvaldo — Luciola — Nonô — Nilton — Arlindo — Eliseu — Pimenta e Geraldino.

FINIAO. Disciplina e Trabalho em torno do Grande Presidente Vargas, e a vitória nos sorrirá.

UNICO OBERG

Arquitetura — Topografia —
— Des. de Propaganda
OF. L. OBERG
DES, 45, 1.º ANDAR

Itatiáia é um dos tesouros de nossa Pródiga natureza que tem atraído tantos cientistas de fama mundial e encantado milhares de turistas nacionais e estrangeiros. Daí a criação e a instalação do grande Parque que tomou o nome do local onde as alturas das montanhas e o frio que nem parece do clima do Brasil tropical, dão o bem-estar e o encantamento experimentados por todos quantos vão senti-los naquelas paragens.

Acompanhado do Diretor do Serviço Florestal, do Chefe da Seção de Parques Nacionais, do respectivo administrador, agrônomo W. Duarte de Barros e outros técnicos, o Ministro da Agricultura inspecionou as obras do Governo Federal ali em franco andamento, a despeito do mau tempo.

Depois da inspeção aos edifícios, à construção de estrada de rodagem em fase de conclusão e toda em terreno difficilimo, e aos demais trabalhos, o Ministro manifestou sua boa impressão, tendo felicitado o Serviço Florestal, como o fizera poucos dias atrás, por ocasião de sua visita ao Horto Florestal de Santa Cruz.

Inicialmente, as atividades já realizadas pela Estação Biológica continuaram. Tal panorama deve-se aos poucos recursos destinados pelo governo à estruturação necessária às atividades do PNI.¹⁶¹ Este cenário de poucas verbas destinadas por parte do Estado acabou por atrasar diversas obras que deveriam ser feitas na região. Eram constantes as notícias de atrasos na construção de infra-estrutura, assim como reclamações por falta de repasse de verbas e o baixo contingente de funcionários disponíveis para trabalho no PNI¹⁶². Exemplo disto é exposto em reportagem do dia 29 de julho de 1947, intitulada “Serão concluídas as obras do Parque Nacional de Itatiaia”, tratando da visita do então ministro da agricultura, Daniel de Carvalho, ao PNI. A matéria expõe que o ministro visitou as obras paralisadas, que deveriam ser completadas naquele ano. Wanderbilt Duarte de Barros teria acompanhado o ministro, informando sobre as dificuldades enfrentadas por falta de estrutura adequada de funcionamento.¹⁶³ Como vemos, em 1947, ou seja, 10 anos após o decreto de criação do PNI, as obras ainda não haviam sido concluídas, o que reforça uma ideia de baixa prioridade do governo em relação a esta instituição.

Apesar das dificuldades iniciais encontradas para a consolidação material do primeiro parque nacional brasileiro, a pequena estrutura derivada da Estação Biológica deu lugar a visíveis avanços no PNI. Em 1942, informações encontradas nos Relatórios do Ministério da Agricultura dão conta sobre melhoramentos de estradas, aberturas de caminhos, melhoramento do Abrigo Macieiras, preparo para área de estufas, instalação de postes para linha telefônica, aumento do arboreto, com plantio de exemplares da região, abertura de bueiros¹⁶⁴. Já em 1944, documentos encontrados na sede administrativa do PNI demonstram que estavam sendo feitas aberturas de picadas para pontos “pitorescos” do parque, que serviriam não só para passeios, mas também para policiamento e excursões de estudo. Além disso, eram construídos caramanchões, abrigos e pousos, pontilhões e pontes, muros, obras de drenagem das águas dos rios, reparações das estradas para automóveis e picadas para cavaleiros. Todas estas obras eram desenvolvidas

¹⁶¹CASAZZA, Ingrid Fonseca. A Estação Biológica de Itatiaia e a criação do primeiro parque nacional brasileiro (1914-1937). Anais eletrônicos 3ª Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 2015.

¹⁶² Na sede do PNI, foram pesquisados documentos administrativos que se tratavam de ofícios enviados por Barros ao Diretor do Serviço Florestal, solicitando e expondo a falta de verbas, funcionários, materiais, etc, sobretudo durante a década de 1940.

¹⁶³ SERÃO concluídas as obras do Parque Nacional do Itatiaia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1947. p. 2.

¹⁶⁴Brasil. Relatório do Ministério da Agricultura. 1942, p. 174. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0030&pasta=ano%20194&pesq=Parque%20Nacional%20de%20Itatiaia>. Acesso em 30 de março de 2017.

em diferentes e dispersos pontos de todo o PNI. Já em 1945, o relatório do Ministério da Agricultura mostra obras que seriam iniciadas naquele ano. O projeto exposto pelo relatório dizia respeito à construção da casa do administrador; casas para funcionários; reforma, reconstrução e ampliação de instalações em casas antigas; levantamentos e estudos preliminares das divisas do parque; estudos de picadas de acesso de exploração; fiscalização, policiamento, defesa contra incêndio; instalação de rede telefônica para casas de residências; cocheira; depósito de material; oficinas; sede central; usina elétrica; construção de pontes para travessias; construção da rede elétrica da usina para residências e demais dependências; abastecimento de água e construção de esgotos. Além disso, estavam nos planos a desapropriação e aquisição de imóveis próximos à sede do PNI.

Os relatórios do Ministério da Agricultura demonstram que, no período entre 1946 a 1950, já havia sido realizada a construção da residência do administrador, casa do observador meteorológico, conclusão do posteamento da linha telefônica, construção de uma estrumeira para até 80 toneladas, ampliação de casas, alargamento e desobstrução de estradas e cocheira para animais.¹⁶⁵

Em matéria do jornal *A Manhã*, de 10 de março de 1951 é exposto o andamento da estruturação física do PNI. A estrada de acesso à sede do parque já estava pavimentada e já estava em funcionamento um museu com uma coleção de 250 mil exemplares contendo 80 mil espécies animais e vegetais. O jornal expõe que, graças a esta organização, o PNI poderia oferecer ambiente favorável aos estudos das ciências naturais, “cuidando” ainda do aspecto paisagístico, que seria de interesse aos turistas. A reportagem afirma ter se intensificado o andamento do programa de instalação do PNI a partir da gestão de Barros. Esforços estariam sendo feitos para a melhoria da estrada que ligava a Rio-São Paulo, atual BR-465, ao PNI. Esta estrada possuía previsão para ser pavimentada no ano de 1952, a partir da colaboração do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem). Até o ano anterior, segundo a reportagem,

¹⁶⁵ Brasil. Relatório do Ministério da Agricultura, 1946-1950, p. 376. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0030&pasta=ano%20194&pesq=Parque%20Nacional%20de%20Itatiaia>. Acesso em 30 de março de 2017.

havia sido replantadas 400 mil árvores, desde a criação do PNI, o que manteria uma média de 80 mil novas plantas por ano.¹⁶⁶

Já em 1952, teriam sido feitas melhorias da Estrada do Marambá, construção de boeiros, construção de dreno no pátio interno da sede para drenagem de águas pluviais e segurança do prédio e aberturas de picadas¹⁶⁷. Em 1955, portanto, o PNI já dispunha de uma sede contendo residências para o diretor e funcionários, casa para naturalista equipada, usina hidrelétrica, coqueira, estação meteorológico-agrária, além de pavilhões de serviços de campo e a sede propriamente dita com dependência para reuniões, projeções e conferências, apartamento para hóspedes oficiais, museu regional, biblioteca, gabinete para administrador e técnicos dos parques, centro de informações, oficina de carpintaria, mecânica e ferraria, posto de lubrificação e conserva de veículos, almoxarifado, posto de controle estatístico-informativo e posto telefônico, com rede interna. Acampamentos e instalação para vestiário público também estariam disponíveis.¹⁶⁸

A esta altura, para os visitantes que desejassem permanecer no PNI, havia pousos próximos, como nas Agulhas Negras, Prateleiras, Cabeça do Leão, Couto e em outros pontos de visitas. No ponto conhecido como Macieiras havia abrigo provisório para cerca de 20 pessoas. Ainda foram construídos outros abrigos: o Abrigo Rebouças, o mais próximo das Agulhas Negras, e das Prateleiras, que acomodava oito pessoas em sistema de pousada coletiva, dispondo de dormitório, copa e material de cozinha. Havia também o Abrigo Lamego, próximo à Maromba. O Abrigo Macieira, ficava a uma altitude de 1400m. Também possuía lugar para cerca de oito pessoas e as mesmas condições de dormitório do Abrigo Rebouças. Próximo ao início das escaladas das Agulhas Negras foi construído um refúgio com fogão, mesa e banheiros, para aqueles que buscassem escalar o pico mais alto do PNI. Próxima à sede do parque foi

¹⁶⁶ OS PARQUES nacionais: proteger a flora e a fauna, facilitar os estudos das ciências naturais e promover o turismo – Itatiaia sede de um dos mais lindos parques nacionais – Cresce o número de visitantes na região das Agulhas Negras. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de Março de 1951, p. 7.

¹⁶⁷ Brasil. Relatórios do Ministério da Agricultura, 1952, p. 328. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0030&pasta=ano%20194&pesq=Parque%20Nacional%20de%20Itatiaia>. Acesso em 30 de março de 2017.

¹⁶⁸ BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parque nacional do Itatiaia*. Ministério da agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955.

construída uma área para acampamento, que foi cedida a União dos Escoteiros do Brasil, onde eram realizados cursos e aulas de conservação da natureza durante os acampamentos.¹⁶⁹

Toda esta estrutura foi importante para a manutenção e aumento de atividades ao longo dos anos, como as pesquisas científicas e o turismo. A maior parte desta estrutura permanece sendo utilizada pelo parque até os dias atuais. A pesquisa científica, que desde a Estação Biológica vinha sendo praticada, continuou a ser estimulada e desenvolvida nos limites do PNI.

2.5- OS MORADORES DO PARQUE

Para a administração civil brasileira os Parques Nacionais são problema novo de elevada importância pública. A existência desses institutos é considerada questão essencial em todos os países que cuidam da conservação da natureza, relacionando-a com o turismo e com os estudos de ciências naturais. [...]

Tanto grandes, como pequenas, aquelas instituições têm implicitamente os mesmos objetivos. [...] De grande complexidade em seus objetivos, abrangendo todos os prismas de estudos relacionados com as ciências naturais, com recreativismo, com a educação pública e com o desenvolvimento do turismo, os Parques Nacionais garantem a reserva de apreciável documentário do país, tendo entretanto primordial objetivo como unidade conservacionista. (Wanderbilt Duarte de Barros, no prefácio de seu livro *Parques Nacionais do Brasil*, p. 9 [grifos nossos]).

As palavras destacadas no trecho acima representam objetivos da administração de Wanderbilt e seu caráter normativo para parques nacionais em geral: a conservação da natureza, os estudos das ciências naturais e o incremento do turismo, no qual estaria incluída a educação pública. Para tal objetivo, Barros desenvolveria parcerias e promoveria a permanência no PNI de

¹⁶⁹ *Ibidem.*

cientistas brasileiros e estrangeiros, com foco em estudos e pesquisas para orientar a administração do parque nas práticas de manejo florestal, delimitação de áreas de turismo e desenvolvimento de programas de cultivo de espécies nativas para reflorestamento de áreas degradadas.

Em documentação encontrada na sede do Parque Nacional de Itatiaia, foi possível observar como se dava o controle dos visitantes do PNI. Estes deveriam preencher uma ficha, que trazia parte das regras de funcionamento local:

Ministério da Agricultura
SERVIÇO FLORESTAL
PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA
LICENÇA N. _____

Autorizo o Snr. _____
e mais _____ pessoas a visitar o Planalto do Parque Nacional do Itatiaia,
podendo pernoitar em _____ no período de _____ a _____
de _____ de 19 _____
Em _____ de _____ de 19 _____

ATENÇÃO -- Recomenda a direção do P. N. I.:
Não deixe acesa ponta de cigarro;
Não acenda fogo sem ser em local apropriado,
indicado pelo Parque Nacional do Itatiaia.

AVISO

Não é permitido:

- Arrancar folhas, flôres, ramos de vegetais ou êstes;
- Danificar cercas, placas, ou quaesquer benfeitorias;
- Caçar, pescar, transportar armas de fogo e dar tiros;
- Inscrever em qualquer parte dístico, letreiros ou figuras;

Qualquer empregado do Parque Nacional do Itatiaia providenciará no sentido de executarem estas disposições.

A Administração do P. N. I. apela para os visitantes no sentido de respeitarem estas instruções e ajudarem a conservar móveis, imóveis e a natureza do Parque Nacional do Itatiaia.

Ficha para controle de visitantes ao PNI. Acervo da Biblioteca do PNI.
S/d.

Apesar de certas limitações, a visitação ao parque era muito bem aceita, pois seria uma fonte de renda aos cofres públicos, além de ser uma forma de demonstrar os feitos do governo em prol da proteção à natureza, dentre outros motivos, como desenvolvimento de consciência conservacionista. Porém, a moradia de pessoas nos limites e na vizinhança do parque não era vista com a mesma percepção dedicada aos turistas.

Como já apontado, a região de Itatiaia passou por diversas transformações ao longo dos séculos, decorrentes de diferentes atividades humanas na região. O fato de terem ocorrido vários projetos sucessivos de colonização fez com que parte expressiva das terras se mantivessem ocupadas ao longo do tempo, antes e depois da criação do Parque Nacional de Itatiaia. No contexto da criação dos primeiros parques nacionais, era claramente defendida a desocupação efetiva destas áreas protegidas. O próprio decreto de criação do PNI expõe que os lotes que alienados a particulares deveriam voltar ao domínio da União, “para que as terras ocupadas pelo Parque não sofram soluções de continuidade prejudiciais aos seus objetivos”.¹⁷⁰

É que de acordo com a legislação então em vigor, parques nacionais eram de domínio público e qualquer propriedade particular em sua área deverá ser desapropriada. Este pressuposto estava, como visto, presente na legislação de 1934, e está ainda nos dias atuais¹⁷¹:

Art. 12. Desde que reconheça a necessidade ou conveniência, de considerar floresta remanescente, nos termos deste código, qualquer floresta de propriedade privada, procederá o governo federal ou local, à sua desapropriação, salvo se o proprietário respectivo se obrigar, por si, seus herdeiros e sucessores, a mantê-la sob o regime legal correspondente. Código Florestal de 1934.¹⁷²

¹⁷⁰Brasil. Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia.

Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/itatiaia.pdf>. Acesso em: 24/09/2016.

¹⁷¹Brasil. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em 15/12/2016.

¹⁷² Brasil. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. *Op. cit.*

Assim, a questão fundiária foi motivo de conflitos e tentativas de desapropriações destas terras, que até hoje persistem nas propriedades privadas no PNI.¹⁷³

Em seu livro *Parques Nacionais do Brasil*, Barros demonstra como deveriam ser os critérios para a criação de parques nacionais no Brasil. Afirma que o governo deveria reconhecer determinada região a ser protegida, demarcá-la e tomar conhecimento sobre a quem caberia tal propriedade, pois esta deveria passar, por compra ou desapropriação, para o poder público. Ainda sobre esta situação Barros expõe:

A presença de proprietários particulares cria situação dificilmente abordável, dada a ausência de harmonia entre o interesse do indivíduo ou o direito do dono e a finalidade da conservação, que tem o bem público transformado em parque nacional, isto é, o direito das coletividades.¹⁷⁴

Durante todo o período em que permaneceu à frente do PNI, Barros teve de conviver com a presença de moradores dentro dos limites do parque. O mesmo ocorreu com a presença de hotéis. Porém, sua visão a respeito dos hotéis parecia não ser similar à que possuía sobre as pequenas propriedades. No mesmo livro, ao descrever as características do PNI, Barros aponta ter no seu interior quatro pequenos hotéis, que não seriam um problema, pois atenderiam aos que procuravam visitar a “notável região”.¹⁷⁵

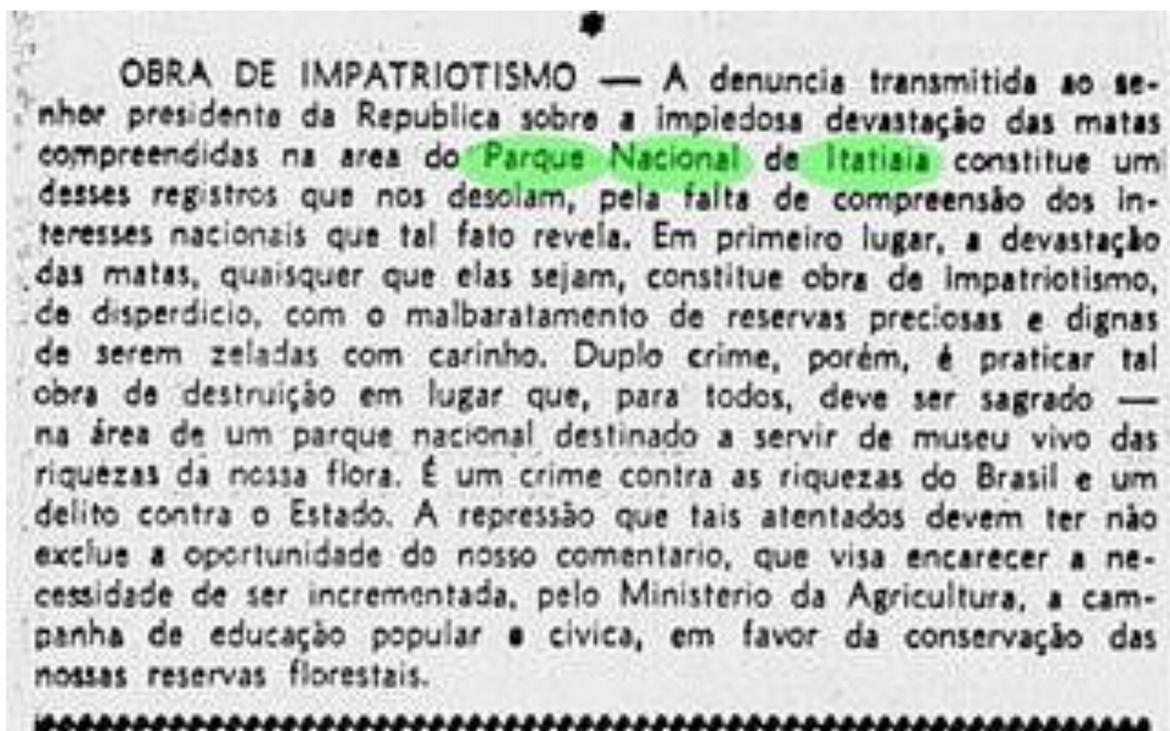
No decorrer desta pesquisa, realizamos pesquisas nos jornais de época e encontramos diversas denúncias relacionadas a queimadas e devastação de matas em áreas limítrofes e dentro

¹⁷³Atualmente, de acordo com o ICMBio, a regularização fundiária seria uma questão estratégica para a gestão e proteção dos parques nacionais, ao garantir a integridade destas áreas como unidade de conservação e patrimônio da sociedade brasileira. O PNI permaneceria com a área original de criação (11.943 hectares) até 1982, quando foi publicado o decreto Federal nº 87.586, o qual ampliaria a área do parque para 30.000 hectares. Dentro das áreas incorporadas a partir de 1982, existiam locais que já eram urbanizados e legalizados de acordo com leis municipais, abrangendo ainda populações tradicionais e colônias agrícolas, por exemplo. Desta forma, teriam surgido novos conflitos, pois, imóveis que antes estavam regulares, passaram a ser irregulares, de acordo com a legislação federal. Apesar deste cenário, nenhuma desapropriação ocorreu. Atualmente nos limites do PNI existem mais de duzentas residências e cinco hotéis, localizados em 1000 hectares, equivalentes a 3% do PNI que, sendo uma Unidade de Conservação, não estaria de acordo com a legislação ambiental vigente¹⁷³. Sendo os parques nacionais incluídos na categoria de unidade de conservação de proteção integral, como visto no primeiro capítulo deste trabalho, seriam permitidos apenas o uso indireto de determinada área, o que incluiria moradias. Ou seja, as propriedades particulares existentes no PNI são irregulares, de acordo com a legislação federal vigente. Ver: PEREIRA, Ian Libardi. Conflito fundiário do Parque Nacional do Itatiaia. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 18, n. 3685, 3 ago. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25086>>. Acesso em 17 de janeiro de 2017.

¹⁷⁴ BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques nacionais do Brasil*. Op. Cit. P. 26.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 56.

do Parque Nacional de Itatiaia. Isso ocorria desde antes da criação do Parque e continuou a ocorrer após sua criação. Como exposto em reportagem de 2 de outubro de 1940, o então diretor do Serviço Florestal, Francisco de Assis Iglesias, foi até o PNI buscando examinar a veracidade de notícias relacionadas a derrubadas de matas nas proximidades do parque. Além de ser um atentado contra o “patrimônio florístico”, as derrubadas também seriam um impedimento à incrementação do “reflorestamento racional”; outro objetivo que deveria ser desenvolvido por um parque nacional.¹⁷⁶ Denúncias como estas eram frequentes em diferentes jornais, ao longo dos anos investigados por esta pesquisa:



OBRA DE IMPATRIOTISMO — A denuncia transmitida ao senhor presidente da Republica sobre a impiedosa devastação das matas compreendidas na area do Parque Nacional de Itatiaia constitue um desses registros que nos desolam, pela falta de compreensão dos interesses nacionais que tal fato revela. Em primeiro lugar, a devastação das matas, quaisquer que elas sejam, constitue obra de Impatriotismo, de desperdicio, com o malbaratamento de reservas preciosas e dignas de serem zeladas com carinho. Duplo crime, porém, é praticar tal obra de destruição em lugar que, para todos, deve ser sagrado — na área de um parque nacional destinado a servir de museu vivo das riquezas da nossa flora. É um crime contra as riquezas do Brasil e um delito contra o Estado. A repressão que tais atentados devem ter não exclue a oportunidade do nosso comentario, que visa encarecer a necessidade de ser incrementada, pelo Ministerio da Agricultura, a campanha de educação popular e civica, em favor da conservação das nossas reservas florestais.

Jornal *A Noite*, 19 de outubro de 1940, p.
2.

¹⁷⁶VÁRIAS notícias. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro. 2 de outubro de 1940.

No Parque de Itatiaia

Em todos os países civilizados, os parques nacionais são criados para a proteção do patrimônio florestal, recebendo dos governos cuidados especiais. São célebres, por exemplo, os parques norte-americanos, os quais, além da sua finalidade primordial, se transformaram, pela sua majestosa beleza, em grandes fontes de renda, mercê do avultado número de turistas que os procuram durante todos os meses do ano.

O Brasil resolveu seguir, há poucos anos, a orientação desses países, criando o seu primeiro parque, o Parque Nacional de Itatiaia; atualmente, mais dois grandes e esberbos parques se instalam, o da Serra dos Orgãos e o do Iguaçu, estudando o Ministério da Agricultura a organização de novos parques, nas regiões típicas do país.

Com o Parque Nacional de Itatiaia, porém, ocorre, neste momento, um fato doloroso: está ele localizado numa área de terras,

que era, primitivamente, um núcleo colonial organizado pelo governo. Alguns dos antigos lotes permanecem encravados no perímetro do Parque e um dos seus proprietários parece ignorar inteiramente as finalidades do Parque, pois comete, continuamente, depredações nas matas dos seus lotes, desfigurando a paisagem, invertendo a finalidade do Parque dentro dos seus limites!

Esse proprietário, segundo as notícias chegadas ao nosso conhecimento, teria adquirido um caminhão e contratado dez operários para a derrubada e produção de lenha, que é vendida em Resende, sob a admiração dos seus habitantes, que não ignoram a sua origem e que supunham o Parque mantido pelo governo para constituir uma grande reserva florestal...

É preciso, pois, que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — que realiza obras dentro do Parque — e o Serviço Florestal, responsável pelo mesmo, ponham cõbo às atividades inexplicáveis do proprietário a que aludimos.

✱

Em virtude das providências postas em prática pelo Interventor Federal no Estado do Rio, já foram presos e serão imediatamente processados nada menos de 20 devastadores de matas, pegados em flagrante na sua ação criminosa no Parque Nacional de Itatiaia. Entre os presos figuram alguns fazendeiros da região, cujos documentos estão sendo examinados.

Na parte em que se acha situado no Estado do Rio, o Parque de Itatiaia está sendo agora devidamente acautelado.

Jornal do Commercio, 30 de Outubro de 1941.

Devido a toda esta problemática envolvendo as terras vizinhas ao PNI, além é claro dos próprios moradores existentes dentro do parque, Assis Iglesias, diretor do SF, sugeriu incorporar as terras adjacentes como florestas protetoras, que deveriam ser fiscalizadas pelo administrador do PNI. A sugestão de Iglesias foi exposta no *Jornal A Noite*, em outubro de 1940. Anos mais tarde, o decreto nº 22.287, de 16 de dezembro de 1946 efetivava o que Iglesias havia sugerido:

Art. 1º Fica declarada floresta protetora, de acordo com o art. 11, parágrafo único, do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, a compreendida na área entre a rodovia Rio Caxambú, do Registro até a Pedra do Itamonte, pela direita dessa estrada até as confinações com o Parque Nacional; do Registro até a estrada até as confinações com o Parque, à esquerda de quem demanda Rezende; a parte florestada compreendida entre a estrada para Mauá, incluindo toda a porção que, no vale do Rio Preto, estiver na cota máxima de 1.000 metros em volta da divisa do P.N.I a zona de remanescentes do Pinho do Paraná e do Pinheirinho, nas cabeceiras do rio Aiuruoca e do Capivari, na região conhecida por Vargem Grande, Serra Negra e Morro Cavado em altitudes de 1.200 metros.

Art. 2º A área a que se refere o artigo anterior será determinada por levantamento topográfico a ser realizado pelo Serviço Florestal do Ministério da

Agricultura e ficará sujeita não só ao regime especial estatuído pelo art. 8º do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 (Código Florestal), como à guarda e fiscalização desse Serviço, por intermédio do Parque Nacional do Itatiaia.¹⁷⁷

**VASTA AREA NO ESTADO DO RIO
CONSIDERADA FLORESTA PROTETORA**
Sob a guarda e fiscalização do Parque Na-
cional de Itatiaia

Jornal *A Noite*, 21 de dezembro de 1946, p. 9.

Assim, a partir de 1946, as terras vizinhas ao PNI também foram classificadas como florestas protetoras, de acordo com a classificação vigente no Código Florestal de 1934. A fiscalização destas terras deveria ser feita pelo Serviço Florestal, com “intermédio” do Parque Nacional de Itatiaia. Ou seja, na prática, ficaria a cargo do administrador do PNI. A partir daquele momento, então, além dos 12.000 hectares do Parque, mais 60.000 hectares foram classificados como floresta protetora e também passariam a ser fiscalizados pela sua administração.¹⁷⁸ Apesar das terras vizinhas ao PNI terem tido esta classificação, ainda assim havia diferenças para a classificação das áreas em que estariam englobados os parques nacionais brasileiros. Como visto no primeiro capítulo, o Código de 1934 realizou a classificação de diferentes tipos de florestas. As florestas protetoras e remanescentes seriam inalienáveis, por serem consideradas de conservação perene e teriam sido demarcadas:

a) para conservar o regime das águas;

¹⁷⁷ Brasil. Decreto nº 22.287, de 16 de dezembro de 1946. Declara protetora a floresta que indica.

¹⁷⁸ Relatório anual do Parque Nacional de Itatiaia. Acervo do Parque Nacional de Itatiaia, 1949. Este foi o único relatório anual encontrado em meio aos documentos analisados. O relatório dava conta das atividades realizadas durante o ano, bem como os objetivos a serem desempenhados pelo PNI no ano seguinte.

- b) para evitar a erosão das terras sujeitas a esse fenômeno pela ação dos agentes naturais;
- c) para fixar dunas;
- d) para auxiliar a defesa das fronteiras de modo julgado mais conveniente pelas autoridades militares;
- e) para manter boas condições sanitárias;
- f) para proteger os sítios que por sua beleza natural mereçam ser conservados;
- g) para asilar espécimes raros da fauna indígena.¹⁷⁹

O código trazia, no entanto, “brechas”. Caso fosse vantajosa, modalidades de “aproveitamento econômico” dessas florestas seriam toleradas:

Parágrafo único- Somente em caso de grande vantagem para a riqueza pública será permitido, a juízo do governo, e mediante concorrência, o aproveitamento econômico dos produtos dessa floresta, mas sempre com a obrigação do replantio e devendo ser atendidas também, a defesa e proteção das paisagens e belezas naturais.

Art. 17- Só serão permitidas a caça e a pesca nas florestas protetoras e nas remanescentes que não constituírem Parques Nacionais, com licença do governo e de acordo com as disposições regulamentares vigentes no momento.

(...)

Art. 31- As florestas protetoras e as remanescentes (estas quando não constituírem parques nacionais) podem ser objeto de exploração limitada, se da mesma exploração não advier prejuízo ao fim a que são destinadas.¹⁸⁰

Visto isto, percebemos que a área do PNI era inalienável, mas que as regiões adjacentes poderiam ser exploradas, dentro de algumas condições, e uma delas seria a autorização por partes

¹⁷⁹ Brasil. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal.

¹⁸⁰ *Idem.*

de autoridades governamentais. Esta questão estava presente na administração de Duarte de Barros, que buscava fiscalizar as terras vizinhas ao parque, solicitando muitas vezes vistas da autorização necessária para atividades realizadas nas adjacências. É o caso deste ofício, requerendo esclarecimentos sobre a extração em curso de carvão e madeira nas cercanias do PNI:

Senhor Abel Vianna,
Palmital. –

De ordem do Excmo. Snr. Diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, intimo-vos a comparecerdes à sede do Parque Nacional do Itatiaia, em Itatiaia, E.F.C.B., neste Estado do Rio de Janeiro, para prestar esclarecimentos e exibirdes documentos que possuíis para exercerdes atividade de extração de madeira e carvoaria, em matas enquadradas em definição do Código Floresta como protetoras, vizinhas do Parque Nacional do Itatiaia. –

Fica determinado o dia 18 do corrente às 13horas, para vossa apresentação. O vosso não comparecimento implicará em medidas enérgicas que se darão por intermédio de processo nos termos das disposições infringidas segundo o Decreto 23.793, de 23/1/1934.”¹⁸¹

Desta forma, ao trabalhar em prol da conservação do parque, Duarte de Barros buscava estabelecer medidas punitivas ou advertências a moradores e visitantes que desrespeitassem as normas do parque ou da legislação florestal. Como visto, Barros solicitava a presença de pessoas moradoras nas vizinhanças do parque para prestarem esclarecimentos sobre atos irregulares. Além disso, também recebia denúncias de outros moradores e instituições a respeito destas mesmas irregularidades. Exemplos disto são cartas escritas por fazendeiros da região próxima ao parque, denunciando incêndios:

1. Como deve ser do seu conhecimento, ultimamente vêm ocorrendo vários

¹⁸¹ Carta de Wanderbilt Duarte de Barros a Abel Vianna, solicitando que compareça ao PNI para prestar esclarecimentos. 13/03/1946.

incêndios, que estão destruindo as matas nas regiões próximas ao **alto da Fazenda Penedo, junto às nascentes do rio Ribeirão das Pedras.**

2. Esta destruição de matas, como é natural, muito prejudica o volume de águas daquele Ribeirão, que na época das secas já vem se apresentando cada vez menor.
[...]
4. Para seu governo comunico-lhe que o último incêndio verificou-se nos dias 9, 10 e 11 deste mês.
5. Peço, portanto, enviar um funcionário responsável para verificar “in loco” as áreas incendiadas, tomando, a seguir, as providências necessárias, punindo os responsáveis por estes incêndios, que muito nos prejudica e é um sério perigo às propriedades, assim como um completo desestímulo ao replantio em novas áreas.
6. Na expectativa de suas prontas providências, ficaria grato se VV.SS. fizesse a especial fineza de informar-me, tão logo lhe seja possível, o resultado destas providências¹⁸²

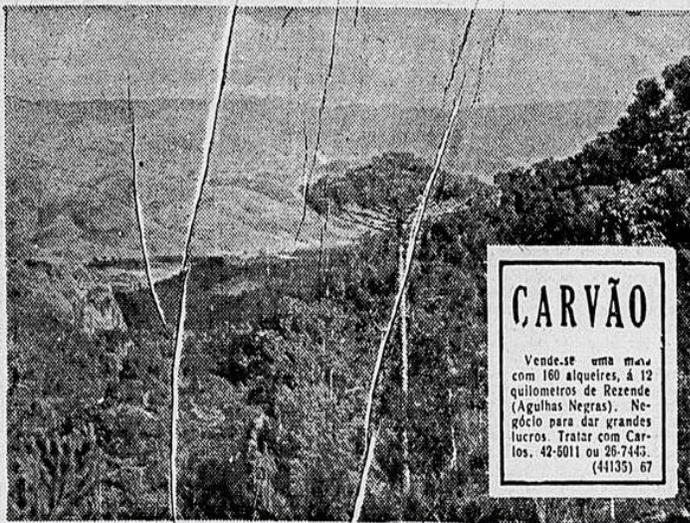
Denúncias também eram expostas nos jornais, como esta a seguir:

¹⁸² Carta de um fazendeiro a Wanderbilt Duarte de Barros denunciando incêndio na região de Itatiaia. 21 de dezembro de 1955. Acervo do PNI. [grifos nossos].

Quinze milhões de cruzeiros para transformar em deserto as nossas florestas — Os “fazedores de deserto” mobilizados contra o patrimônio do Parque Nacional de Itatiaia — Flagrantes atentados contra os dispositivos do Código Florestal — Crítica a situação daquele parque, que é um dos mais belos do mundo — Num anúncio de jornal um convite à devastação — Se o governo não agir com energia estaremos diante de uma calamidade

O anúncio que se vê acima enquadrado num imponente aspecto da região das Agulhas Negras, no Parque Nacional de Itatiaia, saiu publicado num matutino de domingo último. Quando se organiza um corpo de guardas-florestais para a defesa exclusivamente do precioso patrimônio natural que encanta os olhos e protege os nossos já escassos mananciais; quando se estabelece em todo o país a vigência rigorosa de um Código Florestal, o anúncio em questão assume as proporções de um desafio à própria lei, sendo, como é na verdade, um ostensivo convite à devastação. Recortamo-lo e levando-o ao conhecimento das autoridades do Conselho Federal Florestal obtivemos sobre o assunto esclarecimentos dos mais edificantes. Autorizado pelo presidente daquele órgão, eis como nos falou a respeito o conselheiro Cunha Bayma, alto funcionário do Ministério da Agricultura e um dos mais acatados especialistas na matéria.

Referindo-se inicialmente ao anúncio e ao local que o mesmo coloca, comercialmente, à dis-



CARVÃO

Vende-se uma mina com 160 alqueires, á 12 quilômetros de Rezende (Aguilhas Negras). Negócio para dar grandes lucros. Tratar com Carlos. 42-5011 ou 26-7443. (41135) 67

Jornal *A Noite*, 05 de setembro de 1946, p. 17.



CARVÃO

Vende-se uma mina com 160 alqueires, á 12 quilômetros de Rezende (Aguilhas Negras). Negócio para dar grandes lucros. Tratar com Carlos. 42-5011 ou 26-7443. (41135) 67

Como já exposto, essas denúncias eram frequentes e ocorriam antes mesmo da nomeação de Barros ao cargo de administrador do PNI. Tal situação permite-nos pensar até que ponto o enquadramento dessas áreas na classificação “florestas protetoras” permitiu que tais regiões fossem concretamente “conservadas”. De fato, existiram diversas infrações por moradores próximos ao PNI e não sabemos se estes recebiam punições por seus atos. Segundo Barros, o

baixo número de funcionários seria um fator que dificultava a fiscalização na região, que possuía uma área bastante extensa.

A forma como Barros lidava com esta situação gerou inimizades com parte dos moradores da região. Neste período havia a Associação de Amigos de Itatiaia, uma espécie de associação de moradores criada em 1951. Esta associação apresentava objetivos similares ao do PNI, como os de trabalhar para a conservação da natureza na região, incentivar o turismo, constituindo fonte de informação aos visitantes e estudar e divulgar estudos de caráter científico sobre a região. Dizia agir em prol da região, sem qualquer ideologia política, buscando, porém, auxiliar o Governo. Ainda afirmava terem, muitos moradores e visitantes, incompatibilidade com o administrador do PNI, Duarte de Barros, por questões pessoais. Estas questões não foram expostas, mas podemos imaginar que tais problemas se relacionavam à fiscalização, por parte de Wanderbilt, daquela região, assim como pelo fato deste defender a cessão ao domínio público destas terras. Por vezes, solicitou ao Serviço Florestal que terras fossem desapropriadas devido ao mau uso por parte de seus donos:

Senhor Chefe:

Tendo verificado pessoalmente grandes derrubadas de matas nas abas da Serra do Itatiaia, em pontos próximos à área do Parque Nacional do Itatiaia, com prejuízo evidente da paisagem regional e com o extermínio pelo fogo de elementos já raros de vegetais e animais, apresento-vos, nesta data, algumas sugestões em defesa da natureza local.

Tais sugestões têm fundamento em pedido de desapropriação de partes de algumas fazendas limítrofes nas partes mais elevadas da serra com este Parque Nacional. Atendem, também elas a entendimentos verbais e a recomendação do Senhor Diretor do Serviço Florestal, como é do vosso conhecimento.

Julgando que as medidas apontadas são imprescindíveis à existência dos princípios que determinaram a criação do nosso primeiro parque nacional, espero vê-las endossadas por essa Chefia no seu

encaminhamento ao Senhor Diretor.
[...]¹⁸³

Visto este cenário, observamos que um ponto considerado importante por Barros para promover o conservacionismo era o de fiscalizar a região, sobretudo protegendo-a de maus usos de moradores da região. Em relação a este ponto, podemos questionar o êxito da administração de Barros. A desapropriação das terras não ocorreu, assim como diversas denúncias de irregularidades continuaram a ocorrer ao longo dos anos. De fato, havia fiscalização, porém certamente esta não era suficiente devido à grande extensão da área a ser protegida de acordo com a legislação florestal do período.

2.6- O CAMPO PARA A PESQUISA CIENTÍFICA

Tendo como um dos ângulos fortes de sua atividade o estudo das ciências naturais, os parques nacionais do Brasil se constituem nos melhores campos de pesquisa e interpretação das condições da nossa natureza. Situados em regiões típicas, e colocado o ambiente em regime especial de total proteção, podem – e devem – encontrar-se nesses institutos culturais, estados permanentes, adequados, convenientes e precisos, para o planejamento e para o desenvolvimento de diferentes atividades científicas relacionadas com o interesse por tais modalidades técnicas de trabalho.

Todas as tarefas que se prendam ao vasto campo da geografia ao qual, de modo preciso, se vinculam a zoologia, a geologia, botânica, topografia, pedologia, climatologia, a hidrografia – quer como unidades independentes, quer como órgãos funcionais interrelacionados e, como tal, dispostos no terreno da ecologia, - podem realizar-se em constante prolongamento. E, tanto nos limites das mais exigentes

¹⁸³ Ofício de Wanderbilt Duarte de Barros ao diretor do Serviço Florestal solicitando desapropriação de terras próximas ao PNI. 17 de agosto de 1944.

especializações de qualquer ramo, por exemplo, o da zoologia [...] há condição assegurada para prosseguimentos uma vez que a natureza nos parques nacionais é resguardada e conservada. Daí a importância que atribuímos aos parques nacionais como fontes de estudos do meio. E aí também reside o valor que devem ter os parques nacionais do Brasil de começo, em primeiro fundamento, como órgão de conservação, decorrendo os estudos apontados como sequência do mais novo ramo ecológico, que é, como o querem alguns biogeógrafos – o conservacionismo [...] Particularizemos, entretanto, na ordem das considerações acima, o papel dos estudos fitológicos para os enquadrarmos na pauta dos temas do âmbito do parque nacional brasileiro. **Compreendemos que o estudo botânico a ser realizado no parque nacional, ao lado do seu valor puramente científico deve ser considerado também no que de significativo possa oferecer como contribuição de valor econômico.** Assim, o que se fizer objetivando coletas de material para herbários, servindo ao mesmo tempo para completo levantamento fitogeográfico, **não deve ficar isolado da consideração do elemento vegetal para a silvicultura, para a medicina, para a defesa do solo, para a preservação da vida animal selvagem.** Disso depreendemos que a tarefa deve necessariamente ter como base o princípio ecológico: os indivíduos em sua função específica e nas suas relações de sociedade, de habitat, de aplicabilidade à comunidade *in natura* **de utilidade para o homem.**[...].¹⁸⁴

¹⁸⁴ BARROS, Wanderbilt Duarte de. Estudos botânicos nos parques nacionais brasileiros. *Arquivos do Serviço Florestal*, 1954, p. 237-243. [grifos nossos].

O texto acima, escrito por Wanderbilt Duarte de Barros, demonstra algumas faces da pesquisa científica no PNI. Barros abordava os parques nacionais brasileiros em geral, o que abrangia o PNI. O parque nacional seria o local propício para o campo de atuação de diversas disciplinas e de modo a também contribuir economicamente para o país, através de pesquisas voltadas para experimentos de qualidades de madeiras, por exemplo, e que poderiam ser comercializadas, trazendo “lucro ao governo”.

Ao analisar publicações como os *Relatórios do Ministério da Agricultura, Arquivos do Serviço Florestal e Rodriguésia*¹⁸⁵ foi possível mapear atividades científicas feitas durante o período analisado. Em 1940, o relatório do Ministério da Agricultura apontou que estavam sendo feitos esforços nos serviços de conservação e enriquecimento de materiais destinados aos estudos científicos e mostruários que seriam organizados futuramente no “novo edifício da sede”. Os ditos materiais, que seriam ricos pela sua raridade e interesse de caráter científico, seriam representados pela botânica, “notadamente” a carpologia¹⁸⁶ e pela zoologia, especialmente a entomologia. Os planos para trabalhos de botânica neste ano compreendiam coleta de material botânico, herbário¹⁸⁷, carpoteca¹⁸⁸, lenha e madeiras; observações da vegetação local; realização de prospecção, onde se destacavam o estudo de árvores grandes de utilidade para a silvicultura e reflorestamento; observações da influência da altitude sobre o habitat vegetal; dispersão vertical e horizontal dos indivíduos; experimento sob o ponto de vista da silvicultura, com plantas nativas do parque.¹⁸⁹ Já em 1942, realizaram-se excursões para estudo na região, o que teria ocasionado a incorporação de novas espécies ao seu herbário. Foram feitas também observações fenológicas¹⁹⁰ e estudos entomológicos. Além, disto, a administração teria preparado 65 amostras

¹⁸⁵ Foram pesquisados documentos referentes a todo o período estudado. Porém, estes documentos não apresentaram informações contínuas acerca do que vinha sendo pesquisado no Parque Nacional de Itatiaia.

¹⁸⁶ “Parte da botânica que trata dos frutos.” Fonte: Dicionário Michaelis, Editora Melhoramentos. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=carpologia>. Acesso em 14 de maio de 2017.

¹⁸⁷ Herbário diz respeito a uma coleção científica de plantas secas e tem fundamental importância como material de pesquisa para todas as áreas da ciência que utilizam os vegetais em seus estudos. Disponível em: <http://www.plantarum.org.br/pesquisa/herbario/>. Acesso em 14 de maio de 2017.

^{188c} As carpotecas são coleções cientificamente identificadas, além de catalogadas e organizadas de maneira simples, mas sistemáticas”. Fonte: Jardim Botânico Plantarum.

Disponível em: <http://www.plantarum.org.br/pesquisa/carpoteca/>. Acesso em 14 de maio de 2017.

¹⁸⁹ Brasil. *Relatório do Ministério da Agricultura*, 1940, p. 431.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0030&pasta=ano%20194&pesq=Parque%20Nacional%20de%20Itatiaia>. Acesso em 30 de junho de 2017.

¹⁹⁰ “A fenologia [...] representa o estudo de como a planta se desenvolve ao longo de suas diferentes fases: germinação, emergência, crescimento e desenvolvimento vegetativo, florescimento, frutificação, formação das

de madeira com o objetivo de “identificação anatômica”.¹⁹¹ Alexander Curte Brade, à época biólogo do Serviço Florestal¹⁹², ainda em 1942, excursionou pela área do PNI, colhendo “material botânico” para estudos e posterior incorporação ao herbário do parque. Foram colhidas 215 espécies, que seriam distribuídas por 36 famílias diferentes, além de outras 93, em sua maioria, *Orquidáceas*.¹⁹³ Informações encontradas nos *Arquivos do Serviço Florestal* também nos dão conta sobre pesquisas feitas na região do Parque Nacional de Itatiaia. O volume de novembro de 1943, por exemplo, demonstra pesquisas feitas por F. R. Milanez e E. Meira, sobre a espécie *Triuris alata* Brade, que havia sido descoberta anteriormente por Curte Brade¹⁹⁴, em Itatiaia. Todo o material teria sido colhido no Parque Nacional de Itatiaia, em duas épocas diferentes: a primeira, em março de 1942, por Brade, e a segunda em janeiro de 1943, por Jocelino José Sampaio¹⁹⁵.

No periódico *Rodriguésia*, podemos observar o relatório do naturalista Paulo Occhioni, do Serviço Florestal, resultado de excursão à Serra do Itatiaia, realizada em março de 1947. A excursão se deu devido à necessidade de pesquisar espécies das famílias Canellacea e Iridacea (fornecedoras de madeiras) em seu habitat natural. O naturalista afirmou não haver no PNI estufa ou forno para a preparação do material de herbário e por isso fora improvisado um forno rústico, cuja fonte de calor era a lenha. Em certo dia do trabalho, um incêndio teria surpreendido o pesquisador, o que ocasionou a inutilização de 15 pares de prensa e o respectivo “papel chupão”. Apesar da perda com o incêndio, o estudo teria permitido a incorporação de um bom número de espécies pela primeira vez no herbário do pesquisador. Outras espécies sequer haviam sido

sementes e maturação.” Fonte: Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-deacucar/arvore/CONTAG01_68_22122006154840.html. Acesso em 14 de maio de 2017.

¹⁹¹Brasil. *Relatório do Ministério da Agricultura*, 1942, p. 174.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0030&pasta=ano%20194&pesq=Parque%20Nacional%20de%20Itatiaia>. Acesso em 30 de junho de 2017.

¹⁹² Foram pesquisadas maiores informações acerca das atribuições dos cargos de biólogo do Serviço Florestal. Porém, não encontramos quaisquer descrições adicionais, a não ser as funções atuais para o cargo, que seria: “Faz procedimentos técnicos de análises clínicas em materiais biológicos, verifica a adequação do material coletado, solicita novas amostras quando necessário. Analisa consistência dos resultados dos exames e providencia a sua validação e liberação em sistema.” Fonte: Guia de Profissões e Salários. Disponível em: <http://www.catho.com.br/profissoes/biologista/>. Acesso em 15 de Maio de 2017.

¹⁹³ Brasil. *Relatórios do Ministério da Agricultura*, 1942, p. 431.

¹⁹⁴ Biólogo, de acordo com classificação do Serviço Florestal. Informação retirado do Decreto nº 11.246, de 6 de Janeiro de 1943.

¹⁹⁵ Trabalhador V, de acordo com classificação do Serviço Florestal (não foram encontradas maiores informações sobre esta categoria de trabalho.) Informação retirada do Decreto n. 7.782 – de 3 de setembro de 1941.

notificadas na flora do Itatiaia. Ao todo foram colhidas 32 espécies de madeiras e estudadas 65 famílias e 201 espécies. Foram levadas com o pesquisador para a sua instituição de origem as 32 espécies de madeira e mais 36 espécies herborizadas.¹⁹⁶

Um importante instrumento utilizado para a divulgação do conhecimento produzido nos limites do PNI foi o *Boletim do Parque Nacional de Itatiaia*. Este boletim, criado em 1949 pela administração de Wanderbilt Duarte de Barros, instituiu uma série de impressos com o objetivo de divulgar os trabalhos técnicos referentes à região do Parque Nacional de Itatiaia¹⁹⁷. Cientistas brasileiros e estrangeiros, sendo eles pesquisadores do próprio parque ou de outras instituições contribuíram para as seis edições publicadas durante a administração de Barros. Estes boletins não tinham uma periodicidade definida e diversos estudos foram publicados. Barros era o autor do prefácio dos boletins. Na primeira edição, afirma que a sua criação seria o início da execução de mais uma das importantes atribuições do PNI: “publicar o resultado dos trabalhos realizados em qualquer um dos setores que envolvem sua multiforme finalidade¹⁹⁸” e, além disso, com os boletins, o Serviço Florestal teria a “oportunidade de demonstrar que o estudo da natureza – fator nuclear da criação e manutenção do Parque Nacional do Itatiaia – torna-se efetivo embora sejam de limites próximos as possibilidades humanas e materiais da instituição”¹⁹⁹.

Um estudo de José Francisco Zikán inaugurou o primeiro boletim, que trazia 259 páginas. Zikán foi um entomologista naturalista do PNI, responsável por diversos outros estudos na região. De nacionalidade tcheca, Zikán realizava estudos na região de Itatiaia mesmo antes da criação do parque. Na Estação Biológica iniciou seus trabalhos em 1933, como auxiliar técnico, passando depois para naturalista auxiliar e, posteriormente, naturalista do PNI. Era especialista em estudos de borboletas, criando e cruzando diversas espécies. Colecionou e estudou insetos por mais de 25 anos e elaborou um catálogo sobre a inseto-fauna do Itatiaia e Mantiqueira com

¹⁹⁶ *Rodriguésia*, Ano X, nº 21, dezembro de 1947, p. 121.

¹⁹⁷ Não foram encontradas maiores informações sobre tiragem, modos como eram realizadas estas pesquisas, instituições que recebiam a publicação, etc.

¹⁹⁸ Boletim do Parque Nacional de Itatiaia, 1949, v.1. p. 5. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/o-que-fazemos/pesquisa/boletins.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

¹⁹⁹ *Idem*.

mais de 900 espécies.²⁰⁰ Nesta edição do Boletim, foi publicado o estudo de Zikán sobre a espécie *Mischocyttarus saussure*. Sobre Zikán, Wanderbilt afirma ser o seu estudo apreciável:

quer como contribuição nova, que aduz conclusões de alto interesse ecológico ao conhecimento de um dos mais importantes grupos da Entomologia, quer como resultado de observações contínuas, demoradas, apoiadas em opulenta documentação, que lhe serve de base. O autor se dedicou durante décadas a pacientes e profícuas fainas de metódica exploração no mundo dos insetos tornando-se, por isso, senhor de uma das mais importantes coleções regionais e conseguindo notabilizar-se como o maior conhecedor da entomofauna da Mantiqueira, particularmente do Itatiaia.²⁰¹

Já em 1950 foram publicados dois boletins. O primeiro deles editou o *Estudo dendrológico de essências florestais do Parque Nacional do Itatiaia e os caracteres anatômicos de seus lenhos*, de 149 páginas, promovido por Eduardo Cunha Mello, agrônomo do Serviço Florestal. Este estudo trata-se de uma análise utilitária do uso de distintas espécies de madeira encontradas no PNI. No prefácio do boletim, Wanderbilt esclarece sobre o que se trata o trabalho: o estudo de espécies vegetais de um ponto de vista “tecnológico”, com o objetivo de fornecer o conhecimento sobre o caráter e a constituição dos elementos arbóreos existentes no Parque Nacional de Itatiaia. Segundo Barros, o estudo teria sido realizado devido aos “atuais conhecimentos da tecnologia das madeiras” e seria uma contribuição ao “ritmo” de trabalho do PNI.

O estudo tratava da aplicação das pesquisas da silvicultura à indústria madeireira. Consistiam, então, em pesquisas utilitárias que seriam “postas em prática” e “auxiliariam” a sociedade em geral. As pesquisas voltadas para fins utilitários, como visto, também faziam parte da rotina de estudos realizados no PNI. Esta modalidade demonstra, mais uma vez, uma forma de exploração da natureza. Havia, no período, diversos estudos de dendrologia e silvicultura no PNI. Diversos exemplos, além do próprio Boletim, podiam ser encontrados em periódicos de

²⁰⁰ CIENTISTAS estrangeiros que trabalham no Brasil.– J. F.Zikan. *Ciência para Todos*. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1948.

²⁰¹ Boletim do Parque Nacional de Itatiaia, *op.cit.* 1949. p. 4.

divulgação científica, como a *Rodriguésia*, que, por diversas vezes, retratava determinada espécie, apresentando suas utilidades e o local onde poderia ser encontrada. Na edição de dezembro de 1954, por exemplo, é citada determinada espécie, que poderia servir para o fornecimento de “madeira pardacenta de uso em carpintaria e obras internas”²⁰². Esta espécie, segundo a edição, seria encontrada:

Distribuição Geográfica: Est. do Rio de Janeiro, Parque Nacional de Itatiaia, Lote Almirante, cerca de 100 msm, W. D. de Barros 68. (...)

Paraná (Serra de Antonina); Est. do Rio de Janeiro (Serra dos Órgãos).²⁰³

Ainda em 1950 foi publicado o estudo *Aves do Itatiaia*, contendo 89 páginas, de Olivério Mário de Oliveira Pinto, diretor do departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. O estudo feito por Olivério Pinto havia sido solicitado pelo próprio Wanderbilt cerca de cinco anos antes da publicação e tratava-se de estudos de diversas espécies de aves existentes em Itatiaia.²⁰⁴

Já em 1955, após um intervalo de cinco anos sem publicações, foi lançado o estudo *Contribuições para Flora do Itatiaia*, do sueco Per Karl Hjalmar Dusen. Esta edição constituiu-se da tradução de uma publicação editada no *Arkiv for Botanic* da Real Academia da Suécia, o que seria resultado da estadia de Dusen no PNI muitos anos antes. O próprio Wanderbilt solicitou a tradução à Real Academia, por acreditar, segundo ele, que o trabalho de Dusen permanecia praticamente inacessível. Dusen foi um dos muitos naturalistas estrangeiros a estudar a região de Itatiaia mesmo antes de esta tornar-se parque nacional. Esteve na região nos anos de 1902 e 1904²⁰⁵.

Em 1956, foi publicado o boletim de número 5: *A Flora do Parque Nacional*, um estudo do botânico alemão Alexander Curt Brade. O estudo também foi solicitado por Wanderbilt, que buscava um trabalho sobre a natureza botânica da região de Itatiaia, sobretudo do PNI. Segundo

²⁰² *Rodriguésia*, anos XVI e XVII, n 28 e 29, dezembro de 1954. P. 287.

²⁰³ *Ibidem*.

²⁰⁴ Informações retiradas da referida publicação do Boletim do Parque Nacional de Itatiaia, 1950. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/o-que-fazemos/pesquisa/boletins.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

²⁰⁵ Boletim do Parque Nacional de Itatiaia, 1955, v.4. p. 5. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/o-que-fazemos/pesquisa/boletins.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

Duarte de Barros, Brade teria a primazia na sistematização da pesquisa fitológica da área e com a publicação deste número do boletim estaria certo de estar “cobrindo uma lacuna”:

lançamo-lo das mãos de um homem que conhece a profundidade da natureza itatiaense para a perceptividade de quanto desejem sentir e compreender o valor de instituições, como a que dirijo, no sentido integral de sua vida: estudo, documentário, educação, divulgação. Este boletim é o passo da caminhada que empreendemos: o administrador e administração do Parque Nacional de Itatiaia procurando dar, a todos, o sentido da atividade de órgão complexo como o é um parque nacional, parte da obra de Conservação dos Recursos Naturais que o Brasil deve expandir sempre, constante e energicamente, por todo o sempre.

O Boletim número 6 foi publicado em janeiro 1957 e dele constava o estudo *A Fauna do Parque Nacional do Itatiaia*, do zoologista e entomólogo Rudolf Barth. Neste número, Wanderbilt demonstra seu interesse em manter uma continuidade dos boletins, afirmando ter contatado naturalistas e estudiosos como Curt Brade, Bertha Lutz, Olivério Pinto, o geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber, dentre outros, para que pudessem visitar a região, “explorá-la” e assim escrever trabalhos para serem lançados nos boletins seguintes. A saber, este seria o último boletim publicado durante a administração de Barros. Em fevereiro de 1957, Barros deixaria a administração do PNI para assumir o Departamento Nacional de Produção Vegetal. Após sua saída, haveria uma nova publicação em 1959/60, outra em 1965 e, logo a seguir, ocorre uma longa interrupção da publicação deste boletim, que só voltou a ser editado em 1999.

No período analisado, observava-se a tentativa por parte da administração de Wanderbilt Duarte de Barros de estabelecer uma espécie de cooperação entre distintas instituições, como foi o caso do Museu Nacional. Diversas informações, cientistas, obras científicas e até mesmo espécies vegetais e animais faziam parte de intercâmbios entre instituições.

O Boletim de Pesquisa criado por sua administração acabou por ser também um objeto de permuta que possibilitou a Barros adquirir obras intelectuais de outras instituições brasileiras

e estrangeiras. Na sua sexta edição, por exemplo, Barros afirma que o exemplar chegaria a mais de 300 universidades e estabelecimentos científicos e técnicos, não só do Brasil, mas de todo o mundo; instituições essas com as quais ele mantinha contato e promovia intercâmbio científico, recebendo no PNI diversos estudos oriundos destes demais espaços de ciência. Um exemplo deste intercâmbio e cooperação entre instituições pode ser demonstrado em um documento administrativo encontrado na sede do PNI. Neste ofício, o zoológico Helmut Sick, da Fundação Brasil Central²⁰⁶, escreve a Wanderbilt solicitando uma espécie de ave encontrada no Alto Itatiaia.

Ao observar o documento, podemos perceber que, além da solicitação do envio da espécie que o pesquisador desejava estudar, o Boletim do PNI era recebido por outras instituições, consolidando redes entre instituições distintas. A propósito, dois dias após o ofício de Helmut Sick, o diretor do Museu Nacional, José Candido Melo de Carvalho, envia outro ofício a Wanderbilt sobre o mesmo assunto:

Senhor Diretor,
Solicito a Vossa Senhoria o obséquio de ceder ao Museu Nacional 2 exemplares do bacurau *Thermochalcis longirostris* (Bonaparte) colecionados recentemente na área do Parque Nacional de Itatiaia, por sugestão do Dr. Helmut Sick, naturalista da Fundação Brasil Central e colaborador do Museu Nacional.
2. Por se tratar de espécie de grande interesse para nossa coleção, que é nacional, estou certo que Vossa Senhoria nos cederá os exemplos mencionados. [...]²⁰⁷

Não sabemos ao certo a resposta de Barros, porém, tal prática era comum, e provavelmente a espécie foi cedida ao Museu Nacional, instituição que possuía relações estreitas com o PNI, visto correspondências e telegramas, trocados entre estas instituições. Em outro ofício de 08 de março de 1956, o diretor do Museu Nacional solicitou a Wanderbilt Duarte de

²⁰⁶ A Fundação Brasil Central foi um órgão, criado em 1943, com o objetivo de "desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental", região alvo da "Marcha para Oeste", programa de colonização e ocupação de fronteiras impulsionado pelo então presidente Getúlio Vargas nos primeiros anos do Estado Novo. Ver: MAIA, João Marcelo Ehlert. As Ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. DADOS– *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.53, n 3, 2010, pp. 621-655.

²⁰⁷ Ofício do diretor do Museu Nacional a Wanderbilt Duarte de Barros solicitando ceder material para o Museu Nacional. 03 de fevereiro de 1956. Acervo do PNI.

Barros que Alfredo Rei do Rego Barros, entomólogo desta instituição, fosse enquadrado junto ao pessoal administrativo do PNI, para que este pudesse desenvolver pesquisas no parque, uma semana a cada mês.²⁰⁸ Já em 27 de abril de 1956, Wanderbilt enviou um ofício ao diretor do MNRJ, respondendo ao documento enviado sobre estudos entomológicos, citado anteriormente. Barros afirmou ao diretor que teria recebido o ofício e reafirmava o que já teria expressado em ocasiões anteriores sobre a “necessária colaboração entre este e outros órgãos de estudos de Ciências Naturais”. Barros afirmou que o PNI colaboraria, dentro de suas possibilidades, “com quantas instituições desejem servir-se, servindo-o também”.²⁰⁹ Em tais palavras, podemos observar a tentativa de cooperação e intercâmbio de materiais, pessoas, serviços, pesquisas e trabalhos intelectuais entre instituições.

Algumas livrarias e instituições solicitavam as edições do boletim, como a Livraria J. Leite, que, em 20 de março de 1956, solicitou a assinatura do Boletim a partir do número 3, que deveria ser, inclusive, enviado para um endereço nos Estados Unidos. Foi exposto que a dita livraria teria procurado informações sobre assinaturas no Serviço Florestal, porém, nada souberam informar sobre o assunto. Tal informação nos permite supor que a criação e edição dos boletins teria sido uma iniciativa do próprio Wanderbilt Duarte de Barros, não sendo uma responsabilidade do Serviço Florestal.

Por vezes, Barros ainda recebia no PNI grupos de estudantes de distintas universidades, interessados em explorar a região, produzindo diversos estudos em grupo. Geralmente estes estudantes vinham ao parque acompanhados por um professor responsável, que geralmente enviava anteriormente uma correspondência, solicitando a permanência no PNI. Instituições como a PUC-SP, USP, UFRRJ, UFRJ, Colégio Pedro II, dentre outras promoviam tais atividades no parque. Como exemplo disto, podemos citar uma correspondência de Francisco Regis José Monteiro, presidente do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, solicitando a reserva do Abrigo Rebouças para o período de 11 a 18 de fevereiro de 1955 para uma viagem de “caráter artístico-cultural” de alunos da Escola Nacional de Belas Artes. O PNI teria sido escolhido por unanimidade pelos alunos, devido ao “exotismo

²⁰⁸ Ofício do diretor do Museu Nacional a Wanderbilt Duarte de Barros solicitando que Alfredo Rei do Rego Barros, entomólogo desta instituição, fosse enquadrado junto ao pessoal administrativo do PNI, para que este pudesse desenvolver pesquisas no parque. 08 de março de 1956. Acervo do PNI.

²⁰⁹ Ofício de Wanderbilt Duarte de Barros respondendo a pedido do Diretor do Museu Nacional, 27 de abril de 1956. Acervo do PNI.

de suas paisagens”. Os alunos permaneceriam no parque por sete dias. Outro exemplo é a solicitação de Antonio Carneiro Leão, diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, a Wanderbilt Duarte de Barros, solicitando “facilidades” para um grupo de 20 alunos do curso de História Natural da referida instituição, que permaneceriam no PNI no período de 19 a 28 de fevereiro de 1956. Já em 20 de fevereiro de 1956, foi enviado a Barros ofício do diretor do Colégio Pedro II agradecendo, em nome do colégio, a atenção dispensada pela administração do PNI a grupo de alunos, acompanhados de dois professores, que foram até o parque buscando realizar trabalho de campo do ensino de geografia.

A pesquisa científica consolidou-se, ao longo dos anos e até mesmo antes da criação do PNI, como um elemento identitário de Itatiaia, que “cumpriu”, neste aspecto, o papel de ambiente propiciador de múltiplos estudos, que visavam a descoberta de novas espécies, animais e vegetais, assim como de análise comportamental de tantas outras já identificadas. Outras atividades também foram realizadas, como a coleta de materiais para herbários, aclimatação de espécies, experimentos, sobretudo em espécies de madeiras, como já vimos, com objetivos de cunho econômico, em áreas como a zoologia, botânica, geologia, climatologia e silvicultura.

O período que buscamos analisar, correspondente à administração de Wanderbilt Duarte de Barros, foi importante para a consolidação e permanência desta atividade na região. A partir de sua administração, no entanto, esta atividade passou a ser melhor definida: seja a partir da criação de espaços voltados para seu desenvolvimento, como o Museu criado para exposições de trabalhos feitos no e sobre o PNI; seja a partir da criação do *Boletim do Parque Nacional de Itatiaia*, que permitiu a divulgação não só de estudos relacionados ao PNI, mas também por divulgar, a diversas instituições, o papel e o trabalho que estavam sendo desenvolvidos pelo primeiro parque nacional brasileiro. Além disso, havia a preocupação por parte de Barros em criar espaços que possibilitassem a presença de diversos estudiosos das mais distintas áreas no PNI, como abrigos e até mesmo a biblioteca do parque, que Barros buscou equipar com inúmeras obras: muitas delas conquistadas através da permuta com o Boletim.

CAPÍTULO 3

“MATAS PRIMITIVAS, ALTURAS ALUCINANTES”: O TURISMO NO PNI

Como visto, o conceito de parque nacional, no período analisado, englobava a utilização destas áreas para promoção do turismo e do lazer aos seus visitantes. Esta prática também era defendida por diversos intelectuais do período. O objetivo da promoção do turismo e da visitação foi um ponto em comum entre os parques criados a partir de 1937, e, devido a isso, muitos deles se encontravam localizados próximos a grandes centros urbanos, como é o caso do Parque Nacional de Itatiaia e do Parque Nacional Serra dos Órgãos, situados próximos à cidade do Rio de Janeiro. Uma exceção seria a criação do Parque Nacional do Iguaçu, em 1939, distante de grandes centros urbanos e implementado a partir de outros objetivos: ele seria parte da política da “Marcha para o Oeste” do Governo Vargas, com o objetivo de colonização do interior do Brasil e nacionalização das fronteiras brasileiras, uma vez que o parque situa-se em uma região estratégica de fronteira com a Argentina²¹⁰.

No momento de criação destes parques, o Rio de Janeiro era então a maior cidade do país. Ao mesmo passo, São Paulo e Belo Horizonte cresciam aceleradamente. A criação do PNI fora, além de outros motivos, justificada pela sua posição equidistante entre essas três cidades e pela facilidade de acesso. A criação de Serra dos Órgãos, em 1939, seguiu padrão semelhante. A preocupação de oferecer oportunidades de lazer a grandes massas urbanas teria “privilegiado” o Estado do Rio de Janeiro, e, embora a indústria do turismo ainda fosse pequena no momento da criação dos primeiros parques nacionais, o potencial turístico fluminense e carioca teria sido percebido e levado em conta. Sobre este assunto, foi publicado no *Boletim do Ministério da Agricultura* de agosto de 1949: “Esse autêntico monumento da natureza (o Parque Nacional de Itatiaia) está destinado a ter no cenário turístico nacional um relevo magnífico, cuja expressão não será menor que o já enorme renome que tem nos meios científicos. A posição geográfica do Parque é neste particular muito favorável.”²¹¹

²¹⁰ FREITAS, Frederico. A Park for the Borderlands: The Creation of the Iguaçu National Park in Southern Brazil, 1880-1940. *Revista de História Iberoamericana*, 2014, vol. 7, n.2.

²¹¹ Brasil. Boletim do Ministério da Agricultura, agosto de 1949, p. 96.

Como esperado por intelectuais e homens de Estado, os parques nacionais fluminenses atraíram milhões de pessoas, tanto brasileiras, como estrangeiras, e hoje, sistematicamente, esses parques estão incluídos em muitos programas de “turismo ecológico”²¹².

Atualmente o “turismo ecológico” e o “ecoturismo” são práticas em alta. O turismo de natureza cada vez mais tem ganhado força tanto no cenário nacional quanto internacional, e o interesse por esta modalidade de lazer vem sendo identificado por diferentes setores sociais. O ecoturismo surge e se impõe como expressão de um conjunto variado e não bem definido de atividades no ramo de viagens que se posicionam na interface turismo e ambiente, sendo compreendido por visitação a espaços naturais com pouca alteração. Dessa forma, o ecoturismo se constitui como uma dimensão de interesses múltiplos, e, entre eles, um dos mais ambiciosos seria o de apresentar-se como uma possibilidade de cumprimento do desenvolvimento conservacionista. O ecoturismo seria:

a viagem na natureza que avança em direção à conservação e aos esforços de desenvolvimento sustentável. O ecoturismo é o resultado da convergência de duas tendências independentes, a da indústria do turismo com a dos conservacionistas. Na indústria de viagens define-se ecoturismo como uma viagem com o propósito (determinada) a criar um conhecimento e compreensão da história natural e cultural, protegendo, ao mesmo tempo, a integridade do ecossistema e produzindo benefícios econômicos para apoiar a conservação.²¹³

Outra definição seria:

Segmento turístico onde a paisagem é a principal variável como ponto de confluência entre os fatores ambientais e antrópicos, cujo objetivo é a integração entre o visitante e o meio natural e a população participa dos serviços prestados aos turistas. O ecoturismo prioriza a preservação do espaço natural onde é realizado, e o seu projeto

²¹² DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental*. Op. Cit., 1997.

²¹³ RYEL, R.; GRASSE, T. Marketing ecotourism: attracting the elusive ecotourist. In: *Nature Tourism: Managing for the Environment*. Washington, 1991, Cap. 8, p. 164-186. Apud PIRES, Paulo dos Santos. A dimensão conceitual do ecoturismo. x, 1998, pp. 53-71.

contempla antes de tudo a conservação diante de qualquer outra atividade.²¹⁴

Os setores interessados na prática ecoturística seriam: operadores, agências, empresas de viagem, guias; a área governamental e organismos oficiais ligados ao turismo; organizações não governamentais da área ambiental e conservacionista; o público turista e suas diferentes motivações de viagem; o meio acadêmico debruçado sobre a pesquisa e a reflexão do tema.²¹⁵ Ao observar parâmetros que envolvem a prática do ecoturismo, com atenção obviamente às especificidades históricas de cada contexto, pode-se observar diversos pontos em comum com a prática turística iniciada nos parques nacionais a partir da década de 1930. Estariam de acordo com o turismo daquele período a atividade praticada em espaços naturais com pouca alteração e seu entendimento como via de promoção do conservacionismo.

Não queremos dizer que o turismo realizado nos anos iniciais do PNI seja precursor do atual ecoturismo ou turismo ecológico. Ambas as modalidades atuais possuem suas origens nos movimentos ambientalistas iniciados a partir da década de 1970; movimentos esses com características ideológicas, éticas e conceituais destoantes do movimento de proteção à natureza nascido a partir do final do século XIX no Ocidente. Então, o que ocorria nos primeiros parques nacionais brasileiros, e até mesmo antes da criação destes (como é o caso da Estação Biológica de Itatiaia), não se refere à origem das práticas atuais (ecoturismo/turismo ecológico). São categorias diferentes, sobretudo no que diz respeito à questão ética. Atualmente, o que temos é um turismo mais voltado às preocupações com a natureza em si, com as populações locais, onde são realizadas atividades que as beneficiem e permitam a manutenção da conservação da própria área natural a ser visitada. O que se observou acerca do turismo na natureza do período estudado (1943-1957) era uma atividade voltada exclusivamente ao lazer, em perspectiva antropocêntrica, sem definições éticas ou grandes preocupações com o local de proteção à natureza. Era mais uma modalidade de exploração e aproveitamento econômico do mundo natural.

²¹⁴ CROSBY, A. et al. *El desarrollo turístico sostenible en el medio rural*. Madrid, CEFAT-NATOUR, 1993. Apud PIRES, Paulo dos Santos. *A dimensão conceitual do ecoturismo*. Op.Cit, 1998.

²¹⁵ PIRES, Paulo dos Santos. *A dimensão conceitual do ecoturismo*. Op.Cit, 1998.

Assim, naquele período, os parques nacionais eram vistos como locais de natureza exuberante, que possibilitavam práticas de turismo na natureza a pessoas que buscavam o lazer, o repouso. Em geral, essas pessoas pertenciam a uma classe média urbana, que se voltava à natureza nos finais de semana e/ou períodos de férias buscando o descanso, ou seja, apropriavam-se e exploravam a natureza para fornecer-lhes o descanso e o bem-estar que as grandes cidades, a seguir os valores culturais que então se estabeleciam, já não proporcionavam mais.

3.1 – “UM RETIRO IDEAL”

O turismo não era exclusividade do PNI; estava presente nos demais parques nacionais existentes à época no mundo. No Parque de Yellowstone estaria proibida qualquer tipo de colonização efetiva; por isso teria surgido o uso turístico da região. No Brasil, esta ideia teria se fortalecido a partir da década de 1930/40, aliada aos objetivos econômicos, científicos e de proteção à natureza.²¹⁶

Desta forma, ressaltamos que, a partir da criação do PNI, teve início o turismo na natureza no Brasil, de uma forma institucionalizada, melhor definida. Pessoas passaram a apropriar-se da instituição na busca por lazer, descanso, contemplação. E para a consolidação desta atividade, diversos fatores “atuaram” a favor: era incentivada pelo governo, por intelectuais, estimulada por veículos de informação e, aliado a isto, um dos primeiros administradores do PNI - também aquele permaneceu mais tempo à sua frente em toda a sua história – era um defensor da prática. Buscou incrementá-la a partir de diversas ações, como a propaganda das atrações do local, promovida em seus próprios trabalhos²¹⁷, assim como desenvolvendo obras de infra-estrutura, já comentadas anteriormente, que visavam estimular a visitação, propiciando abrigos, eventos, atrativos como o Museu, sala de vídeo, etc. Estava então “montado” um cenário para a consolidação do PNI enquanto um pólo de turismo na natureza. Como vimos, para o conservacionismo do período, a permanência fixa de pessoas em áreas

²¹⁶ HAMMER, Priscyla Christine. *Política Ambiental e o turismo na Era Vargas: análise do caso de Campos do Jordão- SP*. XXX Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013.

²¹⁷ Em seus livros *Parques Nacionais do Brasil* e *Parque Nacional de Itatiaia*, Wanderbilt apresenta aspectos das condições de turismo encontradas no PNI, assim como incentiva a prática, exaltando as condições, consideradas por ele raras, peculiares, para o turismo. Para maiores informações, ver: BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952. E: BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parque nacional do Itatiaia*. Ministério da Agricultura, serviço de informação agrícola, 1955.

destinadas a parques nacionais não era defendida (o que estava em consonância aos ideais preservacionistas que originaram o primeiro parque nacional do mundo e muitos outros em diversos países). Barros, como vimos, inclusive, entrou diversas vezes em conflito com os moradores existentes no PNI e ao redor dele. Porém, a permanência temporária nestas áreas estaria de acordo com o propósito da criação dos parques nacionais e do próprio conservacionismo, que, na prática, era voltado a atender as necessidades humanas.

A natureza necessitava ser defendida do homem para o bem-estar do próprio homem e, desta forma, a utilização desta área protegida visava fornecer paz, contemplação, descanso e lazer. Além do mais, quanto maior o número de visitantes, mais pessoas poderiam observar os feitos do governo em prol da natureza, vista como uma das maiores riquezas dos brasileiros, portanto, a promoção do turismo acabaria também por ter um cunho político. Era ainda visto como promotor de “educação popular”, por meio do qual os visitantes poderiam entender o papel do parque nacional na proteção da natureza.

Dentre muitas características que se atribuía à Itatiaia, uma delas era especialmente ressaltada por praticamente todos aqueles que defendiam a criação de um parque na região: a localização estratégica, propícia ao turismo. Atores como André Rebouças, em seu discurso em 1876, já defendiam a criação destas unidades para “os turistas ou viajantes ricos”²¹⁸.

Wanderbilt Duarte de Barros, em seu livro *Parques Nacionais do Brasil*, de 1946, aponta a localização privilegiada da região, afirmando que o parque ficou situado no centro do triângulo de maior adensamento demográfico do país, quase equidistante do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, estando próximo de grandes rodovias, destacando o ramal da Estrada de Ferro da Central do Brasil. Além disso, Barros enfatizou a aproximação a cidades hidroclimáticas do sul de Minas (como Caxambu e São Lourenço) e os novos centros industriais do Vale do Paraíba (como a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN). Apontando estes aspectos, afirmou ser a localização favorável ao incremento do turismo e da influência sobre a educação pública, tanto como ambiente de conservação de recursos naturais e de proteção a cenários topográficos de “rara beleza”.²¹⁹

²¹⁸Boletim do Museu Nacional n. 1 – Rio de Janeiro, volume XI, 1935. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, p. 56.

²¹⁹ BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952. p. 43.

Foi possível analisar reportagens em que eram demonstradas tais questões. Em reportagem intitulada “O Parque Nacional do Itatiaia e a proteção da nossa natureza”, o jornal *A Manhã* trazia uma matéria abordando a importância da proteção da flora e da fauna presentes em Itatiaia, que seriam de “incalculável riqueza”, destacando ainda que, além do PNI ser um centro para turistas, seria também um centro para cientistas brasileiros e estrangeiros, por reunir diversos atrativos para diversas pesquisas.²²⁰

Buscando promover esta educação popular, Barros realizava eventos como a Festa da Árvore. Esta comemoração constituía-se como um evento de caráter diversificado, ao qual compareciam desde crianças até altas autoridades de Resende e adjacências. Apresentava-se mesmo como um culto, exaltando a natureza, em comemoração ao dia da árvore. Inúmeras instituições eram convidadas ao evento, principalmente escolas municipais das cidades próximas, como de Resende (cidade onde se localizava a sede do PNI), Cruzeiro, em São Paulo, Volta Redonda, Campo Belo, dentre outras. Ao longo dos anos tornou-se um tradicional evento no PNI, e, nele, buscava-se despertar, principalmente nas crianças, o amor à natureza.

Em 1944, segundo ano da administração de Barros, o evento foi simples, tendo sido plantado, simbolicamente, um pé de Ipê. Já em 1955, penúltimo ano de Barros à frente do PNI, a Festa da Árvore foi bem mais expressiva, havendo o plantio, por crianças vindas com suas escolas, de um bosque de 1.000 árvores. Na comemoração de 1956 seriam plantadas 1.200 mudas de árvores e o evento teria recebido mil crianças de escolas primárias e secundárias de Resende e adjacências, além de autoridades civis, eclesiásticas e militares. Buscando incentivar o evento, Barros enviava correspondências a estas escolas, instituições e autoridades, convidando para o evento. São exemplos dessa iniciativa correspondências enviadas ao Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, ao Presidente do Itatiaia Country Club, ao Padre José Guerra, de Itatiaia, ao presidente da Casa da Amizade, ao presidente do Rotary Club, ao promotor público de Resende, à diretora da Escola Normal e Ginásio Santa Angela, dentre outros atores, membros de instituições públicas ou privadas.

²²⁰O PARQUE Nacional do Itatiaia e a proteção da nossa natureza. *A manhã*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1943. p. 3.

A Festa da Arvore em Resende

REZENDE, setembro (Serviço especial de A NOITE) — Foi festejada de modo expressivo a entrada da Primavera, no Parque Nacional de Itatiaia. Os seus diretores, Srs. Wanderbilt Duarte e Mario F. da Cruz, ex-dirigentes da estação biológica daquela serra, imprimiram grande realce à festa da arvore.

Para isso, expediu convites aos colegios particulares e escolas publicas municipais e estaduais, tanto desta cidade como dos municipios de Campo Belo e Bemfica. Colaborou para o brilho da interessante festa o agronomo Sr. Nelson Lima.

O Parque, nas imediações da antiga estação biológica, amanheceu engalanado, vendo-se, pendentes das arvores, galhardetes multicores e os pavilhões das principais nações, e as ilhotas do lindo lago artificial apresentavam-se lindamente enfeitadas.

Compareceram altas autoridades civis e militares, entre as

quais o prefeito José Ferraiolo, o diretor do Sanatorio Militar de Itatiaia, e representantes da imprensa local e dessa capital.

O pavilhão nacional brasileiro foi hasteado por uma aluna do Colegio Santa Angela, de Resende, ao som do hino patrio, entoado pelos alunos da escola publica estadual de Bemfica, regida pela professora Jacy Paes Leme de Abreu, após entusiastico discurso pronunciado pelo almirante Short.

Falaram, a seguir, os Srs. Nelson Lima, Israel Franco Belga, o professor Oswaldo Camões e uma aluna da Escola Normal, sendo todos muito aplaudidos, como tambem o foram as alunas que, sob a direção de madre Angelica, cantaram hinos à arvore.

Seguiu-se a cerimonia do plantio de arvores, que foi feita pelo prefeito, pelo jornalista local Alfredo Sodré e por uma colegial.

DR. ABREU FIALHO
OCULISTA — Ourives 7-3°
TEL. 22-005b

A Noite, 27 de setembro de 1940.

Para a visitação permanente, o investimento no PNI não foi menor. Foram construídos abrigos e buscou-se promover a melhoria e a abertura de estradas, construindo pontes de acesso, visando atrair um maior número de excursionistas. Em diversos documentos administrativos encontrados na sede do PNI, foi possível analisar as condições de acomodação de turistas. O parque dispunha de abrigos, que se destinavam a acampamentos em barracas, e eram dotados de cozinha, banheiro e área aberta. Alguns abrigos eram equipados com camas e cobertores. Não era fornecida a alimentação. Era solicitada apenas uma ajuda de custo com gasolina para o transporte dos visitantes. A procura pelas viagens ao PNI era grande:

Itatiaia, 20 de agosto de 1956,

Exmº Srº Drº Roger Huber

[...]

Prezado Senhor:

Em resposta à vossa carta de 15 do corrente, informamos que o Parque Nacional de Itatiaia, interessado em incrementar o excursionismo, facilita, dentro das possibilidades do momento, a condução para os seus abrigos, equipados com camas e cobertores, mas não fornece alimentação. As despesas decorrentes – 70 litros de gasolina e a diária do motorista, por viagem – correrão por conta do grupo interessado, devendo a reserva ser solicitada com, pelo menos, 15 dias de antecedência e confirmada, por telefone, na véspera, indicando a hora exata de chegada e número de componentes de cada sexo.

Atenciosos cumprimentos

Wanderbilt Duarte de Barros.

Em 0.3.56

Parque Nacional	1956
Fl. 0010 N.º 024	
Em 17 de Março de 1956	

São Paulo Domingo 17 de Março de 1956

Il.^{mo} Sr. Diretor do P. N. I.

Saudações.

Tendo obtido informações acerca das facilidades proporcionadas graças à solicitude e eficiência da Administração do P. N. I. aos que desejam conhecer esse recanto maravilhoso, é que venho recorrer à sua boa vontade no próximo dia 30 de Março.

Sabemos que o P. N. I. fornece, mediante prévio ajuste, condução pelas estradas vicinais ao Parque o que torna menos difícil o acesso às Agulhas Negras.

Assim sendo, endereço-lhe esta a fim de solicitar transporte desde a rodovia Dutra (Hotel Bela Vista) até o Km 17 da estrada do vale dos Lúcos (via Registro) no dia 30 de Março pela manhã.

O nosso grupo será composto de umas cinco ou seis pessoas e daremos confirmação pelo telefone.

Ficamos muito gratos também
 se nos concedesse autorização de passarmos
 nos abrigos de Massena e de Lamego -
 Sendo apenas este o objetivo da pre-
 sente, desde já agradecemos sua gentil
 cooperação, pois estamos certos de que V.S.
 nos emprestará todo o apoio para o
 bom êxito da nossa excursão.

Aproveito este grato ensejo para
 saudá-lo.

Mui cordialmente -

Carlos Lulaj

CARLOS LULAJ
 RUA SILVA BUENO Nº 110
 IPIRANGA - SÃO PAULO - CAPITAL

1. José Spaur para imprimir
 2. em 18-3-56

Abrijo já ocupado
Spaur

Carta a Wanderbilt Duarte de Barros, solicitando transporte e reserva de abrigo para grupo no PNI. 11 de março de 1956. Fonte: Documentação encontrada na sede do PNI.

Diversas pessoas ou grupos, vinculados ou não a instituições, enviavam correspondências a Barros solicitando a permanência por certo período no PNI. Em janeiro de 1956, por exemplo, as acomodações do parque estavam todas reservadas até abril do mesmo ano. Dada a grande procura, o Serviço Florestal, em 1956, chegou a enviar um ofício a Barros determinando a limitação do número de dias de ocupação nos abrigos do parque. A cada ano o número de visitantes aumentava. Em 1943, o PNI recebera 2.000 visitantes²²¹. Já em 1949, estimou-se que cerca de 10.000 pessoas visitavam anualmente o parque²²². Em 1951 já eram 22.000 pessoas, em 1952, 33.000, e, em 1953, 45.000²²³. Já em 1956, 52.000 pessoas haviam visitado o PNI²²⁴. Se levarmos em conta que atualmente visitam o PNI cerca de 100 mil pessoas anualmente²²⁵, observamos que os números demonstrados na década de 1950 eram bem expressivos, considerando também o aumento populacional daquela época até os dias atuais.



Pico das Agulhas Negras. Parque Nacional de Itatiaia, década de 1940. Foto: Gerhard Valetin²²⁶. Acervo Particular.

²²¹ VÁRIAS Notícias, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1944. p. 3; VISITANTES e excursionistas do Parque Nacional de Itatiaia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1944. p. 10.

²²² ITATIAIA – um refúgio cheio de belezas para o carioca. Matas majestosas, cachoeiras, a seis horas de viagem do Rio. *A manhã*, Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1949. p. 24.

²²³ Informações encontradas em documentos localizados na Sede administrativa do PNI. Estes documentos consistem em relatórios anuais e ofícios encaminhados ao Serviço Florestal.

²²⁴ AMEAÇADOS os nossos parques florestais. *A Noite*, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1957. p. 5.

²²⁵ *Parque Nacional de Itatiaia*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/en/o-que-fazemos/pesquisa/boletins.html>. Acesso em 30 de Abril de 2017.

²²⁶ Fotos cedidas por Andreas Valetin, fotografada por seu pai, Gerhard Valetin, frequentador assíduo do PNI na década de 1940.



Itatiaia, abril de 1945. Foto Gerhard Valentin²²⁷. Acervo Particular.

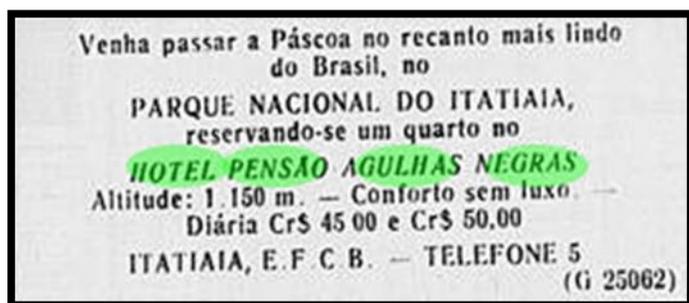
O acesso ao PNI poderia ser feito de algumas maneiras: sendo alcançado através de ferrovia ou rodovia, além da opção de pousar no aeroporto de Resende, havendo uma linha de ônibus regular entre a cidade do Rio de Janeiro e esta cidade. De trem, o turista pousava na Estação de Itatiaia, seguindo de automóvel para o parque. Este automóvel geralmente era cedido pela administração do parque. Os hotéis existentes dentro do parque eram destinos cobiçados por muitos turistas²²⁸. Eles se localizavam próximos à sede do parque, distando da estação ferroviária cerca de 12 km.

²²⁷ Fotos cedidas por Andreas Valetin, fotografada por seu pai, Gerhard Valetin, frequentador assíduo do PNI na década de 1940.

²²⁸ Informações destacadas por Wanderbilt Duarte de Barros, em 1946, afirmam existir no parque 4 hotéis particulares. BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952.



Correio da Manhã, 20 de outubro de 1946, p. 18.



Correio da Manhã, 10 de abril de 1946, p. 9.

Para os turistas que quisessem ir mais longe, visitando o Planalto e o Alto Itatiaia, a fim de visitar as famosas Agulhas Negras, as Prateleiras, a Cabeça do Leão ou Couto, poderiam permanecer nos pousos que pertenciam ao próprio PNI.²²⁹

Duarte de Barros, já no final de sua administração (1956), afirmou ter notado uma mudança no perfil dos visitantes desde as primeiras estatísticas: inicialmente, ocorria a presença de um número maior de estrangeiros, porém, este quadro teria se revertido, tendo, nos anos finais de sua administração, os brasileiros superado a visita de estrangeiros no parque. A esta altura, o PNI dispunha de um “moderno” prédio, onde funcionavam os serviços administrativos, técnicos e auxiliares, direção, secretaria, biblioteca, estudos botânicos, zoológicos e geológicos, contando também com salas para projeção de conferências, museu e um centro de informações. Existiam

²²⁹ PARQUE Nacional do Itatiaia: o interesse dos excursionistas – pontos de pouso. *Jornal do Commercio*, 12 de março de 1946, p. 3.

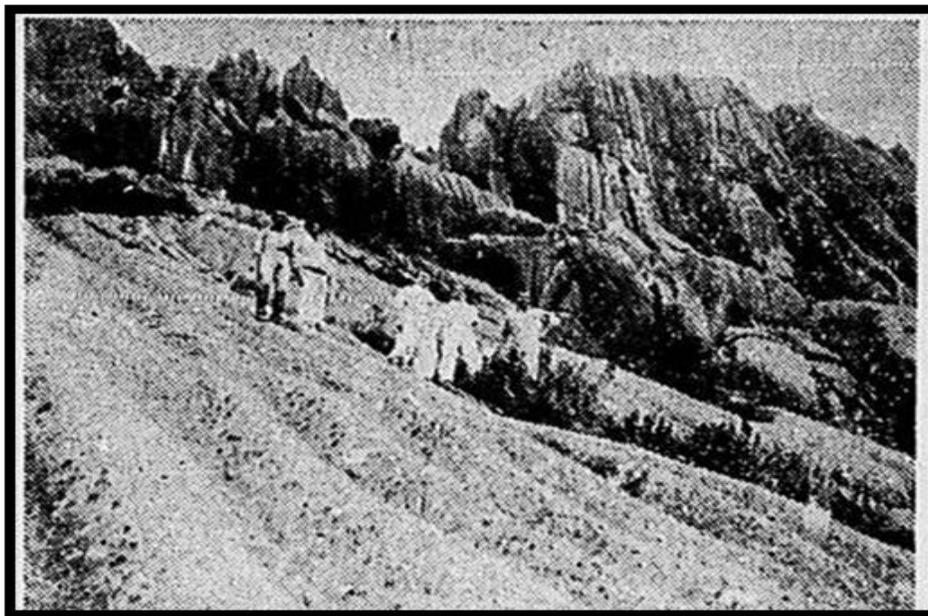
também refúgios construídos, buscando abrigar excursionistas, sendo, na época, construído a Pousada Massena, de “feitio típico, em rústico ambientado, na qual poderão abrigar-se até 70 pessoas”. Nas proximidades do parque já estariam em funcionamento um acampamento da União dos Escoteiros do Brasil, onde seriam realizados cursos e aulas de conservação.²³⁰

Barros afirmou pretender realizar a construção de pousadas, cabines-refúgios e campos de férias. Em relação aos passeios, vários podiam ser realizados por pessoas que visitavam o PNI: instalações de sua sede, jardins, estufas, Cascatinha da Maromba, Lago Azul, escalada aos Picos das Prateleiras, Itatiaiaissu, Couto e Planalto.²³¹

Tais reportagens permitem-nos fazer um panorama sobre as atividades e realizações durante a administração de Duarte de Barros relacionadas às práticas turísticas ao longo dos anos. Observa-se um aumento do número de visitantes ao PNI, o que pode ter sido causado pelas obras de infraestrutura desenvolvidas por Barros, assim como pelas diversas propagandas que auxiliavam a divulgação dos atrativos turísticos existentes na região. Essas propagandas traziam imagens exaltando as “belezas extraordinárias” do Parque Nacional de Itatiaia. O próprio Duarte de Barros acompanhava inúmeros excursionistas nas visitas ao parque, tal como exposto na matéria de 3 de janeiro de 1945, que trazia uma foto cuja legenda dizia:

²³⁰ *O Jornal* em 23 de dezembro de 1949 trazia informações a esse respeito. É exposto que estariam em andamento no PNI providências para a instalação necessária ao local que havia sido destinado ao acampamento para curso de chefe de escoteiros. A Confederação Brasileira dos Escoteiros da Terra teria obtido autorização do Ministério da Agricultura para realizar no parque a “referida concentração educativa”. Com a construção do local no qual seriam desempenhadas tais atividades, o movimento escotista no Brasil passaria a possuir “um Campo Escola Nacional com os requisitos necessários e localização em sítio privilegiado pelas belezas naturais e condições de clima como é o Parque Nacional de Itatiaia do Ministério da Agricultura”. *O Jornal*, 23 de dezembro de 1949, p. 11. Esta Escola Nacional parece ter repercutido nacionalmente, como é exposto em reportagem do jornal *Diário de Pernambuco*, que, em 10 de fevereiro de 1949, anuncia um Curso Estadual de Chefe de Escoteiros, afirmando que a Federação Pernambucana de Escoteiros estaria abrindo inscrições. O curso seria realizado em julho, pela Confederação Brasileira de Escoteiros da Terra, no Parque Nacional de Itatiaia. *Diário de Pernambuco*, 10 de fevereiro de 1949, p. 6.

²³¹ AMEAÇADOS os nossos parques florestais. *A Noite*, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1957. p. 5.



Este é um dos trechos mais pitorescos do Parque Nacional de Itatiaia, a meio de escalada do pico das Agulhas Negras, e quando se atinge quase a altitude de 2.790 metros. Na foto, um grupo de excursionistas, orientados pelo próprio administrador do parque, o agrônomo W. Duarte de Barros.²³²

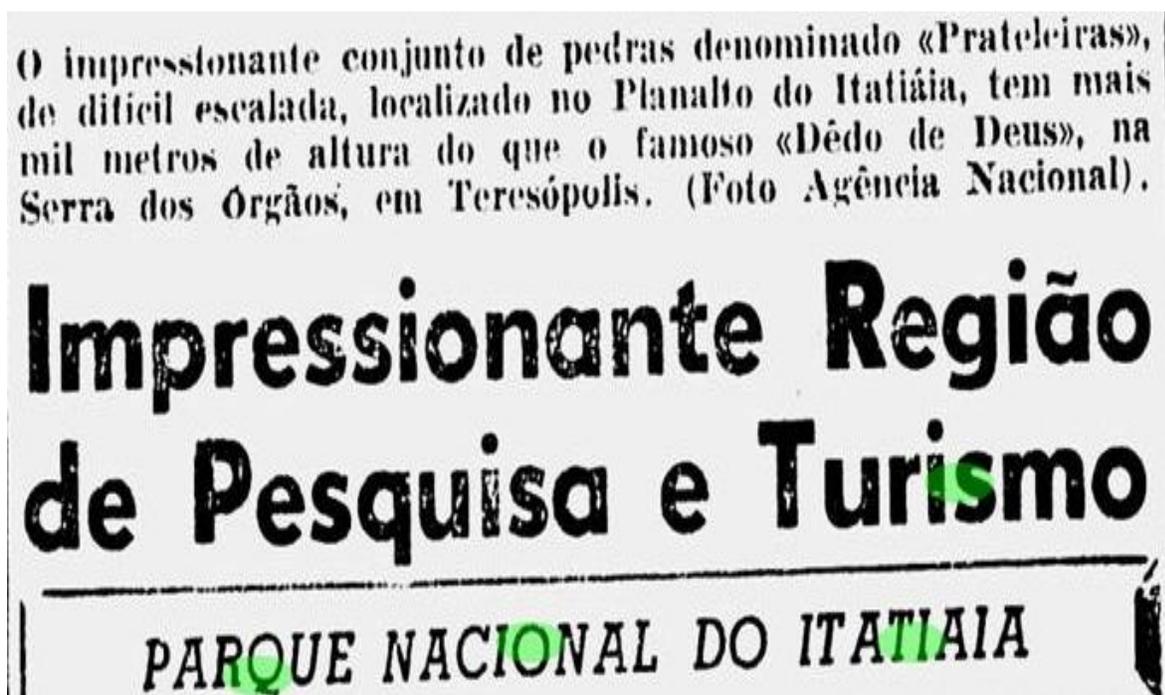
Além de turistas que vinham por conta própria, instituições promoviam regularmente atividades em grupo no PNI, como a União dos Escoteiros do Brasil, o Clube Excursionista Rio de Janeiro, Clube Excursionista Carioca e o *Touring Club do Brasil*. Citamos, como exemplo, um ofício encaminhado a Barros, em 20 de fevereiro de 1956, do Clube Excursionista Rio de Janeiro, solicitando reserva nas acomodações no Abrigo da Estrada do PNI e transporte para a Semana Santa daquele ano, para um grupo de 10 pessoas.²³³

Não diferente de outros parques nacionais existentes pelo mundo, o turismo representou uma das metas a serem desempenhadas pelo Parque Nacional de Itatiaia. A administração do PNI, centrada na figura de Wanderbilt Duarte de Barros, buscou estimulá-la durante toda a gestão e de fato, foi uma atividade largamente desenvolvida nos domínios do PNI. Neste período, a cada ano que se passava, observava-se cada vez mais a realização de excursões e pessoas interessadas em visitar e permanecer alguns dias nos limites do parque. Jornais como *A Manhã*, *A Noite*, *Diário de Notícias*, *Última Hora*, *O Jornal*, *Correio da Manhã*, *Jornal do*

²³² PARQUE Nacional do Itatiaia. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1945. p. 12.

²³³ Ofício do Clube Excursionista Rio de Janeiro a Wanderbilt Duarte de Barros solicitando a permanência em abrigos no PNI, 20 de fevereiro de 1956. Documentação encontrada na sede do PNI.

*Brasil*²³⁴, dentre outros, traziam diversas reportagens sobre a região, destacando, além da importância do papel desempenhado pelo PNI, a exuberância do local, os pontos mais belos, os melhores passeios a serem feitos e os atrativos a serem descobertos pelo visitante.



Diário de Notícias, 22 de julho de 1956.

²³⁴ Ao todo foram investigados cerca de 15 periódicos e mais de 400 reportagens publicadas no período proposto para este trabalho. A pesquisa foi realizada através da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, ao longo de dois anos (2015-2017).

Deslumbradoras visões do Parque Nacional do Itatiaia



A serra do Itatiaia, onde se acha o Parque Nacional do Itatiaia, hoje focalizado em ampla reportagem de A MANHÃ, é rica em aspectos paisagísticos de grande beleza. Na gravura, a curiosa "Pedra da Tartaruga", ponto obrigatório da excursão para os turistas.

Pedra da Tartaruga. Jornal *A Manhã*, 23 de novembro de 1943.

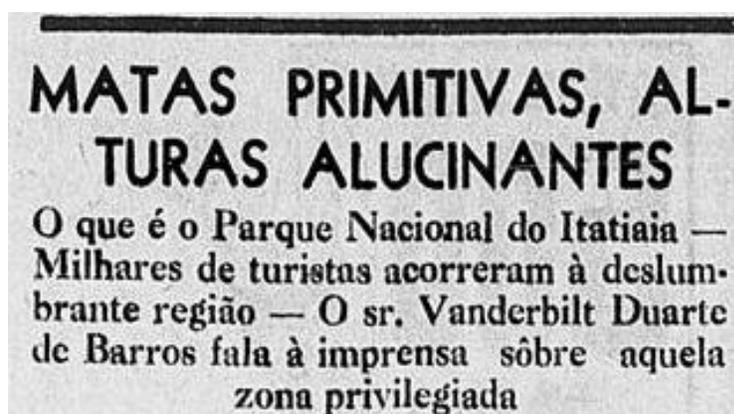
OS PARQUES NACIONAIS

Proteger a flora e a fauna, facilitar os estudos das ciências naturais e promover o turismo — Itatiaia sede de um dos mais lindos parques nacionais — Cresce o número de visitantes na região das Agulhas Negras

Jornal *A Manhã*, 10 de março de 1951.



Jornal *A Manhã*, 23 de janeiro de 1949.



Jornal *A Manhã*, 12 de março de 1946.



Sede do Parque Nacional de Itatiaia. *O Jornal do Rio de Janeiro*, 15 de julho de 1956. P. 41.

Uma modalidade bastante divulgada nos jornais estudados, e que coexistia com outras atividades turísticas, foi a prática do montanhismo. O Jornal *Folha Mineira*, na edição do dia 13 de agosto de 1956, por exemplo, afirmava que excursionistas e escaladores de montanha procuravam frequentemente o PNI, devido às matas, à exuberância da vegetação, rios “encachoeirados”, lagos das montanhas e dos planaltos. Para os “amantes do montanhismo”, a prática esportiva de escalada das Agulhas Negras e Prateleiras seria a mais visada, pois estas erguer-se-iam a quase 3.000 metros de altitude.²³⁵

Diversas manchetes como as expostas acima ocupavam as páginas dos jornais. Nessas matérias, o PNI possuía condições climático-paisagísticas favoráveis ao incremento do turismo e os objetivos seriam os de “aproveitamento” da natureza para fornecer recreativismo público, fonte de “recuperação espiritual”, além de lucro ao governo. O turismo como fonte de renda era um dos objetivos da administração de Barros e estava presente em seu discurso, como na entrevista publicada no jornal *A Manhã* em 7 de janeiro de 1943:

²³⁵O TURISMO e o Parque Nacional de Itatiaia. *Folha Mineira*, Minas Gerais, 13 de agosto de 1956. p.3.

Destinados à permanente defesa da natureza, os parques nacionais são indispensáveis e tendem cada vez a um maior progresso. Defendendo a flora, a fauna, a geologia ou abrigando da destruição vestígios históricos, etnológicos, etc, eles têm uma grande importância que tanto é educativa, como científica e altamente econômica.²³⁶

Essa questão da renda nos parques nacionais é curiosa. Diversos discursos do período, inclusive de homens pertencentes a instituições governamentais, defendiam o lucro com os turistas no parque. No entanto, durante toda a gestão de Barros não eram cobradas a entrada e nem a permanência no PNI. Em uma correspondência de 1955, Barros responde a um interessado em permanecer no parque que gostaria de saber das condições de turismo. Afirma ser possível acampar no parque, desde que não causasse danos e que o acampamento seria gratuito, “pelo menos por enquanto”²³⁷. Em ofício direcionado ao Serviço Florestal, em 1946, Wanderbilt afirma não ter havido no PNI atividade que fornecesse renda ao Tesouro Nacional. Já em 1955, em outro ofício dirigido ao Serviço Florestal, Wanderbilt defende mais uma vez o caráter econômico que poderia alcançar o turismo no PNI:

Esta administração, fiel às linhas mestras com que tem orientado a vida do Parque Nacional do Itatiaia, julga oportuno, uma vez que nos aproximamos da fase final de aparelhamento material do Parque, proceder o serviço público a seguro exame das possibilidades que o turismo e o excursionismo encontram na região. Objetivamos, com estas palavras, chamar a atenção do Serviço Florestal para um dos aspectos do destino dos Parques Nacionais – como o é o bom aproveitamento da natureza no recreativismo público – e acentuar que esse aproveitamento deve ter cunho de marcado caráter econômico de tal maneira que embora sejam fontes de

²³⁶ O IMPORTANTE papel dos parques nacionais na proteção da nossa natureza. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1943. p. 8.

²³⁷ Carta de Wanderbilt a José C. de Castro, respondendo sobre as condições de turismo da região do PNI. Acervo do PNI, 16 de setembro de 1955.

recuperação espiritual, deixem de ser meramente contemplativos para serem úteis no sentido global aí entendida a forma econômica.²³⁸

Assim, era claramente pretendido por Barros cobrar dos turistas a permanência no PNI. Talvez estivesse esperando por melhorias nas acomodações ou aguardando a finalização das obras de aparelhamento material do PNI. Não houve tempo para cobrança, uma vez que sua saída do PNI foi inesperada.

3.2- O TURISMO COMO PROPAGANDA DO ESTADO NOVO

Por outro lado, podemos pensar a questão do turismo como uma estratégia política do governo varguista. Característica de regimes autoritários, a propaganda era considerada um dos pilares principais para governos como o de Vargas. Para tanto, foi criado em 1939 o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo, sobretudo às camadas populares da sociedade brasileira. Possuía cinco divisões: Divisão de Divulgação, Rádio, Teatro, Imprensa e Cinema, e setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo, imprensa e literatura social e política. Dentre outras atribuições, o DIP era responsável por coordenar e orientar a propaganda interna e externa, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, projetos que contassem a história do Brasil, etc. Era uma estrutura extremamente centralizada, que consolidava o controle por parte do governo a respeito da informação. Buscando estabelecer monopólio e centralização das notícias e propagandas de órgãos estatais, tudo era distribuído de forma gratuita pela Agência Nacional, e, muitas vezes, os conteúdos de propaganda eram publicados como matérias auxiliares em jornais e revistas.

O sistema agia coercitivamente com empresas que não participavam deste esquema de propaganda estatal. Essa coerção funcionava através de isenção de taxas sobre a importação de papel. Para a isenção alfandegária ser concedida, o governo exigia que proprietários de jornais e revistas obtivessem autorização do Ministério da Justiça, devendo atender a diversas exigências. Desta forma, o governo podia controlar a imprensa a partir de “bloqueios financeiros”, isentando de impostos somente os jornais que favorecessem a política governamental.²³⁹ Além disto, a

²³⁸ Ofício de Wanderbilt Duarte de Barros ao chefe do Serviço Florestal abordando as condições de turismo na região de Itatiaia. Acervo do PNI, 26 de fevereiro de 1955.

²³⁹ A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. CPDOC. Disponível em:

partir de 1940, o DIP centralizou verbas de publicidades oriundas do Banco do Brasil e de outras instituições, possuindo liberdade para distribuir estas verbas à imprensa simpática ao regime varguista.²⁴⁰

Um ponto que merece atenção é a Agência Nacional. Esta era a responsável por uniformizar e distribuir as notícias aos diversos jornais do período. Em uma breve pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram encontradas milhares de reportagens com o tema “Agência Nacional” durante o Estado Novo. Estas reportagens traziam antes dos conteúdos os dizeres: “Agência Nacional – Brasil”, o que nos leva a crer que eram conteúdos fornecidos pela agência. A maioria das matérias analisadas tratava de assuntos relacionados à política, como a produção do petróleo,²⁴¹ viagens e discursos de Getúlio Vargas, reuniões ministeriais, atividades de exportação, notícias dos Estados²⁴², notícias da Segunda Guerra Mundial, reportagens sobre a economia, indústria do ferro, carvão²⁴³, relações do Brasil com outros países, como o Uruguai, que também passava por um regime autoritário,²⁴⁴ dentre outros assuntos que remetiam sempre ao Estado Novo. Em relação ao turismo e o PNI, o jornal *Folha Mineira*, em 13 de agosto de 1956, trouxe uma reportagem cujo início dizia: “Rio- Agência Nacional”. Esta possuía como título: “*Parque Nacional de Itatiaia*” e trazia informações descritivas do PNI, como localização, área de abrangência, características físicas e fornecia informações que exaltavam o turismo na região:

Excursionistas e escaladores de montanhas procuram frequentemente a região do Parque Nacional de Itatiaia, pois suas matas, a exuberante vegetação, os seus rios encachoeirados, os lagos das montanhas e do planalto, constituem atrativo dos maiores e dão aos visitantes atrativos para não mais esquecerem os agradáveis passeios por aquelas paragens.²⁴⁵

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>. Acesso em 30 de Abril de 2017; PASCHOAL, Francisco José. Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do marketing político e da propaganda no Brasil. 1º Simpósio do Laboratório de História Política e Social: 70 anos do Estado Novo. UFJF, 2007.

²⁴⁰LUCA, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 31, nº61, p. 271-296, 2011.

²⁴¹ Informações retiradas do Jornal *A Noite*, no período 1940-1945.

²⁴² Informações retiradas do Jornal *Diário de Notícias* no período 1940-1945.

²⁴³ Informações retiradas do Jornal *Gazeta de Notícias* no período 1940-1945.

²⁴⁴ Informações retiradas do Jornal *A Manhã* no período 1940-1945.

²⁴⁵ O TURISMO e o Parque Nacional de Itatiaia. *Folha Mineira*, Minas Gerais, 13 de agosto de 1956. p. 2.

Como visto acima, o DIP exercia forte influência e fiscalização na imprensa do período, que tinha de veicular grande parte das suas notícias relacionadas ao Estado Novo, em matérias que eram distribuídas pela Agência Nacional. Desta forma, a imprensa tornou-se um instrumento do Estado e veículo oficial da ideologia do Estado Novo.²⁴⁶ Isto talvez possa justificar a ausência de fontes jornalísticas que se colocassem contrárias à política varguista. Ao menos dentre as fontes analisadas para este trabalho, as matérias jornalísticas, quando tratavam da criação e do papel dos parques nacionais e quando citavam o governo Vargas, demonstraram-se unânimes em relação ao apoio ao Estado.

Uma relação interessante entre o DIP e o Parque Nacional de Itatiaia é a atuação de Lourival Fontes. Nos anos iniciais do PNI, fora criada uma Comissão para administrar as obras e estruturamento da área, como abordado no capítulo dois desta dissertação. Desta Comissão fazia parte Lourival Fontes, devido ao fato de ser, à época, diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Posteriormente, Fontes tornou-se o primeiro diretor do DIP, permanecendo no cargo até 1942²⁴⁷. A sua presença na Comissão de Itatiaia nos permite deduzir o objetivo de realizar, já naquele período, propagandas a respeito do andamento das obras e trabalhos realizados no parque, o que era frequentemente visto nos jornais, por exemplo. Depois, quando Fontes já estava à frente do DIP, o PNI continuou a ser um objeto de propaganda varguista. Tal ligação permite-nos reforçar a hipótese a respeito da difusão do turismo no parque como uma das formas de propaganda do Estado Novo.

Até o ano de 1945, observamos um grande número de reportagens elogiando as iniciativas varguistas em relação a medidas de proteção à natureza e ao PNI. Diversos exemplos podem ser citados, evidenciando falas que exaltam diretamente os “feitos” de Getúlio Vargas. O *Jornal A Manhã*, em 7 de janeiro de 1943, em matéria intitulada “*O importante papel dos parques nacionais na proteção da nossa natureza – Fala a “A Manhã” o agrônomo W. Duarte de Barros sobre uma das mais nobres realizações do Estado Nacional*”, o jornal traz uma longa reportagem com Barros e ao iniciar o texto da matéria, o editor introduz:

²⁴⁶VALDUGA, Manoela Carrilo; MANOZZO, Paula. A Formação da imagem das cidades no Estado Novo- Estudo de Imagens Oficiais. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 2007.

²⁴⁷ *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

A patriótica política iniciada em 1937, pelo Estado Novo, da defesa da natureza brasileira, com a criação dos parques nacionais, levou *A Manhã* a realizar uma reportagem nos mesmos, a fim de mostrar aos seus leitores o que neles realiza o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.²⁴⁸

Em outra matéria do mesmo Jornal, em março de 1943, o título “*Parques Nacionais*” evidencia mais uma vez a exaltação ao governo: “O Governo Federal anda seriamente empenhado em proteger a flora e a fauna regionais do Brasil. Nesse sentido continua fazendo tudo o que é possível e largos são os passos que tem dado em tal sentido.”²⁴⁹ Em uma das matérias de *A Manhã*, foi detectado, inclusive, um fato curioso: em 29 de agosto de 1949, foi publicada uma reportagem cujo texto era exatamente a cópia de trechos de uma publicação do *Boletim do Ministério da Agricultura*, editado, inclusive no mesmo mês.²⁵⁰ Não sabemos se a redação do Jornal copiou o texto do Boletim, ou se ambos, tanto o periódico do Ministério da Agricultura quanto o jornal, receberam o mesmo conteúdo para a publicação vindos diretamente do governo. O texto, intitulado *O Parque Nacional de Itatiaia* no Boletim e *Parque Nacional de Itatiaia* no Jornal, de pronto, exaltava a figura de Vargas: “Iniciando em 1937 a verdadeira política protetora das riquezas naturais do país, o Presidente Getúlio Vargas criou pelo decreto 1713, de junho daquele ano, o Parque Nacional do Itatiaia.” Seguem abordando, de forma idêntica, os aspectos turísticos do PNI:

Localizado na Mantiqueira, em um dos trechos da serra que reúne características fisiográficas próprias e incomuns, a porção de montanha reconhecida como Itatiaia, o Parque Nacional está a meio

²⁴⁸ O IMPORTANTE papel dos parques nacionais na proteção da nossa natureza— Fala a “*A Manhã*” o agrônomo W. Duarte de Barros sobre uma das mais nobres realizações do Estado Nacional. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1943, p. 3.

²⁴⁹ PARQUES nacionais. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de março de 1943, p. 4.

²⁵⁰ Neste mesmo sentido, também foram encontrados trechos idênticos à publicação do Boletim do Ministério da Agricultura de 1938, em matéria do *Jornal do Brasil*, de 18 de março de 1938, que tratava de aspectos da criação do Parque Nacional de Itatiaia.

caminho das duas maiores aglomerações urbanas do Brasil, as contidas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Dista do Rio a sede do Parque 4 horas e de São Paulo 6 horas, podendo ser atingido por via férrea, através da estação de Barão Homem de Melo ou das rodovias Rio-São Paulo e Rio Caxambú. Além desse particular, Volta Redonda, onde se adensará elevada população, fica a poucas horas do Parque e a Escola Militar de Resende, estabelecida num dos flancos da serra, está apenas a minutos da sede do Itatiaia. Esses centros de trabalho e de estudo, sem dúvida, atrairão a atenção do país e ainda isto beneficiará o Parque Nacional. De outra parte, na face norte do Itatiaia as excelentes cidades hidroclimáticas de São Lourenço, Caxambu, Cambuquira e Lambarí, servidas agora por rodovia que liga através da fronteira do Parque com o Rio e São Paulo, poderão favorecer o turismo da grande reserva serrana.

Atrativos diversos, escaladas emocionantes, excursões belíssimas, a mais alta e bela rodovia do Brasil, panoramas realmente únicos no nosso cenário natural, em tudo isso é opulenta a enorme e primeira reserva de riqueza natural.

Entretanto, não só a propaganda foi um instrumento de propaganda do Estado Novo. O turismo em si também foi pensado como um instrumento capaz de promover os feitos varguistas à população brasileira. O turismo, portanto, serviu para atender interesses políticos e ideológicos do Estado e possuía o objetivo de promover a imagem de Getúlio Vargas.

Não por acaso, no âmbito da criação do DIP, em 1939, fora criada uma Divisão de Turismo.²⁵¹ Esta divisão possuía o objetivo de fiscalizar os serviços de turismo interno e externo. Neste contexto foram incentivadas a criação de hotéis e a classificação de agências e empresas

²⁵¹ SANTOS FILHO, João dos. Política Nacional de turismo: descaso e desrespeito para com o povo brasileiro. Revista Espaço Acadêmico, nº 86, julho de 2008.

de turismo, o que visava à formação de registros de padrões. Também foram realizados congressos e exposições, além da ampla criação de folhetos, cartões postais e calendários turísticos. Ao mesmo passo, o DIP buscava passar a imagem do Brasil como um país que estava recebendo visitas contínuas de turistas de outros países. Porém, isto é questionado por estudiosos do turismo, que afirmam que a Segunda Guerra Mundial dificultava o turismo internacional. Por isto, a divisão de turismo teria ficado resumida a um pequeno escritório, que recebia visitas de figuras consideradas importantes.²⁵²

3.3- “TORNAR O BRASIL CONHECIDO DOS BRASILEIROS²⁵³”: O *TOURING CLUB DO BRASIL* E AS EXCURSÕES A ITATIAIA

No Brasil, o turismo enquanto uma atividade organizada começou a ser praticado nas primeiras décadas do século XX. Neste contexto teriam surgido os primeiros guias, hotéis turísticos, órgãos oficiais e agências de viagens destinadas à atração e recepção de turistas. Um dos marcos históricos para o turismo brasileiro foi a criação em 1923, da Sociedade Brasileira de Turismo, posteriormente denominada *Touring Club do Brasil*.²⁵⁴ Este órgão foi criado em um momento em que se desejava criar no Brasil uma imagem de um país rumo à modernidade, e o turismo foi utilizado enquanto uma estratégia de propaganda da nação. O *Touring Club do Brasil* foi o primeiro órgão criado com o objetivo de estimular o turismo atuando em nível nacional. Consolidou-se enquanto uma organização privada cuja formação era composta por empresários, políticos, construtores e outros grupos sociais que possuíam algum tipo de interesse no desenvolvimento do turismo nacional²⁵⁵.

²⁵² VALDUGA, Manoela Carrilo; MANOZZO, Paula. A Formação da imagem das cidades no Estado Novo- Estudo de Imagens Oficiais. *Op. cit.*, 2007.

²⁵³ Expressão retirada do *Jornal do Commercio Retrospecto Commercial* (1943), onde é exposto que este seria o lema do *Touring Club do Brasil*. O TOURING Clube do Brasil em 1943. *Jornal do Commercio Retrospecto Commercial*, Rio de Janeiro, 1943. p. 784.

²⁵⁴ CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

²⁵⁵ De acordo com Daibert (2014) a decadência das atividades agrárias e a perda de importância política da elite rural, assim como o desenvolvimento das cidades teriam sido determinantes para que muitos atores sociais se direcionassem para a redefinição de suas práticas econômicas. O turismo teria aparecido como uma alternativa, capaz de proporcionar ganhos financeiros com a especulação de terras, a construção civil, o impulso de novas atividades, como a hoteleira e os cassinos, além de uma série de novos produtos/serviços que surgiram com a ‘era do automóvel’ que o próprio turismo ajudou a impulsionar (venda de veículos, oficinas mecânicas, borracharias, construção de estradas, entre outras). Inicialmente, então, o turismo foi organizado, sustentado e incentivado por uma elite econômica que objetivava diversificar seus investimentos. Ver: DAIBERT, André Barcelos Damasceno.

O *Touring Club do Brasil* assumiu o protagonismo na organização do turismo brasileiro e possuía o lema de “revelar o Brasil para os brasileiros”; o que seria alcançado através de excursões rodoviárias e fluviais e de publicações que divulgavam o turismo doméstico, como a revista da própria instituição, a *Revista Brasileira de Turismo*, cuja publicação fora iniciada em 1924. O *Touring* buscou realizar melhorias viárias, foi responsável por implantar sinalizações turísticas nas rodovias, produziu mapas, além de dialogar com o governo, pressionando-o a incluir o turismo na agenda pública. Também atribuiu a si próprio o objetivo de representar o país internacionalmente, o que o levou a se associar ao *Touring Club da França*; esse movimento, aliás, explica a mudança do nome de Sociedade Brasileira de Turismo para *Touring Club do Brasil*. Dentre outras atribuições, o *Touring* foi, por muito tempo, responsável pelo emplacamento de veículos no país, assim como pela regulamentação de automóveis estrangeiros que adentravam o Brasil.²⁵⁶

Devido à falta de um órgão governamental próprio para tratar do turismo, o *Touring Club do Brasil* aos poucos foi cumprindo este papel. Inicialmente, havia recebido a autorização por parte do governo para recepcionar turistas brasileiros e estrangeiros no Porto do Rio de Janeiro, principal local de recepção de turistas à época. Posteriormente, passou a ser a organização representante oficial do governo brasileiro em diversos eventos internacionais ligados ao turismo, entre congressos, feiras, etc, entre as décadas de 1920/30.²⁵⁷ Em 1934, teria sido designado pelo Itamaraty como o Órgão Oficial para o Fomento do Turismo na América do Sul.²⁵⁸

Tais informações nos permitem observar que, apesar do *Touring Club do Brasil* ser uma instituição privada, por vezes atuou enquanto representante do Estado, o que nos leva a crer que possuía relações estreitas com o Governo Federal. Outra evidência dessa proximidade seria o fato de o *Touring* fazer parte do Conselho Florestal Federal (CFF), órgão estatal, enquadrado no Ministério da Agricultura, subordinado diretamente ao ministro da pasta²⁵⁹. Este Conselho fora

Origens do turismo organizado no Rio de Janeiro: A Revista Brasileira de Turismo na década de 1920. *Revista Rosa dos Ventos*, 6(2), p. 152-163, abr-jun, 2014.

²⁵⁶ GUIMARÃES, Valeria Lima. O turismo como vetor das relações Brasil – Argentina nas décadas de 1920 e 1930. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.15, p. 175-197, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/viewFile/1444/1869>. Acesso em 30 de abril de 2017.

²⁵⁷ *Idem*.

²⁵⁸ *Touring Club do Brasil*. História. Disponível em: <http://www.touring.com.br/historia.asp>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

²⁵⁹ Brasil. Boletim do Ministério da Agricultura, 1939, p. 1.

criado por determinação do Código Florestal de 1934 e deveria ser a instância máxima da política florestal no Brasil. Era formado por representantes do Museu Nacional do Rio de Janeiro, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, do Serviço de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional de Estradas e do *Touring Club do Brasil*.²⁶⁰ A composição deste conselho indicou as múltiplas concepções que a natureza possuía no período, atendendo aos interesses do turismo e de centros científicos. O CFF também possuía, a partir do Código Florestal de 1934, a função de promoção da “pedagogia da natureza²⁶¹”, estimulando a “mentalidade florestal”, devendo contribuir na organização de premiações, congressos científicos, eventos, etc. Deveria também induzir medidas conservacionistas em empresas públicas e privadas, além de realizar pareceres técnicos de projetos que incluíssem o uso das florestas.²⁶² Cabia ao CFF a classificação de florestas, desapropriação de áreas em florestas enquadradas enquanto protetoras, elaboração de regimentos²⁶³, organização de programas de propaganda florestal, como na festa da Árvore²⁶⁴, etc. O Conselho Florestal Federal era um órgão, como podemos observar, com estreitas ligações, a partir de seus objetivos e atribuições, com a política de parques nacionais. Tanto o Conselho como os parques nacionais, inclusive, faziam parte do mesmo ministério.

Como vemos, então, o *Touring Club do Brasil* parece ter funcionado como um instrumento de propaganda e organização do turismo em órgãos ligados ao CFF. Certamente foi o caso do PNI. Por um lado, o turismo foi um dos instrumentos utilizados pelo Estado Novo para fortalecer a figura de Vargas. O Parque Nacional de Itatiaia, por outro lado, seria um ponto positivo a ser exaltado como um ato de verdadeiro heroísmo por parte de Getúlio Vargas, que teria salvaguardado a natureza em prol das futuras gerações. Além disto, conhecer a nossa natureza seria conhecer o nosso país, o que estaria dentro do próprio objetivo do *Touring Club do Brasil* e da estratégia varguista de fortalecimento do seu poder e imagem.

²⁶⁰ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro; Fiocruz; 2009. P.217.

²⁶¹ DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. *Op. cit.*, 2010.

²⁶² SILVA, Felipe Oliveira da. *O conselho Florestal Federal: Um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)*. Anais eletrônicos 3ª Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 2015.

²⁶³ A CLASSIFICAÇÃO das florestas do Distrito Federal. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 01 de Dezembro de 1934, p. 12.

²⁶⁴ NA SOCIEDADE. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 1936, p. 4.

Durante o período do Estado Novo, nossa pesquisa apontou a realização de diversas excursões promovidas pelo *Touring Club do Brasil*, as quais eram constantemente propagandeadas em diversos jornais à época. Estas reportagens evidenciavam o objetivo desta instituição em repercutir de forma positiva os atos recentes do governo, que representavam o progresso e o desenvolvimento da nação. Dentre estas excursões, havia aquelas para a região de Resende, cidade à qual o Parque Nacional de Itatiaia pertencia. O objetivo era conhecer a Escola Militar do Brasil, localizada em Resende, as instalações da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e o Parque Nacional de Itatiaia. Estas excursões serviriam para mostrar os feitos do Estado Novo:

Terá início hoje, quinta feira, a anunciada excursão a Resende, Volta Redonda e Itatiaia, organizada pelo departamento de Turismo do *Touring Club do Brasil*, com o objetivo de mostrar a um luzido grupo de nossos patrícios algumas das grandes realizações do Brasil de hoje. (*A Manhã*, 12 de abril de 1945).

Outros exemplos podem ser vistos abaixo:

Excursão a Volta Redonda, Resende e Itatiaia

No dia 27 do corrente terá início mais uma excursão a Volta Redonda, Resende e Itatiaia, organizada pelo Departamento de Turismo do *Touring Club do Brasil*, afim de atender ao apelo dos sócios que não puderam, à falta de lugares, tomar parte nas excursões anteriores.

É esta a quarta vez que o *Touring Club* leva um luzido grupo de associados para conhecer as grandes obras que o governo federal está realizando naquelas regiões, a saber: a Escola Militar de Resende, a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, e o **Parque Nacional de Itatiaia**, na região do mesmo nome.

Sendo limitado o número de excursionistas, prevalecerá o critério da ordem cronológica das inscrições.

A Manhã, 12 de Abril de 1945. P. 5.

Excursão a Resende, Volta Redonda e Itatiaia

O *Touring Club do Brasil* vai proporcionar a numeroso grupo de nossos patrícios mais uma vez, o ensejo de conhecerem algumas das obras mais expressivas do nosso progresso econômico e técnico. Trata-se da Excursão a Resende, Volta Redonda e Itatiaia, que tem sido uma das mais felizes iniciativas daquela patriótica instituição.

Os excursionistas visitarão a nova Escola Militar do Brasil em Resende, onde serão recebidos pelo prefeito local. Irão ao **Parque Nacional de Itatiaia**, que é um resumo das nossas riquezas vegetais. Depois, apreciarão as instalações da Cia. Siderúrgica, em Volta Redonda. All os aguardará o diretor técnico e animador da Companhia, tenente coronel Edmundo Macedo Soares.

Será uma excursão agradável e ao mesmo tempo muito instrutiva.

A Noite, 08 de agosto de 1943. P. 13.

Visto este cenário, cabe-nos destacar algumas ressalvas, baseadas em todo o acervo documental investigado durante esta pesquisa. A primeira é que, dentre os aspectos que levaram à criação do PNI e a implementação do turismo enquanto uma de suas principais atividades, não estava o estabelecimento desta atividade enquanto forma de propaganda estatal. Esta articulação entre turismo e propaganda no PNI foi pensada posteriormente à criação do Parque como um instrumento de exaltação estatal. Esta ideia pode ser reforçada, primeiramente, pelo objetivo do turismo em parques nacionais não ser uma peculiaridade do caso brasileiro. Esta era uma prática observada em nível mundial. Depois, podemos pensar que, em nível nacional, o turismo em áreas reservadas também já era defendido há tempos, antes mesmo da chegada de Vargas ao poder. Outra ressalva que podemos fazer é que o turismo no PNI não se caracterizou como prioritário nas ações do *Touring Club*, assim como do DIP. O PNI foi apenas um símbolo, dentre muitos, para a propaganda e a afirmação estatal. Diversos outros destinos, portanto, em várias regiões do Brasil, também atenderam a estes objetivos. Podemos destacar as cidades históricas de Minas Gerais, o Parque Nacional do Iguaçu e a região dos Lagos do Rio de Janeiro.²⁶⁵

Concluindo, seja como fonte de renda, como fonte de lazer e repouso, de contemplação ou como forma de propaganda de Estado, a partir da criação de Itatiaia, o turismo revelou-se como mais uma categoria de apropriação e exploração da natureza brasileira, visando o benefício humano.

Ao longo dos anos, o Parque Nacional de Itatiaia consolidou-se como uma referência de turismo na natureza no Estado do Rio de Janeiro e também para os demais parques nacionais brasileiros. Naquele período, o grande número de visitantes não parecia ser um problema que pudesse interferir na conservação do local, pelo contrário. A presença de visitantes naquele local promoveria a exaltação do papel dos parques nacionais e poderia provocar uma consciência de “amor e respeito” à natureza; o que levaria a formação de cidadãos cientes do papel a ser executado pelos parques nacionais. Eventos como a Festa da Árvore, por exemplo, visavam despertar nas pessoas, sobretudo crianças, esse tipo de sentimento. Barros acreditava ser o PNI um espaço de educação pública, que influenciaria na formação destes cidadãos. Portanto, a atividade turística no PNI possuía várias facetas e vários objetivos. O turismo e a proteção da

²⁶⁵ O TOURING Clube do Brasil em 1943. *Jornal do Commercio Retrospecto Commercial*, Rio de Janeiro, 1943. p. 784.

natureza não eram vistos contraditórios ao conservacionismo do período, diferentemente das propriedades particulares, dentro e nas adjacências do parque, que eram tidas como um problema e empecilho para a preservação do mundo natural. Essa questão, como vimos, perdura até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos evidenciar neste trabalho os múltiplos objetivos atribuídos à criação do primeiro parque nacional brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia (PNI). Destacamos que a criação desta instituição não se consolidou como um caso isolado, pois, havia, naquele contexto, uma série de fatores que convergiam para a sua criação. No cenário internacional, observavam-se, ao menos desde o século XIX, preocupações frente à devastação da natureza gerada a partir do avanço da industrialização, que se realizava, sobretudo, a partir da exploração de recursos naturais. Tal cenário fez com que diversos países passassem a pensar mecanismos que pudessem evitar o avanço desta destruição. Atrelada a esta ideia, estariam também concepções transcendentais românticas acerca da natureza, que passaram a exaltar a valorização desta, tornando-a um espaço destinado à contemplação, ao lazer, à paz humana. A concepção inicial de parque nacional surgiu neste contexto, nos Estados Unidos, com a consolidação de Yellowstone. Naquele momento, as concepções preservacionistas e conservacionistas se disseminavam, as quais defendiam medidas diferentes no que diz respeito à natureza: enquanto os preservacionistas defendiam uma natureza “íntocada” e, para os quais, o homem deveria ser apenas um visitante, nunca um morador; os conservacionistas defendiam um manejo utilitário da natureza, com o uso racional dos recursos naturais visando as gerações futuras.

Sabemos que, no Brasil, este debate era conhecido de atores que defendiam e atuavam em prol de instituições voltadas a regulamentar o “uso” da natureza, como é o caso dos parques nacionais. No entanto, como a própria política adotada a partir de Vargas permite-nos observar, o que foi posto em prática aqui no Brasil não representava, estritamente, nem uma nem outra corrente. O que vimos no caso histórico analisado possuía aspectos tanto preservacionistas quanto conservacionistas. Estas ideias se adaptaram ao cenário brasileiro e foram denominadas neste trabalho de conservacionistas, pois assim eram intituladas no período abordado, em documentos e obras da época, como as de Wanderbilt Duarte de Barros. As políticas regulamentatórias, expressas, por exemplo, pelo Código Florestal de 1934, representavam claramente princípios conservacionistas, visando o desenvolvimento da nação conciliado a uma utilização racional da natureza. Já os parques nacionais, criados a partir de 1937, possuíam muitas ideias preservacionistas: buscavam salvaguardar determinada região, considerada

“excepcional”, além de trazerem em sua essência a visão de que o homem seria um “bom” visitante, mas “péssimo” morador.

A criação do parque em Itatiaia não se consolidou como um instrumento combativo ao avanço do progresso, do desenvolvimento e da exploração do mundo natural, mas sim um espaço múltiplo, cujos objetivos não significavam, à época, contradições a toda política que vinha sendo posta em prática pelo Governo Federal. O PNI fora criado para demonstrar que, apesar de existirem áreas que poderiam ser extensamente exploradas, existiam outras destinadas “estritamente” à proteção. Tratava-se de uma fórmula de propaganda compensatória: ao passo que algumas regiões eram exploradas, com o intuito do “progresso e desenvolvimento” da nação, outras estariam sendo protegidas, o que poderia evidenciar, no contexto do período, portanto, um equilíbrio nas políticas para o mundo natural.

Além de ser um espaço voltado à proteção da natureza daquela região, o Parque Nacional de Itatiaia deveria ser um instrumento promotor de práticas científicas e turísticas; objetivos estes que, como vimos, foram determinantes para a escolha da região de Itatiaia como o primeiro parque nacional brasileiro. Ou seja, o fato de já existir uma Estação Biológica vinculada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a localização estratégica - próxima ao Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – eram vistos como elementos propícios a receber elevado número de turistas.

Ao analisarmos os anos iniciais de funcionamento do PNI, verificamos que os objetivos propostos a esta instituição no momento de sua criação foram de fato postos em prática. A pesquisa científica aliada ao turismo foram as duas principais atividades promovidas no período analisado. Para isto, foram desenvolvidas estruturas materiais e outras ações administrativas que buscavam estimular tais práticas. Nesse sentido, procuramos destacar a atuação de Wanderbilt Duarte de Barros, o primeiro administrador efetivo do PNI. Sua gestão consolidou-se como intermediária entre o parque e o Serviço Florestal, órgão responsável pela fiscalização dos parques nacionais brasileiros. Com este órgão, Barros dialogava constantemente, solicitando verbas, mão de obra e materiais necessários ao andamento do funcionamento do PNI. Deste órgão também vinham determinações que deveriam ser cumpridas por Barros. Foi possível acompanhar este intercâmbio de informações, ordens e solicitações ao analisarmos documentos administrativos encontrados na sede do PNI, já mencionados e descritos anteriormente. Podemos

pensar a atuação de Barros enquanto uma das engrenagens do PNI: um agente que recebia instruções e as colocava em prática. Através da administração de Wanderbilt Duarte de Barros, o Parque Nacional de Itatiaia iniciou, então, atividades mais bem definidas enquanto uma instituição voltada à conservação da natureza.

Em fevereiro de 1957, como sabemos, Wanderbilt Duarte de Barros encerrava sua passagem pelo PNI. Foram quase 14 anos à frente daquela instituição. Até os dias atuais foi o administrador que mais tempo permaneceu no cargo. A experiência adquirida ao longo de sua trajetória enquanto administrador do Parque Nacional de Itatiaia lhe conferiu visibilidade, assim como possibilitou o estabelecimento de relações em meios científicos e políticos, que, inclusive, o levaram a deixar o parque e assumir outro cargo, também na burocracia estatal, mas, desta vez, na Capital Federal. Os trabalhos desempenhados por Barros no PNI, tanto administrativos como intelectuais, foram importantes para a construção de uma memória deste personagem naquela instituição. Não por acaso, a rua que dá acesso ao parque tem o seu nome, assim como o centro de visitantes. Dentre os funcionários atuais, seu nome ainda é conhecido e lembrado. Em ocasiões festivas, palestras, saraus, Barros é sempre citado, e, em fevereiro de 2016, por exemplo, o PNI promoveu um evento em homenagem ao centenário de seu nascimento, quando foi contada a sua história e sua trajetória profissional.

Com o Parque, a ciência continuou a ser uma atividade praticada na região de Itatiaia e, com este objetivo, foram desenvolvidas diversas estruturas físicas, como museu, herbários, alojamentos para pesquisadores etc, o que demonstra que esta era uma atividade que a administração do PNI buscava estimular. Neste sentido, a criação do *Boletim do Parque Nacional de Itatiaia*, em 1949, foi um instrumento que evidenciou a tentativa de ampliar a realização e divulgação de trabalhos feitos no/sobre o PNI. Em relação às pesquisas que eram feitas, podemos concluir que estas, por diversas vezes, possuíam um cunho utilitário, tendo em vista experimentos que eram feitos em diversas espécies, com objetivos econômicos. Isto nos permite expor uma das múltiplas faces das atividades que eram promovidas pelo PNI. Apesar de, teoricamente, esta ser uma instituição voltada a garantir que uma área natural, com características faunísticas e florísticas peculiares, se mantivesse “intocada”, a própria atividade científica se consolidou, dentre outros fatores, como uma forma de exploração daquela natureza. Entretanto, devemos levar em consideração que, naquele momento, este procedimento não era questionado ou tratado como uma contradição. Assim, um visitante do PNI seria provavelmente

multado caso fosse flagrado arrancando uma folha de alguma árvore, porém, caso um naturalista derrubasse toda uma árvore para experimentos, essa seria uma atividade tolerada de acordo com a dinâmica do parque.

Por outro lado, podemos pensar o turismo praticado no PNI enquanto outra forma de exploração daquela natureza. Apesar de, no período estudado, não ter existido a cobrança de taxas para entrada e permanência de visitantes no PNI, uma série de discursos do período, incluindo documentos de órgãos governamentais e trabalhos do próprio Wanderbilt Duarte de Barros, defendiam que o PNI poderia fornecer altos lucros ao governo a partir das práticas turísticas. Além disto, o próprio “uso” da natureza por parte dos visitantes que se dirigiam até o PNI pode ser pensado enquanto uma forma de exploração desta natureza. Estes estavam em busca de lazer, repouso, contemplação, tornando o PNI um local de atrativo turístico “à parte da cidade”, por meio do qual as pessoas se distanciariam do mundo urbano e usufruiriam do mundo natural, com ar puro e fresco, belas paisagens, um lugar calmo e tranquilo.

Esta prática também era um objetivo da administração do PNI, pois, da mesma forma que as atividades científicas, o turismo foi estimulado, tendo sido construídos e equipados, como demonstramos, diversos abrigos, além de fornecidas várias facilidades aos visitantes, como, por exemplo, o transporte. Não podemos deixar de mencionar o turismo enquanto uma estratégia do governo Vargas para a promoção do Estado Novo; o que também se consolidou como uma forma de “exploração” daquele meio natural.

O turismo em áreas reservadas demonstra certa continuidade ao longo dos anos, apesar das mudanças em relação a conceitos éticos e formas de apropriação por aqueles que visitam a natureza nestas instituições. Esta ideia, inclusive, foi e continua sendo imbricada a noções desenvolvimentistas, como é possível perceber, por exemplo, no próprio programa definido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que elegeu 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Tal ato teria se dado, como o próprio programa ressalta, devido “ao grande potencial da indústria do turismo, que responde a cerca de 10% da atividade econômica mundial”. Espaços naturais estão sendo alvo deste programa, que vem buscando fazer com que turistas conheçam estas áreas e beneficiem as comunidades locais, e que os fluxos de visitantes sejam administrados de maneira compatível com a conservação do patrimônio. Este tipo de turismo poderia contribuir também

para o desenvolvimento sustentável, além de promover o “desenvolvimento econômico consciente da necessidade de preservar o meio ambiente e os recursos naturais.”

A UNESCO também estaria promovendo ações para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável²⁶⁶. Desta forma, como é possível perceber, o “turismo sustentável” e “desenvolvimento sustentável” apresentam a premissa de apropriação da natureza com baixo impacto ambiental. Este exemplo nos demonstra a permanência histórica da busca pela conciliação entre conservação da natureza e desenvolvimento, ou ainda a continuidade da tentativa de uma exploração racional do mundo natural.

Podemos perceber também que as percepções sobre a natureza no âmbito da criação dos primeiros parques nacionais, e conseqüentemente na criação do PNI, não são unívocas. Elas englobam, além do contexto social, político, cultural e econômico, aspectos peculiares, oriundos de interesses múltiplos, de grupos diversos, que direcionavam seus engajamentos rumo a diferentes projeções que envolviam a natureza. Portanto, no contexto da criação de Yellowstone, assim como na criação de Itatiaia, existiam vozes dissonantes. A história da criação de parques nacionais não possui heróis e nem “amantes da natureza”. O homem buscava a proteção da natureza para o seu próprio benefício, para o seu próprio bem-estar.

Essa, talvez, constitua a grande diferença entre as práticas do período e o que se pratica atualmente no que diz respeito à relação homem/ natureza. É o caso, por exemplo, do turismo praticado naquele período e o ecoturismo, modalidade turística atual. Enquanto o turismo estudado neste trabalho buscava o benefício unicamente do próprio visitante, o ecoturismo atual possui elementos éticos que buscam beneficiar o próprio local protegido que está sendo visitado. Desta forma, o modelo adotado inicialmente para a criação de parques nacionais recebeu críticas, dentre elas, a de que teria obedecido a “uma visão antropocêntrica”, por beneficiar somente as populações urbanas e valorizar, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos, não considerando assim o valor intrínseco da própria natureza. Além disto, outra crítica seria a de que este modelo seria “injustamente seletivo, pois privilegiaria somente áreas de grande beleza, discriminando áreas não tão belas, como os pântanos, entre outras áreas, mesmo

²⁶⁶A UNESCO e o Ano Internacional do Turismo Sustentável. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/prizes-and-celebrations/2017-international-year-of-sustainable-tourism/>. Acesso em 05 de julho de 2017.

que possam ser fundamentais para ecossistemas”.²⁶⁷ Cabe ressaltar, entretanto, que estas são críticas atuais, surgidas, sobretudo, a partir de movimentos ambientalistas melhor definidos a partir da década de 1970. Tais aspectos não eram considerados e problematizados no período.

Outro ponto que pode ser pensado a partir deste estudo é a questão de quem detinha o poder sobre o PNI. De fato, aquele espaço reservado não possuía a mesma representação para todos os atores envolvidos com o seu funcionamento. Havia o governo, e seus órgãos responsáveis pelas questões da natureza, o administrador, os cientistas, os turistas e os moradores da região. Para cada grupo, o PNI representava aspectos diferentes. O governo e seus órgãos, no caso o Ministério da Agricultura e o Serviço Florestal, passaram a deter o poder sobre aquela região. Tudo o que viria a ser desenvolvido ali, pelo menos na teoria, deveria ser permitido por estes agentes. O administrador, no caso Barros, tinha o PNI enquanto uma instituição que necessitava da sua atuação e intermediação para funcionar. Já os cientistas e naturalistas viam o PNI enquanto uma fonte de estudo. De certa forma, possuíam certo poder sobre o PNI, pois podiam adquirir autorização para obter o que fosse necessário ao desenvolvimento de seus estudos. Os turistas enxergavam grandes atrativos na região, buscando sempre apropriar-se daquela natureza para o seu próprio bem-estar. Entretanto, apesar de serem bem recebidos e visitantes “desejados”, possuíam deveres diferentes dos estudiosos. Já os moradores daquela região, cuja maioria já residia na região desde antes da criação do parque, viam a área enquanto a sua própria propriedade; o que levou a conflitos decorrentes das imposições que lhes foram postas a partir da criação do PNI. Estes, pelo que observamos ao longo do trabalho, eram indesejáveis na região por parte das autoridades, por todos os motivos já expostos, e parece ter sido o grupo que sofreu maior fiscalização durante a administração de Barros.

Por fim, os aspectos abordados neste trabalho nos fazem refletir sobre as permanências em relação às políticas conservacionistas brasileiras. Verifica-se uma continuidade em relação a tentativas de diferentes governos brasileiros – iniciadas pelo primeiro governo Vargas – em pôr em prática uma política que, no papel, busca conciliar o desenvolvimento da nação com a proteção da natureza. No entanto, o que observamos ao longo de todos estes anos é que, os

²⁶⁷ RODMAN, J. "What is Living and what is Dead in the Political Philosophy of T. H. Green". In: *The Western Political Quarterly*, 1973. Apud DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

interesses relacionados ao desenvolvimentismo acabam sobressaindo aos relacionados à salvaguarda do mundo natural brasileiro. Este cenário nos leva a pensar: até que ponto foi realmente possível a proteção da natureza no país? É importante refletir a quem de fato pertenceu e pertence a posse e o poder sobre a natureza brasileira, a que setores e objetivos ela vem atendendo ao longo de décadas, até mesmo séculos, já que, como sabemos, a exploração sistemática e predatória da natureza brasileira ocorre desde os primeiros anos de colonização do país. Neste cenário, populações tradicionais, como indígenas e quilombolas, acabam perdendo seus direitos de uso da terra, enquanto há visíveis afrouxamentos em relação a licenciamentos ambientais que beneficiam grandes empresários do agronegócio, por exemplo. Preteridas pelas políticas de desenvolvimento e principais vítimas dos seus impactos ambientais, sua invisibilidade não deixa dúvidas sobre a triste resposta para a pergunta feita acima.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivos do Serviço Florestal, 1939 – 1956.

BARROS, Wanderbilt Duarte de. *A erosão no Brasil*. Ministério da Viação e Obras Públicas, Serviço de Documentação, 1956.

BARROS, Wanderbilt Duarte de. Estudos botânicos nos parques nacionais brasileiros. *Arquivos do Serviço Florestal*, 1954.

BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques Nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952.

BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parque Nacional do Itatiaia*. Ministério da agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955.

Boletim do Ministério da Agricultura, 1939- 1949.

Boletim do Museu Nacional n. 1 – Rio de Janeiro, volume XI, 1935. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza.

Boletim do Parque Nacional de Itatiaia, 1949-1955.

Brasil. Decreto nº 8.843 de 26 de julho de 1911. Cria a Reserva Florestal no Território do Acre.

Brasil. Decreto nº 23.793/1934 de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal.

Brasil. Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia.

Brasil. Decreto nº 337 de 16 de março de 1938. Organiza o Parque Nacional de Itatiaia.

Brasil. Decreto nº. 4.439 de 26 de julho de 1939. Aprova o Regimento do Serviço Florestal

Brasil. Decreto n. 7.782 de 3 de setembro de 1941. Altera as tabelas numéricas do pessoal extranumerário-mensalista do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Brasil. Decreto nº 11.246 de 6 de janeiro de 1943. Altera o decreto nº 6.549, de 29 de novembro de 1940, que dispôs sobre a redistribuição nominal dos funcionários do Ministério da Agricultura.

Brasil. Decreto nº 22.287 de 16 de dezembro de 1946. Declara protetora a floresta que indica.

Brasil. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.

Brasil. Lei Federal nº 9.985, de 14 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Correio da Manhã, 1940-1957.

Diário da Noite, 1934-1957.

Diário de Pernambuco, 1949.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

Jornal A Manhã, 1940 – 1957.

Jornal A Noite, 1940 – 1957.

Jornal Ciência para Todos, 1948.

Jornal Correio da Manhã, 1940-1957.

Jornal do Brasil, 1938 – 1957.

Jornal do Comércio, 1940 – 1946.

Jornal Folha Mineira, 1956.

O Jornal, 1944 -1949.

O Jornal do Rio de Janeiro, 1956.

Relatório da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Boletim do Museu Nacional, n. 1, vol. XI, 1935.

Relatórios do Ministério da Agricultura, 1930- 1952.

Rodriguésia, 1939- 1957.

BIBLIOGRAFIA

ACOT, Pascal. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALVA, Rodrigo. Independência dos Estados Unidos, de Ralph Emerson. *Cadernos de Literatura em Tradução*, n. 9, 2008.

ANDRADE, Rômulo de Paula. A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966) / Rômulo de Paula Andrade – Rio de Janeiro: s.n., 2012.

ARAIA, Eduardo. Itatiaia, a montanha esquecida. *Revista Planeta*. Ano 39- Edição 464, São Paulo: Editora Três, 2011.

ARANHA, J; MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C. Roquette- Pinto e a divulgação científica. In: LIMA, Nísia Trindade e SÁ, Dominichi Miranda de (orgs.) *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

ARNOLD, David. La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la expansión de Europa. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BARRETTO, Henyo Trindade Filho. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: *Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. 2001. Tese Doutorado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BEDIAGA, Begonha; LIMA, Haroldo; MORIM, Marli; BARROS, Cláudia. Da aclimação à conservação: as atividades científicas durante dois séculos. *Jardim Botânico do Rio de Janeiro 1808-2008*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do R.J., 2008.

BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. A Estação Biológica de Itatiaia e a criação do primeiro parque nacional brasileiro (1914-1937). Anais eletrônicos 3ª Jornada de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 2015.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. *Ciência e proteção à natureza: a trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1939)*. Anais Eletrônicos SBHC, 2012.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. *Natureza e Ciência na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1939)*. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011. 121f.

CASAZZA, Ingrid. Um jardim para a Ciência: o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1915-1931). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2012.

CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CORREA, Marcos Sá. Itatiaia- *O caminho das pedras*. São Paulo: Metalivros, 2003.

CRONOM, William. “In Search of Nature” e “The Trouble with Wilderness”. IN: CRONOM, William, *Uncommon Ground: Toward Reinventing Nature*, New York, 1996.

CROSBY, A. et al. *El desarrollo turístico sostenible en el medio rural*. Madrid, CEFAT-NATOUR, 1993.

CUNHA, Caroline Pereira da; SPINOLA, Carolina de Andrade. *Parque Nacional: um conceito com múltiplas interpretações*. XIII SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS, 2014.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. Origens do turismo organizado no Rio de Janeiro: A Revista Brasileira de Turismo na década de 1920. *Revista Rosa dos Ventos*, 6(2), p. 152-163, abr-jun, 2014.

DE OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. O Brasil e suas naturezas possíveis (1930-1945). *Revista de Indias*, volume 72, n.255, 2012.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DRUMMOND, J. Augusto. A Legislação Ambiental Brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, ano II, n.3 e 4, 1998/1999, págs.127-149.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro, Niterói*: EDUFF, 1997.

DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

DUARTE, Regina Horta. Biologia e sociedade no Brasil dos anos 1930: práticas de escrita e divulgação científica em Candido de Mello Leitão. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; CONDÉ, Mauro Lúcio (orgs.). *Ciência, história e teoria*; Belo Horizonte: Argvntvm Editora, 2005.

- DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.
- FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional. *Varia História* n° 26, 2002.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Alberto José Sampaio: Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. *Varia História*, UFMG, 2005.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Cândido de Mello Leitão: Ensaio sobre a Valorização da Natureza e da Diversidade da Vida. III Encontro da ANPPAS, Brasília, 2006. FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, 2009, vol. 17, n. 1.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro; Fiocruz; 2009. P.218.
- FREITAS, Frederico. A Park for the Borderlands: The Creation of the Iguazu National Park in Southern Brazil, 1880-1940. *Revista de História Iberoamericana*, 2014, vol. 7, n.2.
- FREITAS, Frederico Santos Soares de. *The Organic Territory: The Vargas Regime and the Environmental Legislation Boom in Brazil, 1930-1945*. Paper presented at the Second World Congress of Environmental History, 2014. Disponível em http://www.academia.edu/7684767/The_Organic_Territory_The_Vargas_Regime_and_the_Environmental_Legislation_Boom_in_Brazil_1930-1945.
- GUIMARÃES, Valeria Lima. O turismo como vetor das relações Brasil – Argentina nas décadas de 1920 e 1930. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.15, p. 175-197, jul./dez. 2013.
- HAMMER, Priscyla Christine. *Política Ambiental e o turismo na Era Vargas: análise do caso de Campos do Jordão- SP*. XXX Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013.
- LISBOA, Araci Gomes. A natureza como patrimônio. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.
- LISBOA, Araci Gomes. O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: ciência, patrimônio e controle. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- LUCA, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 31, nº61, p. 271-296, 2011.

MAIA, João Marcelo Ehlert. As Ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. *DADOS– Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.53, n 3, 2010, p.621-655.

MCNEILL, John. Naturaleza y cultura en la historia ambiental, *Nómadas* 22(2005):12-25. On line <http://www.ucentral.edu.co/NOMADAS/nunme-ante/intro.htm>

MCNEIL, John. *Something New Under the Sun: an Environmental History of the Twentieth-Century World* (Global Century Series). W. W. Norton & Co., 2001.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 2006, vol.9, n.1, p. 41-64.

MILANO, M. S. Unidades de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: *Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

NASH, Roderick. *The Rights of Nature: A History of Environmental Ethics*. Madison: University of Wisconsin Press, 1989.

NASH, Roderick. *Wilderness and the American Mind*. 4th ed. New Haven: Yale University Press, 2001.

OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa Oliveira; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *Ensino Agrícola na Primeira República: O currículo prescrito para o Patronato Agrícola Manuel Barata – Belém/PA*. VI EDUCERE, Congresso Nacional de Educação PUCPR- PRAXIS, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, GOMES, Angela de Castro, VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Ocivá Jose de. Economia do meio ambiente. Agricultura auto-sustentável e o manejo ecológico do solo como fator antierosivo. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.29, n.3, jul/set. 1998.

PADUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68), 2010.

PÁDUA, José Augusto. "Natureza e projeto nacional. As origens da ecologia política no Brasil". In: PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e política no Brasil, espaço e tempo*. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1987.

PADUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. São Paulo: Zahar, 2002.

PASCHOAL, Francisco José. Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do marketing político e da propaganda no Brasil. 1º Simpósio do Laboratório de História Política e Social: 70 anos do Estado Novo. UFJF, 2007.

PEREIRA, Elenita Malta. *Roessler: o homem que amava a natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

PEREIRA, Ian Libardi. Conflito fundiário do Parque Nacional do Itatiaia. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 18, n. 3685, 3 ago. 2013.

PEREIRA, Israel Marinho. *Histórico, conceitos e importância da dendrologia*. UFVJM. Laboratório de Dendrologia e Ecologia Florestal – LDEF.

PEREIRA, Márcio Mota. *A descoberta do meio ambiente: Itatiaia e a política brasileira de parques nacionais*. Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais, 2013.

PIRES, Paulo dos Santos. A dimensão conceitual do ecoturismo. *x*, 1998.

RABELLO, Jessika Flückiger Dupré. *Educação e Geociências na 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (1934)*. PIC/FEUSP. 2010.

ROSSO, Mauro. Euclides da Cunha, o pioneiro na defesa do meio ambiente. *Jornal Opção*, 2012.

RYEL, R.; GRASSE, T. Marketing ecotourism: attracting the elusive ecotourist. In: *Nature Tourism: Managing for the Environment*. Washington, 1991, Cap. 8, p. 164-186.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; PALMER, Steven. *Ecologia, cooperação internacional e configuração biogeográfica do Brasil: Pierre Dansereau e o acordo científico Brasil-Canadá nos anos 1940*. 2017. No Prelo.

SANTOS FILHO, João dos. Política Nacional de turismo: descaso e desrespeito para com o povo brasileiro. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 86, julho de 2008.

SANTOS, Rosely Ferreira dos. Mapeamentos Temáticos: vegetação, uso e ocupação da terra. In: SANTOS, Angelo A. (editor). *Cadernos para o desenvolvimento sustentável*. Cadernos FBDS, 2000.

SILVA, Filipe Oliveira da. *O andarilho dos Sertões: Um cartograma intelectual de Francisco de Assis Iglésias (1889-1969)*. Anais do XVII Encontro de História da Anpuh- Rio, 2016.

SILVA, Felipe Oliveira da. *O conselho Florestal Federal: Um parecer de sua configuração institucional (1934-1967)*. Anais eletrônicos 3ª Jornada de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 2015.

SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para seu uso. In: ARRUDA, Gilmar. (org.) *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2013.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 24, p. 315-325, 2005.

STEWART, Mart A. If John Muir Had Been an Agrarian: American Environmental History West and South. In: SUTTER, Paul S; MANGANIELLO, Christopher (orgs.) *Environment History and the American South: A reader*. Georgia University Press, 2009.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Fundação MacArthur, 1998.

VALDUGA, Manoela Carrilo; MANOZZO, Paula. A Formação da imagem das cidades no Estado Novo- Estudo de Imagens Oficiais. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VITAL, André Vasques. Política e Saúde Pública no cativo dos rios: a integração nacional do território federal do Acre (Alto Purus, 1904-1920). Tese de Doutorado– Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WORSTER, Donald. *Nature's Economy: a history of ecological ideas*. Cambridge University Press, 1998.

WORSTER, Donald. *The wealth of nature: Environmental history and the ecological imagination*. Oxford University Press, 1993.

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262 – 2006.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945. CPDOC. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>.
 Acesso em 30 de Abril de 2017

A UNESCO e o Ano Internacional do Turismo Sustentável. Disponível em:
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/prizes-and-celebrations/2017-international-year-of-sustainable-tourism/>. Acesso em 05 de julho de 2017.

AGÊNCIA Embrapa de Informação Tecnológica. Disponível em:
<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agroenergia/arvore/CONT000fmcbbqcwh02wyiv80kxlb36vbkge01.ht>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

APA dos Campos de Manicoré Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação –. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/apa-dos-campos-de-manicore?highlight=WyJhcGEiXQ==>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

Arie Cerrado do Pé-de-Gigante. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação –
 Disponível em:
<http://www.icmbio.gov.br/portal/arie-cerrado-pe-de-gigante?highlight=WyJhcmlIIl0=>.
 Acesso em: 28 de Junho de 2017.

CONGRESSO Mundial de Parques. WWF Brasil. Disponível em:
http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/congresso_mundial_parques/. Acesso em: 15 de Abril de 2017.

Dicionário Michaelis, Editora Melhoramentos. Disponível em:
<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=carpologia>. Acesso em 14 de maio de 2017.

FLONA Mario Xavier. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação –
 Disponível em:
<http://www.icmbio.gov.br/portal/flona-mario-xavier?highlight=WyJmbG9uYSJd>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

GUIA de Profissões e Salários. Disponível em: <http://www.catho.com.br/profissoes/biologista/>.
 Acesso em 15 de Maio de 2017.

MONA das Ilhas Cagarras. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação –Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao?q=MONA+das+Ilhas+Cagarras&Search=>
 Acesso em: 28 de Junho de 2017.

Jardim Botânico Plantarum. Disponível em: <http://www.plantarum.org.br/pesquisa/carpoteca/>.
 Acesso em 14 de maio de 2017.

O que são Unidades de Conservação. O Eco. Disponível em : <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/?format=pdf>. Acesso em 11 de Abril de 2017.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Ministério do Meio Ambiente, 2011. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf.

Acesso em 11 de Abril de 2017.

PARNA Chapada da Diamantina. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação -. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao?q=Parna+Chapada+da+Diamantina&Search>

Acesso em: 28 de Junho de 2017.

Parque Nacional de Itatiaia. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/en/o-que-fazemos/pesquisa/boletins.html>. Acesso em 30 de Abril de 2017.

RDS Itatupã-Baquiá. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação –

Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/rds-de-itatupa-baquia?highlight=WyJyZHMlXQ==>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

RESEX do Alto Juruá. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação –

Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/resex-do-alto-juruua?highlight=WyJyZXNleCJd>. Acesso em: 28 de Junho de 2017.

REVIIs do Arquipélago de Alcatrazes. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/8102-revis-do-arquipelago-de-alcatrazes?highlight=WyJyZXZpcyJd>.

Acesso em: 28 de Junho de 2017.

Tabela Consolidada das Unidades de Conservação. Fonte: CNUC/MMA - www.mma.gov.br/cadastro_uc. Acesso em: 11 de Abril de 2017.

Touring Club do Brasil. História. Disponível em: <http://www.touring.com.br/historia.asp>. Acesso em: 02 de maio de 2017.